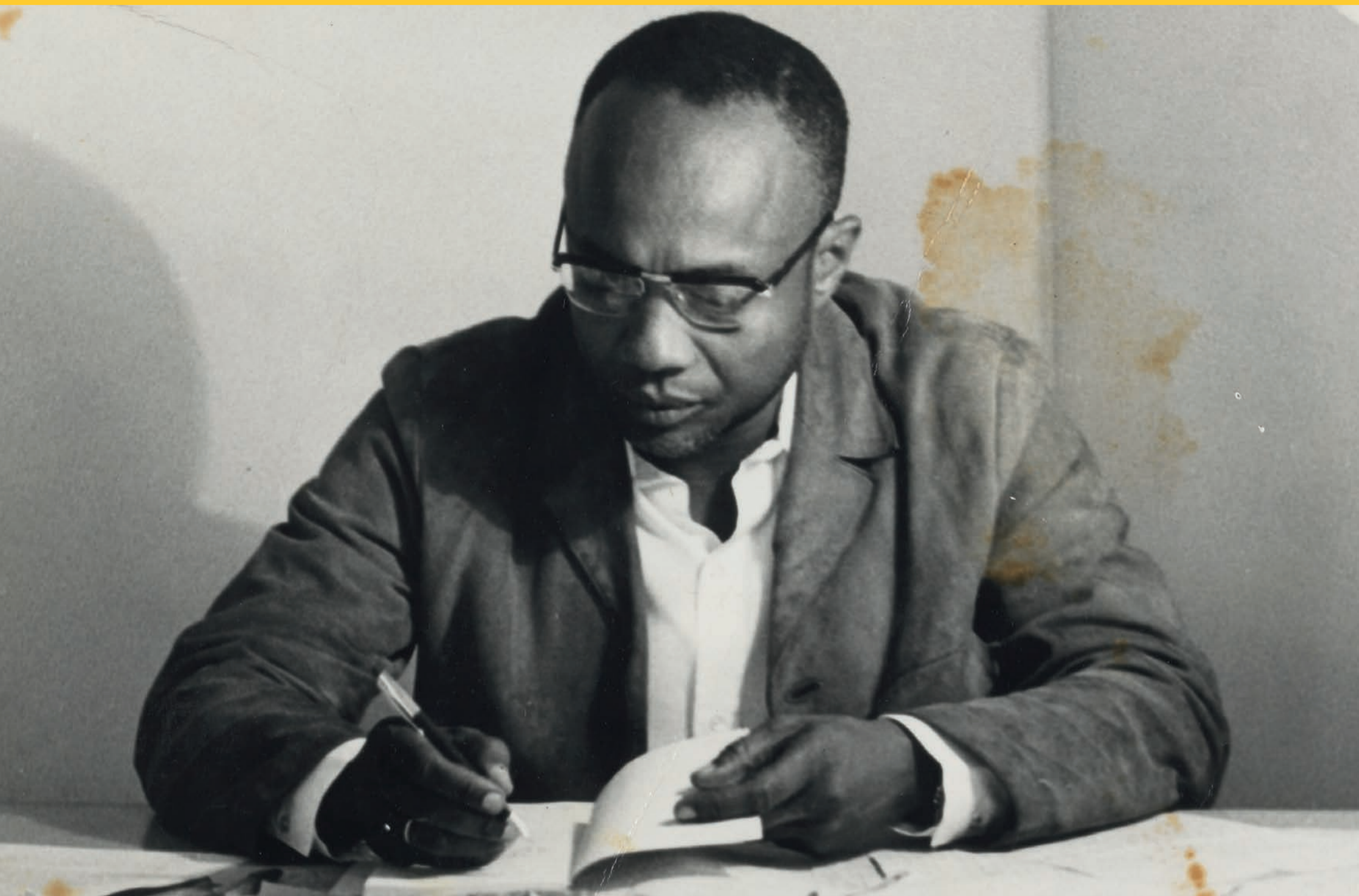


Amílcar



Ka mori

CATÁLOGO DE «AMÍLCAR CABRAL, UMA EXPOSIÇÃO»

FICHAS TÉCNICAS & AGRADECIMENTOS

CATÁLOGO

© Comissão Comemorativa 50 Anos 25 Abril
 Título: CABRAL KA MORI. Catálogo de «Amílcar Cabral, uma Exposição».
 ISBN: 978-989-33-44-23-1
 Depósito Legal nº 513073/23
 Organizadores: José Neves e Leonor Pires Martins
 Composição e capa: Vera Tavares, capa com fotografia
 de Bruna Polimeni, 1971. Fondazione Lelio e Lisli Basso.

Todos os textos do catálogo, à exceção dos que são assinados por Maria Inácia Rezola, Pedro Adão e Silva, Alfredo Caldeira e Aurora Almada e Santos, são da responsabilidade de José Neves e Leonor Pires Martins. O design é de Vera Tavares.

EXPOSIÇÃO

ORGANIZAÇÃO Comissão Executiva da Estrutura de Missão para as Comemorações do quinquagésimo aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS Associação de Documentação Tchiveka | Fundação Amílcar Cabral | Fundação Mário Soares e Maria Barroso | IN2PAST – Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território | Junta de Freguesia de Benfica | Lisboa Criola

PARCEIRO MEDIÁTICO Público

COM O ALTO PATROCÍNIO DE SUA EXCELÊNCIA

O presidente da República

COMISSÁRIOS CIENTÍFICOS José Neves e Leonor Pires Martins | **CONSULTOR** Alfredo Caldeira **ARQUITETURA** Miguel Fevereiro & Ricardo Santos Arquitectos **DESIGN GRÁFICO** Vera Tavares **ARTES FINAIS** Vítor Cardoso **EQUIPA DE INVESTIGAÇÃO DO IN2PAST** Rita Lucas Narra, Rui Lopes, Vítor Barros

EQUIPA DA COMISSÃO COMEMORATIVA 50 ANOS 25 ABRIL

Maria Inácia Rezola (Comissária Executiva) | Célia Paiva | Isabel Ricardo | Ivan Ferreira | Joana Carvalho Fernandes | Maria Marques | Rita Carvalho

AGRADECIMENTOS INSTITUCIONAIS | Arquivo Nacional Torre do Tombo | Biblioteca Nacional de Portugal | British Academy | Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral | Ephemera | Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa | Fundação para a Ciência e Tecnologia | Fondazione Lelio e Lisli Basso | Fundação Oscar Niemeyer | Institut national de l'audiovisuel | Instituto de Ciências Sociais (UL) | Instituto de História Contemporânea (UNL/UE) | Instituto Superior de Agronomia (UL) | Partido Comunista Português | Rosa de Porcelana Editora | RTP | Sociedade Portuguesa de Autores

AGRADECIMENTOS PESSOAIS | Ana Maria Cabral | Ana Maria Pimenta | Aurora Almada e Santos | Catarina Laranjeiro | Eugénia Pires | Filipa César | Flávio Almada (LBC) | Inês Galvão | Inês Nascimento Rodrigues | Iva Cabral | Julião Soares Sousa | Miguel Cardina | Mikko Phylälä | Natália Alves | Ndira Cabral Embaló | Pedro Pires | Ricardo Andrade | Rita Ferreira | Rosa Pomar | Xullaji



Com o Alto Patrocínio
de Sua Excelência



O Presidente da República



JOSÉ NEVES é investigador do Instituto de História Contemporânea e do Laboratório Associado IN2PAST. É professor auxiliar na Universidade Nova de Lisboa e autor de *Comunismo e Nacionalismo em Portugal* (Tinta-da-china, 2008) e *1998 – o Ano da Expo* (Tinta-da-china, 2019).

LEONOR PIRES MARTINS é investigadora do Instituto de História Contemporânea e do Laboratório Associado IN2PAST. É autora de *Um Império de Papel* (Edições 70, 2014).



Acompanhe as Comemorações
dos 50 anos do 25 de Abril,
participe e partilhe



UM PATRIMÓNIO PARTILHADO

PEDRO ADÃO E SILVA, MINISTRO DA CULTURA

a Revolução do 25 de Abril teve duas características que a tornam bastante singular do ponto de vista histórico. Primeiro, porque o MFA traçou desde o início o objetivo de criar um regime democrático. Não há muitos casos de revoluções – e ainda menos desencadeadas por um golpe militar – que imediatamente se orientem para a criação de uma sociedade pluralista e democrática. Temos a felicidade de ter vivido um desses raros casos, e penso que é por isso que os portugueses guardam uma memória positiva, um certo e justificado orgulho naquela data.

A segunda singularidade é que a libertação do povo português, a 25 de Abril, esteve diretamente associa-

da ao fim do colonialismo. Foi a guerra que então se travava nas antigas colónias, ao preço de incalculáveis sofrimentos, que constituiu o ímpeto decisivo para a ação dos capitães de Abril. A Revolução desatou o nó de uma guerra sem solução quando o MFA anunciou o propósito de descolonizar. Mas, se a Revolução portuguesa abriu espaço ao reconhecimento da independência dos países africanos, não é menos exato dizer que foram também as lutas dos povos colonizados que permitiram libertar Portugal.

As comemorações dos 50 anos da nossa Revolução portuguesa são por isso ocasião para lembrar que o 25 de Abril é um património partilhado. No longo tempo da história, meio século não é muito tempo, mas creio

que é chegada a hora de sermos capazes de revisitar o nosso passado comum pelo olhar dos outros. Isso é ainda mais importante quando há centenas de milhares de portugueses que são filhos e netos daqueles que sofreram na pele a experiência colonial. As comemorações dos 50 anos do 25 de Abril são uma evocação do passado, mas também um momento para olhar para o país que a democracia construiu e para o que – no respeito pelos princípios definidos naquele dia – ainda queremos fazer.

50 ANOS DO 25 DE ABRIL: UM OLHAR SOBRE AMÍLCAR CABRAL

POR MARIA INÁCIA REZOLA (COMISSÁRIA EXECUTIVA PARA AS COMEMORAÇÕES DOS 50 ANOS DO 25 DE ABRIL)

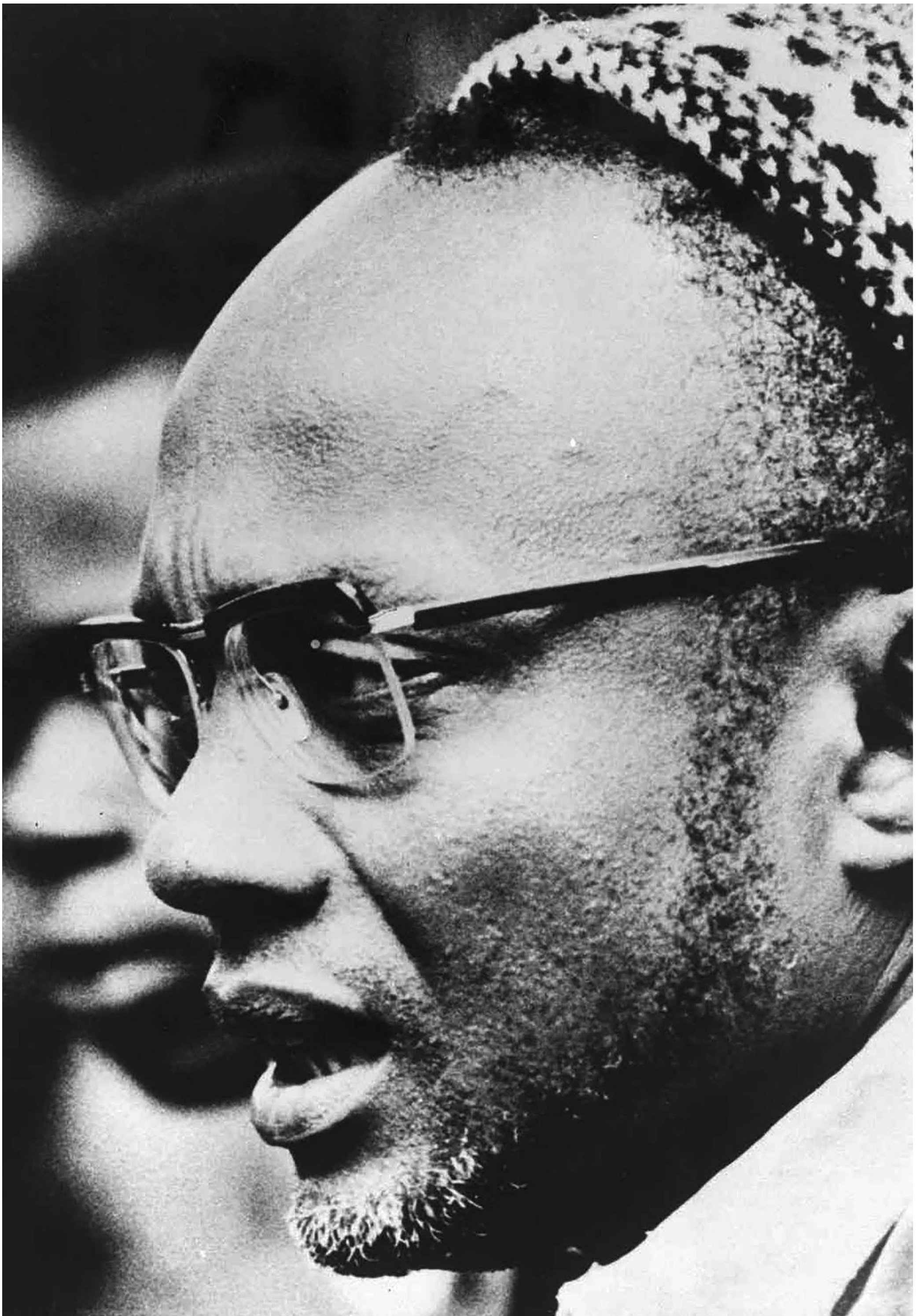
a 24 de setembro de 1973, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) declarou unilateralmente a independência da Guiné-Bissau. Amílcar Cabral (Bafatá, 1924 — Conacri, 1973) já não assistiu à cerimónia realizada em Lugajol (Madina do Boé), dado ter sido assassinado em janeiro desse ano. No entanto, o seu nome é indissociável da luta que conduziu a esse momento, assim como de valores mais amplos, atuais e universais, como o humanismo e o anticolonialismo.

Agrónomo, líder nacionalista, fundador e secretário-geral do PAIGC, Cabral foi um revolucionário e homem de ação, cujo empenho na guerra de guerrilha contra o colonialismo português foi acompanhado por um pensamento e uma intensa ação diplomática que projetaram essa luta muito para além das fronteiras das então colónias portuguesas.

Evocar Cabral é também uma forma de recuperar os seus contributos para a literatura da libertação nacional, da resistência e da afirmação das culturas africanas. Dado o papel fulcral que as lutas anticoloniais tiveram no fim da ditadura, é também uma forma de celebrar os 50 anos do 25 de Abril e da democracia portuguesa.

As comemorações em curso, que decorrem num arco temporal longo, entre 2022 e 2026, pretendem ser um catalisador de uma consciência coletiva democrática e cidadã. Com uma visão integradora, na qual todos são chamados a participar, têm como eixo os três Ds do Programa do MFA — descolonizar, democratizar e desenvolver — e os princípios e valores que lhe estão subjacentes: paz, liberdade, democracia e progresso. O objetivo é contribuir para uma sociedade mais participativa, plural, democrática e conhecedora da sua história recente. Num momento em que se celebram os 50 anos do 25 de Abril, esta exposição convida-nos a conhecer e refletir sobre o pensamento, a ação e a memória de Amílcar Cabral.

Meio século volvido sobre a sua morte, Cabral mantém-se um ícone humanista da luta contra o colonialismo, o imperialismo e o racismo, num elo entre o passado e o futuro. Na evocação de 50 anos de liberdade e democracia, a sua vida traz ao espaço da história e da memória debates que se mantêm atuais e que são imprescindíveis para pensarmos os próximos 50 anos de democracia.



AMÍLCAR CABRAL E AS SUAS VIDAS PÓSTUMAS

POR JOSÉ NEVES E LEONOR PIRES MARTINS (COMISSÁRIOS CIENTÍFICOS DA EXPOSIÇÃO)

ao longo das últimas décadas, o sentido da vida de Amílcar Cabral foi alvo de inúmeras interpretações e de diversos usos. Sobre ele foram produzidas várias biografias e investigações, ao passo que outros se inspiraram na sua vida para animarem projetos de poder ou de resistência política. A vida de Cabral tem sido, ainda, matéria de criação artística, do cinema à música. Esta exposição é, também ela, um modo de usar Amílcar Cabral, com o Estado português a fazer dele um motivo de comemoração histórica.

No Portugal contemporâneo, o passado imperial do país tem sido celebrado com pompa e circunstância. Desta vez, porém, trata-se de festejar o fim do império, fazendo jus ao 25 de abril de 1974, assim como ao princípio de acordo com o qual «não pode ser livre um povo que oprime outros povos». Por comungarmos deste princípio, aceitámos assumir a direção científica desta iniciativa. Amílcar Cabral contribuiu de forma singular para uma das revoluções mais importantes dos últimos séculos e do nosso presente: a libertação dos povos africanos do domínio colonial europeu. Por este seu contributo há quem o admire e haverá quem o deprecie. Nós tomamos o partido dos primeiros.

Mas a nossa admiração por Cabral não foi a principal razão por que aceitámos organizar esta exposição. Essa foi a curiosidade historiográfica que a sua figura nos desperta. Uma curiosidade estimulada pela descoberta de novos elementos da trajetória de Cabral, mas, sobretudo, pela variedade de interpretações e representações a que a sua vida tem vindo a ser sujeita. Esta é, na verdade, uma exposição sobre o

passado de Amílcar Cabral, mas também sobre quem fez e continua a fazer sentido desse passado. Se nos permitem um palavrão, é uma exposição meta-biográfica.

Cada uma das peças expostas leva-nos a momentos e lugares da vida de Cabral, mas também indicia o tempo, o espaço e a experiência de quem o conheceu, vigiou, admirou, filmou, retratou ou cantou. Cabral está omnipresente nesta exposição que leva o seu nome no título, mas muitas das 50 peças que exibimos têm protagonistas próprios, da fotógrafa italiana Bruna Polimeni ao músico angolano David Zé, passando pelo líder ganês Kwame Nkrumah.

Nas páginas que se seguem, o leitor encontrará, antes de mais, os textos que o visitante da exposição pode ler nas mesas e paredes das salas do Palácio Baldaya. Depois, na secção *Peça a Peça*, apresentamos um conjunto mais numeroso de breves textos que têm em comum o facto de interpelarem ou serem interrogados por uma ou mais das 50 peças exibidas. Estes textos — a que a ideia de apontamentos não assenta mal — acrescentam informação sobre certos aspetos do percurso de Cabral e do PAIGC, ao mesmo tempo que encaminham o leitor para enredos tão diversos como os do cinema cubano, da política externa finlandesa ou das inovações militares soviéticas.

À exceção dos dois textos escritos por Alfredo Caldeira e por Aurora Almada e Santos — a quem muito agradecemos a colaboração — e das notas de abertura de Pedro Adão e Silva e de Maria Inácia Rezola, a quem agradecemos o convite para sermos comissários científicos deste evento, este catálogo foi redigido por nós. E, se muito ficámos a dever a estudos desenvolvidos por outros autores, a responsabilidade por eventuais erros e omissões é inteiramente nossa.

AMÍLCAR CABRAL

UMA EXPOSIÇÃO

Amílcar Cabral foi uma figura destacada do século XX.

A sua liderança incentivou a mobilização popular contra o colonialismo português e trouxe-lhe a admiração de jornalistas, dirigentes políticos, estrategas militares, intelectuais e artistas em diferentes partes do mundo — de Conacri a Estocolmo, passando por Argel, Havana, Praga ou Pequim.

A morte precoce não o devolveu ao esquecimento. A sua memória está presente no imaginário político e no nome das ruas de vários países do hemisfério Sul, da África do Sul ao Brasil. A sua vida é hoje motivo de renovado interesse em África, assim como nas periferias de capitais europeias, em universidades ocidentais ou nos principais canais televisivos mundiais.

A exposição Amílcar Cabral conta a história do revolucionário que — ao lado dos seus camaradas do PAIGC, o Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde — contribuiu decisivamente para o fim do último império colonial europeu. Mostra objetos e correspondência de Cabral, mas também imagens, sons e textos que outras e outros lhe têm dedicado. É uma exposição sobre Amílcar Cabral e as suas vidas posteriores.

Cabral ka mori.

1. O IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS

amílcar Cabral nasceu em 1924 em Bafatá, na Guiné, sob domínio colonial português. Aos oito anos, a família levou-o para Cabo Verde. Estudou no Liceu de São Vicente, no Mindelo, e viveu na Praia, onde foi dirigente associativo e acusou interesse pelo futebol e pela criação literária.

Em 1945, mudou-se para Lisboa, a fim de estudar Agronomia. Conheceu as avenidas e as esplanadas da capital do Império, da Casal Ribeiro ao *Palladium*. Frequentou e foi dirigente da Casa dos Estudantes do Império. Leu livros de Marx e de Engels, assim como do escritor russo Dostoiévski e do trabalhista britânico Harold Laski. Namorou e correspondeu-se com Maria Helena Rodrigues, também aluna do Instituto Superior de Agronomia (ISA), com quem viria a casar em 1951.

Amílcar Cabral concluiu a licenciatura em fevereiro de 1952, com uma monografia em torno do problema da erosão do solo na região alentejana de Cuba. A temática não era estranha à sua circunstância cabo-verdiana, arquipélago que revisitara em 1949, em período de férias, como testemunha o poema «Regresso...». Ainda em 1952, regressa à Guiné, ao serviço do Estado colonial português, por esses anos internacionalmente pressionado a perfilar um horizonte de desenvolvimento para os territórios e populações africanas. Nos anos de 1953-54, dirige a equipa alocada à missão de realização do recenseamento agrícola da Guiné, contando com a colaboração da sua mulher «em todos os trabalhos». O respetivo relatório foi publicado em 1956.

O seu desempenho profissional na Guiné começou por ser positivamente apreciado pela tutela. Mas as fichas de avaliação que os arquivos conservam igualmente indicam o surgimento de conflitos com os seus superiores. Em 1955, regressa a Portugal e requer a rescisão do contrato com o agora designado Ministério do Ultramar. Em seguida, vai a Angola várias vezes, trabalhar para empresas agrícolas privadas. De caminho, reúne com militantes que virão a estar na origem do MPLA, o Movimento Popular de Libertação de Angola. A perceção da exploração de classe e da dominação racial em Luanda causa-lhe repulsa.

2. «TEMOS DE CAMINHAR FIRMEMENTE ATÉ À VITÓRIA FINAL»

Logo nos anos 40, na correspondência que mantém com Maria Helena, Amílcar Cabral critica o racismo, a que é quotidianamente exposto em Lisboa e de que lhe chegam notícias vindas do exterior. Mas é durante os anos 50 que Cabral se compromete definitivamente com a missão de derrubar o colonialismo português em África. E será no final da década que a polícia política portuguesa, a PIDE, mais se sobressaltarà com as suas atividades políticas.

É a década da Conferência de Bandung, realizada na Indonésia em abril de 1955, reunindo vontades anti-imperialistas dispersas, lançando em novos termos a força da contestação anticolonial. Logo no mês de junho de 1955, nas prisões da ditadura do Estado Novo, Jaime Serra, militante comunista português, assinalava que «a sua realização terá efeitos decisivos na luta libertadora dos povos coloniais», acrescen-

tando: «Acontecimentos coloniais como por exemplo o massacre de São Tomé, em 1953, terão, após a Conferência de Bandung, repercussões muito diferentes do que então tiveram». Por sua vez, os jovens anticolonialistas africanos em Lisboa cedo farão daquela conferência um momento histórico: em abril de 1957, celebram o segundo aniversário de Bandung com um jantar, ao qual não falta uma mensagem especial do senegalês Léopold Senghor, por essa altura de visita ao país.

Amílcar Cabral não esteve em Bandung, mas não deixa de ser sugestivo o erro de algumas notas biográficas que ainda hoje aí o situam. Serão, todavia, acontecimentos como a independência da República da Guiné, que em 1958 se liberta do colonialismo francês, e o massacre de Pidjiguiti, a 3 de agosto de 1959, que mais imediatamente motivarão Cabral a regressar definitivamente a África. Naquele dia de agosto, no cais de Pidjiguiti, em Bissau, as forças coloniais portuguesas matam dezenas de trabalhadores guineenses em greve. Poucas semanas depois, em finais de setembro, em carta enviada a Lúcio Lara, Cabral escreve: «Temos de caminhar firmemente até à vitória final». Nos meses seguintes, Cabral trata de reunir as condições para deixar de vez Portugal, convencendo Maria Helena a acompanhá-lo.

A partir de 1960, será já a partir de Conacri que Amílcar Cabral e o PAIGC comandarão a luta de libertação.

3. O MUNDO DE AMÍLCAR CABRAL

A luta armada desenvolver-se-á nos territórios guineenses sob domínio português a partir de 1963. Nas zonas que vão sendo libertadas da interferência colonial, são criados postos médicos, escolas e os Armazéns do Povo, que procuram responder a necessidades alimentares e de vestuário das populações locais. A resolução dos problemas materiais da vida quotidiana apela ao humanismo militante e à formação ideológica de Cabral, à luz da qual a libertação nacional implica a transformação económica das estruturas sociais.

A partir de Conacri, Cabral faz incursões no território da futura Guiné-Bissau e viaja até muitos outros países, de Marrocos à Finlândia. Os progressos militares do PAIGC e a vida nas zonas libertadas suscitam curiosidade e apoio em diferentes pontos do mundo, tanto mais que desde cedo havia sido tecida uma rede de solidariedade militante que acabaria por conferir notoriedade internacional à luta de libertação.

Nesta rede, a ação de indivíduos como o britânico Basil Davidson e o francês Gérard Chaliand foi, desde início, importante. Mas coletivos anticolonialistas e organizações de outras regiões igualmente participam na solidariedade com as lutas de libertação. São criados comités de apoio aos movimentos de libertação em mais do que um país da Europa ocidental. O apoio dos regimes socialistas, de Pequim a Praga, mostrar-se-á ainda mais decisivo. A URSS forneceu armamento e treino militar ao PAIGC, assim como acolhimento e formação escolar a filhos de dirigentes e quadros do Partido. Em 1967, sob a liderança de Amélia Araújo, foi com suporte material soviético, e mais tarde sueco, que a Rádio Libertação permitiu a mais populações sintetizarem a voz de Cabral e dos seus camaradas.

A partir de 1969, os contornos e as feições da figura de Cabral tornaram-se cada vez mais indissociáveis das fotografias realizadas pela italiana Bruna Polimeni, as

quais circularam por todo o mundo sob vários formatos. As conexões com o comunismo e com as esquerdas italianas permitiram ainda que, em 1970, Amílcar Cabral, o angolano Agostinho Neto e o moçambicano Marcelino dos Santos fossem recebidos em audiência pelo papa Paulo VI, para embarço da ditadura portuguesa.

O interesse fotográfico de Polimeni pela figura de Cabral somava-se ao do cinema. A importância da câmara de filmar era estimada pelo próprio PAIGC, que enviou para estudarem em Cuba aqueles que viriam a tornar-se nos primeiros cineastas guineenses, casos de Flora Gomes e de Sana Na N'Hada. É de Santiago Álvarez, realizador de que os jovens guineenses foram assistentes, a autoria do pequeno noticiário que exibimos sobre a Conferência Tricontinental de 1966, em Havana, onde a oratória de Fidel Castro engrandece o líder do PAIGC. Em finais de 1970, a câmara de filmar acompanhará também o jovem Mikko Phyälä, então secretário da União Nacional de Estudantes da Finlândia, em viagem às zonas libertadas.

Onde Amílcar Cabral não mais colocará os pés é em Portugal. Mas a distância de segurança não o impediu de querer estabelecer uma diferença de natureza entre os poderes e o povo do país colonizador. Em 1963, o PAIGC dirige uma carta aos soldados portugueses, avisando-os do início da luta armada e procurando que se demarquem da guerra a que eram conduzidos.

Por sua vez, ao longo dos anos, há sectores da oposição portuguesa que se mostrarão solidários com a luta do PAIGC. Em 1966, Amílcar Cabral é entrevistado pela emissora Voz da Liberdade, da Frente Patriótica de Libertação Nacional, que opera a partir de Argel, cidade que Cabral visitou várias vezes. (Numa dessas visitas, e como era hábito fazer nos seus périplos diplomáticos, remeteu lembranças postais a Ana Maria Cabral, sua segunda mulher). Em 1971, Aurélio Santos e a Rádio Portugal Livre, emissora do PCP que transmite a partir da Roménia, fazem reportagem nas regiões libertadas da Guiné.

Portugueses como Fernando Baginha, que deixará a Suécia — para onde havia desertado — rumo a Conacri, chegam mesmo a juntar-se às fileiras do PAIGC e à sua escola-piloto. Foi, aliás, na Suécia, um dos poucos países ocidentais que então se encontrava fora da NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte), que se produziram muitos dos manuais das escolas das zonas libertadas.

4. MORTE E INDEPENDÊNCIA

Em 1972, em Conacri, por ocasião das cerimónias fúnebres do ex-presidente ganês Kwame Nkrumah, Amílcar Cabral discursa perante milhares de pessoas sobre o «cancro da traição». Poucos meses depois, no dia 20 de janeiro de 1973, naquela mesma cidade, é assassinado a tiro, por elementos do seu próprio partido que se suspeita estarem conluídos com as autoridades portuguesas. Independentemente das diferentes teses em torno do assassinato de Amílcar Cabral, o acontecimento teve um impacto mediático global imediato. Sucederam-se manifestações de pesar nas ruas como nas instituições.

A crescente percepção do perigo que corria não abalou a determinação de Cabral nos seus últimos meses de vida. Em 1972, em carta enviada ao seu camarada Pedro Pires, dava conta de novos apoios obtidos a Leste — agora na Roménia e na Hungria — e transmitia indicações e conselhos quanto a um futuro ataque ao quartel português em Guiledje. Não menos importante, anunciava que se deslocaria novamente à URSS, «a ver se conveço os amigos a nos darem a Strella». Em maio de 1973, quatro meses após o assassinato de Cabral, a tomada de Guiledje será concretizada, feito militar assinalado no quartel com a exposição de um retrato de Cabral sob a bandeira hasteada do PAIGC. Apesar da morte de Cabral, a independência aproximava-se. Preparada desde 1972, a I Assembleia Nacional Popular da Guiné ocorrerá em setembro de 1973, em Madina de Boé, e no dia 24 será unilateralmente declarada a independência. Depois do 25 de abril de 1974, até mesmo o Estado português reconheceria o fim do seu império colonial.

5. A IMAGEM EM MOVIMENTO

Foi através dos primeiros perfis biográficos elaborados pelo PAIGC para a imprensa internacional, antes ainda do início da luta armada, que começou por ser fixada a memória de Amílcar Cabral. Ao longo dos anos seguintes, apoiando-se também na itinerância de Cabral, as suas palavras passaram a ter eco em diferentes contextos nacionais. E com o assassinato, em 1973, a dimensão heroica da figura ampliou-se dramaticamente. Com contributos, entre outros, dos artistas gráficos da OSPAAAL, a Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, da África e da América Latina, a imagem de Cabral tornou-se um ícone anti-imperialista.

Na Guiné-Bissau e em Cabo-Verde, Cabral foi explicitamente celebrado como fundador da nação, nos termos que a imaginação institucional autorizou: o seu rosto apareceu em selos postais e nas moedas e notas oficiais; o seu nome designou os mais altos títulos honoríficos; o dia da sua morte tornou-se feriado no calendário de ambos os países. Em 1976, o seu cadáver foi trasladado do Mausoléu de Camayenne, em Conacri, para o Forte da Amura, em Bissau, numa cerimónia com honras de Estado que seria minuciosamente descrita pelo jornal *Nô Pintcha*. Em 1979 foi criada a Taça Amílcar Cabral, competição futebolística aberta à participação de Guiné-Bissau e de Cabo Verde, mas também do Senegal, da Guiné ou da Mauritânia, entre outros países da região.

A figura de Amílcar Cabral também compareceu nos dias do 25 de abril português. Esteve presente nos primeiros protestos contra o embarque de soldados para as colónias. No Porto, por iniciativa de estudantes maoístas, o Liceu Dom Manuel foi durante algum tempo oficiosamente renomeado Liceu Amílcar Cabral. Em Lisboa, a Ar.Co organizou a exposição *Retratos de Amílcar Cabral*, do pintor Luís Noronha da Costa. José Mário Branco cantou «viva Amílcar Cabral!» e Jorge Peixinho compôs «Elegia a Amílcar Cabral».

A

EXPOSIÇÃO

PEÇA A

PEÇA



1. O IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS



DO MINDELO A LISBOA

Amílcar Cabral fez o Liceu em Cabo Verde. Seguiram-se Lisboa e a Universidade. No primeiro ano, destacou-se pelo desempenho a Matemática, no seguinte, aproximou-se da colega Maria Helena Rodrigues, a despeito do racismo presente na sociedade portuguesa: «Estás a falar muito com o preto», ouviu então Maria Helena, que acabaria por namorar — e depois casar — com Amílcar.

No dia do matrimónio, recordaria a noiva décadas depois, jantaram no Café Colonial, à Avenida Almirante Reis, em Lisboa. Em seguida, promoveram uma pequena festa com Alda Espírito Santo, Mário Pinto de Andrade e Agostinho Neto, entre outros. Os anos de Cabral em Lisboa foram marcados pelo racismo, mas também por amor e amizade.¹

Dos sentimentos de amor, podemos dar conta por via da correspondência trocada com Maria Helena. É numa dessas trocas que, em 1948, Amílcar envia à

sua futura esposa uma fotografia dos seus tempos de meninice em Cabo Verde, desafiando-a a encontrá-lo por entre os inúmeros alunos que se posicionavam diante da câmara fotográfica: «Se conseguir um envelope grande, vou mandar-te uma fotografia tirada no meu Liceu, em S. Vicente de Cabo Verde, há 10 anos. Estava eu no 2º ano do Liceu e, se procurares com atenção (faz disso um quebra-cabeças para as horas vagas), lá encontrarás o teu Amílcar, miúdo de 12 anos, calças curtas, um ar atrevido, mas um pouco ou muito diferente do Amílcar de hoje. Vai ser difícil, garanto-te».²

Das amizades de Amílcar Cabral em Lisboa, fazem prova outras fotografias, como a que faz chegar a sua mãe, a quem envia um retrato de um grupo de amigos, entre os quais Marcelino dos Santos, com quem Cabral chegara a partilhar quarto em Lisboa. Junto por escrito com a fotografia, Amílcar lançava à mãe um desafio

semelhante ao quebra-cabeças que Maria Helena havia sido chamada a resolver: «Queridos: Sabem qual é o vosso Amílcar? Vê lá se descobre Mãe querida e recebe um beijo do teu Amílcar».

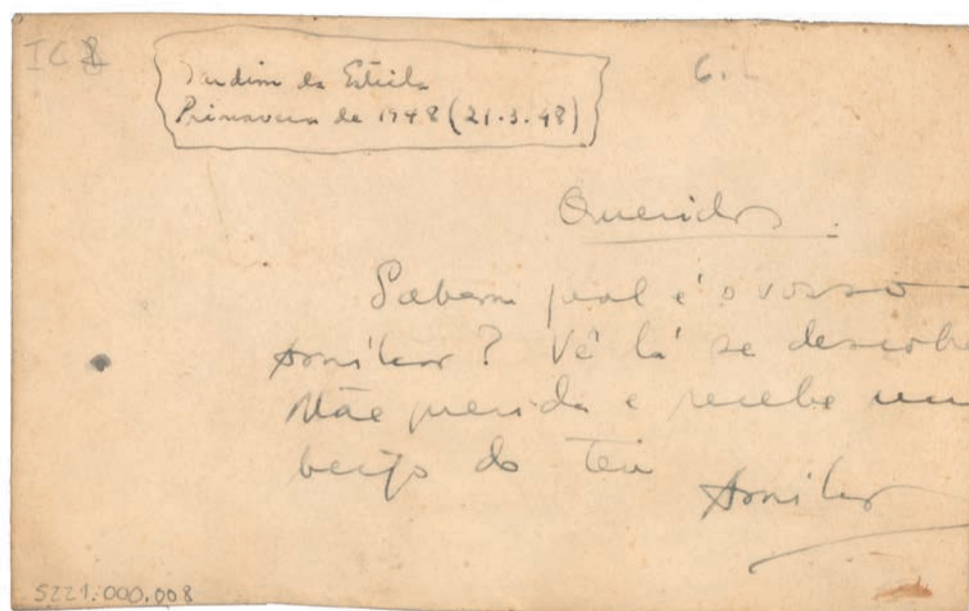
A fotografia enviada a sua mãe fora tirada no Jardim da Estrela, uma das zonas frequentadas por Cabral em Lisboa, cidade cujos bairros e ruas despertavam o seu sentido de observação: ao descer do bairro da Ajuda, onde se encontrava o ISA, era sensibilizado pela situação dos operários de Alcântara; ao percorrer a Casal Ribeiro, onde residiu, não longe da Casa dos Estudantes do Império (CEI), tomava nota das feições de classe que a avenida ia ganhando ao longo do seu percurso: «A Avenida começa no Largo da Estefânia e termina no Saldanha. Um, a mediania, a calçada de pedra, as casas de ontem; no centro, o luxo, o piso asfaltado, as casas ultramodernas. Da mediania ao luxo, vai a Avenida Casal Ribeiro».³



O PRINCÍPIO FUTEBOLÍSTICO DA UNIDADE

O desporto motivou Amílcar Cabral desde jovem. Numa fotografia, vemo-lo a alinhar pelas cores do Boavista Futebol Clube. É o primeiro à direita, na fila de baixo. Este registo fotográfico data de setembro de 1945 e faz demonstração do gosto do jovem Cabral pelo futebol. Um gosto que o acompanha quando vem estudar para Lisboa. Nesta cidade, assiste a jogos na Tapada da Ajuda — onde vê a sua equipa predileta, o Sport Lisboa e Benfica, derrotar o Atlético — e participa de equipas da CEI e do ISA. Segundo o próprio, o seu contributo para a modalidade seria distintivo: «Ganhámos por 7-0 às Reservas do Académica, e o teu Amílcar parece que agradou aos espectadores que se não pouparam a gritos e aplausos. Meti um “goal”, jogando a ponta esquerda».⁴ A fama do jovem futebolista não seria simples efeito de um certo enfaçamento. Pelo menos Maria Helena confirmaria, mais tarde, que Cabral era exímio a executar cantos diretos. Terá chegado a ser convidado a ir treinar ao já referido Sport Lisboa e Benfica.

A experiência futebolística acabou por inspirar a pedagogia da unidade preconizada por Cabral ao tempo da luta de libertação, conforme assinalado, entre outros, pelo historiador brasileiro Victor Melo. No seminário de 1969, em Conacri, Cabral afirmava: «Cada um pode conservar a sua personalidade, as suas ideias, a sua religião, os seus problemas pessoais, um pouco da sua maneira de jogar mesmo, mas eles têm que obedecer todos a uma coisa: têm que agir em conjunto, para meter golos contra qualquer adversário com quem estiverem a jogar, quer dizer, à roda deste objectivo concreto, meter o máximo de golos contra o adversário. Têm que formar uma unidade. Se não o fizerem, não é o ‘time’ de futebol, não é nada. Isto é para verem um exemplo claro de Unidade».⁵



A POESIA COMO UM PRODUTO DO MEIO

No verão de 1949, Amílcar Cabral viajou para Cabo Verde, a fim de passar uma temporada com a família. Foram as primeiras e únicas férias que pôde fazer durante os seus anos de estudante universitário. Terá sido aí que escreveu o poema «Regresso...», celebrando a chegada das chuvas ao arquipélago e, quiçá, o seu próprio retorno. O poema foi publicado ainda em novembro desse ano de 1949, no periódico oficial *Cabo Verde. Boletim de Informação e Propaganda*. No mesmo número, Cabral publicou também «Em defesa da terra. A erosão — suas causas e efeitos» e no número anterior já se referira às chuvas torrenciais que em agosto de 1949, e após quatro anos de seca, haviam inundado a ilha de Santiago.⁶ Foram os primeiros de uma série de artigos na área da Agronomia que teria continuidade nos anos

seguintes em outras publicações, como por exemplo o *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*.

Amílcar Cabral escreveu os seus primeiros poemas durante os anos do liceu, conforme foi estudado, entre outros, por Gerald Moser e Oswaldo Osório. Para a sua criação literária terá contribuído uma certa efervescência cultural que se vivia no Mindelo, e no seio do próprio liceu, com o aparecimento do movimento dos Claridosos e da Academia Cultivar. De início, a poesia de Cabral foi dominada por temas líricos, sob influência das leituras escolares de Casimiro de Abreu, Gonçalves Crespo, Guerra Junqueiro e outros escritores portugueses e brasileiros, conforme assinalado por Mário Pinto de Andrade no ensaio biográfico que lhe dedicou em 1980. Paulatinamente, o lirismo veio a

dar lugar a temas que revelavam preocupações sociais ligadas à insularidade (o isolamento e a emigração) e aos flagelos causados pela seca, pela aridez e pelo fenómeno da erosão. É também a esta luz que deve ser entendida a sua apologia da poesia «como um produto do meio em que tem expressão».⁷

Nas últimas décadas, o poema «Regresso...» tem sido objeto de apropriação musical. A cantora brasileira Alcione interpretou-o no álbum *Almas e Corações*, de 1983. A cabo-verdiana Tété Alinho fez o mesmo no seu álbum *Sentires*, de 1998. Cesária Évora e Caetano Veloso juntaram-se para cantar o poema no álbum *São Vicente di longe*, de 2001.

A CONSTRUÇÃO DA REPUTAÇÃO INTELECTUAL

Entre as amizades que Amílcar Cabral fez durante a licenciatura, conta-se a do seu colega Sousa Veloso, autor da caricatura de Cabral que consta de um livro do fim do curso de Agronomia. Mais tarde conhecido pelas suas prestações na televisão portuguesa, designadamente no programa *TV Rural*, Sousa Veloso retratou o seu colega por referência às secas e à chuva, nele sublinhando ainda o gosto pelo futebol e a entrega à leitura. Neste último domínio, Veloso destacou três autores: o escritor russo Dostóievski, o trabalhista britânico Harold Laski e ainda Engels, mencionado isoladamente, sem a companhia de Marx, protegendo a caricatura de olhares mais censórios. Ainda que durante o período da guerra a imagem de Cabral tenha sido frequentemente projetada noutros moldes, nomeadamente o de combatente, foi com livros na mão que acabou por ser representado na estátua que em 2000 lhe foi erguida na cidade da Praia. A sua reputação intelectual, na verdade, tem-no feito referência teórica em áreas tão diversas como os Estudos Pós-coloniais e os estudos sobre estratégia militar.

A EROSIÃO DO SOLO ALENTEJANO

A licenciatura foi concluída em 1952, com a defesa da monografia *O problema da erosão do solo. Contribuição para o seu estudo na região de Cuba (Alentejo)*. A questão da erosão do solo era ensinada e investigada no ISA, no quadro do desenvolvimento da Pedologia, mas falava igualmente à condição cabo-verdiana de Cabral, sendo que a temática acompanhá-lo-á quando termina o curso e parte para a Guiné. Em 1954, publicará, no *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, um estudo intitulado «Para o conhecimento do problema da erosão do solo na Guiné».

A monografia de licenciatura é dedicada à sua mãe, «Mãe-Iva», e aos jornalistas do Alentejo. A esta segunda dedicatória não será estranha a importância dos assalariados rurais na cultura política e literária de parte da oposição antifascista em Portugal. Mas o compromisso de Cabral com a Agronomia dependia então, em primeiro lugar, do entendimento que fazia da ciência, por ele tida como chave do desenvolvimento humano. A análise da «estrutura agrária do meio» — que Cabral dizia ser necessário empreender trazendo à reflexão aspetos económicos e sociais e, assim, superando as dimensões estritamente técnicas do problema da erosão — era desenvolvida por professores e colegas de inclinação político-ideológica muito diversa.

AMÍLCAR LOPES CABRAL

Se eu fosse Pitoniza
Terrível deusa da sina
Tangeria p'ra você
Um conto que eu vou narrar...

Nas asas do seu sonho de poeta
No devaneio de toda a gente
No canto-esperança
Da moça gente
Vibra o hino do porvir
Preso à lira da vitória.

A lira é fonte de esperança...
É devaneio em sonho
Nas asas do Pensamento.

O sonho é futuro.
Futuro é o Ideal
Na alma da gente moça

O Ideal é sorriso de vida
É rasgar de sonhos
E é viver.

P'ra você Amílcar
Na senda do seu viver
No final do curso
Continuo tangendo
A lira de profetiza

Nas plagas sem nome
Das terras do Mar de Além
No canto tropical
D'águas marinhas
De terras d'África,
Eu transmito em conto
A mensagem de choro
Da terra quente.

Na música longe do poente
Sinto chamar na voz do vento
Sinto o soluço da terra
Chamando gente p'ra acalantar

Na voz longínqua
Vejo a prece do Mar
A chamar, a gemer...



Vejo a África
Em busca de seus filhos...
Vejo-a a pedir vida
A chorar longe...

P'ra você eu deixo o canto da Terra
— Esse cantar de esperança...
Deixo-o em busca
Da mensagem da Raça.

Da
Alda do Espírito Santo

Para ti, Mãe Iva,
Eu deixo uma parcela
Do meu livro de curso...
P'ra ti, que foste a estrela
Da minha infância agreste.
P'ra ti, Mãe, que me deste
A tua alma viva
E o teu Amor profundo,
Maior que o próprio Mundo!

Aceita este tributo,
Que tudo quanto eu for,
Será do teu Amor,
— Tua carne, Mãe, teu fruto!

Sem ti, não sou ninguém.
Só sou — porque és Mãe.

Lisboa, 1949.

Teu filho
Amílcar

A AGRONOMIA DA «GUINÉ PORTUGUESA»

Med. n.º 1

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Provincia da Guiné (a)

Serviços Agrícolas e Florestais

FOLHA DE INFORMAÇÃO ANUAL

De Engenheiro Agrônomo, contratado em actividade de serviço, AMILCAR LOPES CABRAL (b)

natural de Bissau (Guiné) (c) idade 27 em 08, estado Casado

Periodo a que se refere a informação: desde 22 de Setembro de 1952 a 31 de Dezembro de 1952

Local de serviço Bissau (Posto Agrícola)

INFORMAÇÃO GERAL

Questões	Respostas	Juizo opinativo
1.º — É activo, zeloso e dedicado pelo serviço?	Sim	Há o meu convencimento que posso fazer a meu cargo, de uma maneira que seja útil ao Estado e ao povo. Tenho qualidade de trabalhador e de agricultor. É estivo e um bom elemento técnico.
2.º — É assíduo e pontual no cumprimento do dever?	Sim	
3.º — É competente, metódico e confiante no desempenho do cargo?	Sim	
4.º — É diligente na fiscalização e cobrança dos rendimentos do Estado?	Sim	
5.º — É obediente e tem boa compreensão da disciplina?	Sim	
6.º — É firme na autoridade e no sentimento das responsabilidades?	Sim	
7.º — É atencioso para com o público e autoridades?	Sim	
8.º — É respeitado pelos indígenas?	Sim	
9.º — É briso no porte individual, cumpridor dos deveres cívicos e da moral social?	Sim	
10.º — Faltas por licença	—	
11.º — Faltas justificadas	—	
12.º — Faltas não justificadas	—	

Bissau, de Dezembro de 1952

O INFORMADOR,
Amílcar Lopes Cabral

Declaro que tomei conhecimento das respostas aos quesitos desta informação e do que consta no verso sobre dados biográficos.
31 de Dezembro de 1952

Med. n.º 1

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Provincia da Guiné (a)

Serviços Agrícolas e Florestais

FOLHA DE INFORMAÇÃO ANUAL

De Engenheiro Agrônomo, contratado em actividade de serviço, AMILCAR LOPES CABRAL (b)

natural de Bissau (Guiné) (c) idade 27 em 08, estado Casado

Periodo a que se refere a informação: desde 1 de Janeiro de 1952 a 31 de Dezembro de 1952

Local de serviço Bissau

INFORMAÇÃO GERAL

Questões	Respostas	Juizo opinativo
1.º — É activo, zeloso e dedicado pelo serviço?	Sim	Continua a ser um bom elemento técnico sério e honesto no seu trabalho.
2.º — É assíduo e pontual no cumprimento do dever?	Sim	
3.º — É competente, metódico e confiante no desempenho do cargo?	Sim	
4.º — É diligente na fiscalização e cobrança dos rendimentos do Estado?	Sim	
5.º — É obediente e tem boa compreensão da disciplina?	Sim	
6.º — É firme na autoridade e no sentimento das responsabilidades?	Sim	
7.º — É atencioso para com o público e autoridades?	Sim	
8.º — É respeitado pelos indígenas?	Sim	
9.º — É briso no porte individual, cumpridor dos deveres cívicos e da moral social?	Sim	
10.º — Faltas por licença	—	
11.º — Faltas justificadas	—	
12.º — Faltas não justificadas	—	

Bissau, 31 de Dezembro de 1952

O INFORMADOR,
Amílcar Lopes Cabral

Declaro que tomei conhecimento das respostas aos quesitos desta informação e do que consta no verso sobre dados biográficos.
31 de Dezembro de 1952

«A natureza aqui, apesar de tudo quanto opiniões metafísicas podem apontar, convida ao trabalho e à conquista no sentido da “vivificação da vida”», escreve Amílcar Cabral quando chega à Guiné, em 1952, para ocupar o cargo de Diretor do Posto Agrícola Experimental do Pessubé, nos arredores de Bissau. Recém-formado engenheiro, animado pela possibilidade de o seu saber poder vir a fazer a diferença na hora do homem trabalhar a terra, Cabral impressiona-se com a Granja do Pessubé. Faz notar isso mesmo em carta a Maria Helena, que mais tarde se lhe juntará no terreno: «Vou dar-te uma páli-da ideia do que é esta propriedade. Tem 140 ha de área, com possibilidades de aumento. Contém árvores de fruto as mais variadas, além de outras culturas. São meus companheiros de trabalho direto, um regente agrícola, 3 práticos agrícolas e um encarregado do armazém. O armazém, a secretaria, a casa de máquinas, o meu gabinete, o celeiro, etc. (laboratório a arranjar) estão situados num edifício enorme, frente à nossa casa, um edifício novo com muitas divisões. Funciona aqui uma oficina de carpintaria rural, sujeita à minha direcção, com 3 técnicos, onde se constroem os mais variados objectos. Temos campo largo para muito trabalho, para todos os trabalhos. A propósito digo-te que há gramíneas de todas as espécies. Tem algum gado e vamos desenvolver a nossa pecuária. Há água em abundância e, para a época seca, vários poços. Bem, amor, quando vieres, verás

quão pouco te disse acerca desta propriedade. Onde há possibilidades naturais para uma obra séria e verdadeiramente útil. Espero que me deem todas as ou pelo menos as condições mínimas para produzir».⁸


Todavia, pouco tempo depois da chegada ao Pessubé, Cabral é chamado pelas autoridades coloniais a dirigir a equipa encarregada de realizar o recenseamento agrícola da Guiné. A necessidade de as autoridades portuguesas mostrarem empenho na modernização da colónia, dando seguimento a compromissos assumidos anos antes pelo Estado português junto de organismos internacionais como a FAO (*Food and Agriculture Organization of the United Nations*), ia ao encontro da vontade reformadora do jovem engenheiro agrônomo. Era uma oportunidade para poder contribuir para o melhoramento da economia e da vida locais de uma forma mais estruturante, indo além das circunstâncias do Pessubé. Em dezembro de 1954, nas notas preliminares ao relatório resultante do recenseamento, Cabral escreverá: «Parece ao signatário que a conclusão do recenseamento agrícola deve transcender a mera satisfação de um compromisso contraído no campo internacional. Representa a aquisição de uma série de conhecimentos que podem e devem servir de base à estrutura do fomento e do progresso agrícola da Guiné. Os números aqui apresentados resultam de um longo trabalho de cam-

po durante o qual se percorreu a Guiné de lés a lés, estudando, medindo e inquirindo. Traduzem, no seu conjunto e na medida em que um trabalho como este o pode traduzir, uma realidade: a realidade agrícola da Guiné. Para que tenham utilidade, para que o Recenseamento Agrícola seja uma obra útil, o conhecimento desses números deve servir a melhoria dessa realidade».⁹

Os efeitos que o recenseamento veio a ter nas políticas das autoridades coloniais foram modestos. Alguns aspetos das conclusões apuradas por Cabral e sua equipa, como a importância e potencial de práticas agrícolas indígenas, nomeadamente a nível do arroz, foram valorizados por figuras como Avelino Teixeira da Mota, nas páginas do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Mas as autoridades coloniais não gizaram políticas que dessem consequência ao diagnóstico elaborado por Cabral. Na verdade, a experiência, os contactos e o conhecimento adquiridos por Cabral no contexto da realização do recenseamento revelar-se-ão particularmente úteis, sim, mas bem mais tarde, durante os anos 60, no quadro dos esforços desenvolvidos pelo PAIGC para garantir a implantação territorial da guerrilha e a mobilização anticolonial da população.

Cabral e Maria Helena acabariam, aliás, por deixar a Guiné pouco tempo depois da conclusão do recenseamento, durante a elaboração do qual tiveram conflitos

Modelo nº. 1


MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

PROVINCIA DA GUINÉ (a)
 Serviços Agrícolas e Florestais

FOLHA DE INFORMAÇÃO ANUAL

De Engenheiro Agrônomo, contratado em actividade de serviço, AMILCAR LOPES CABRAL (b)
 natural de Bafatá (Guiné) (c), idade 29, estado casado

Período a que se refere a informação: desde 1 de Janeiro de 1954 a 31 de Dezembro de 1954
 Local de serviço Bissau

INFORMAÇÃO GERAL

3130 Tip. Mis. Bissau

Quesitos	Respostas	Juizo opinativo
1.º — É activo, zeloso e dedicado pelo serviço?	Sim	<i>trata-se de um elemento com boas qualidades de técnico. Há, todavia, a sensação que se trata de um facto especial, não gostando de ser contrariado, o que por vezes prejudica o bom andamento do serviço. Classifico-o de bom</i>
2.º — É assíduo e pontual no cumprimento do dever?	Sim	
3.º — É competente, metódico e confiante no desempenho do cargo?	Sim	
4.º — É diligente na fiscalização e cobrança dos rendimentos do Estado?	Sim	
5.º — É obediente e tem boa compreensão da disciplina?	Sim	
6.º — É firme na autoridade e no sentimento das responsabilidades?	Sim	
7.º — É atencioso para com o público e autoridades?	Sim	
8.º — É respeitado pelos indígenas?	Sim	
9.º — É brioso no porte individual, cumpridor dos deveres cívicos e da moral social?	Sim	
10.º — Faltas por licença	—	
11.º — Faltas justificadas	—	
12.º — Faltas não justificadas	—	

Bissau, 31 de Dezembro de 1954

O INFORMADOR:
Maria Helena Rodrigues

Declaro que tomei conhecimento das respostas aos quesitos desta informação e do que consta no verso sobre dados biográficos.
 10 de Janeiro de 1955

com os seus superiores. As folhas de informação anual que expomos mostram-no. Na primeira folha, o pouco tempo de serviço não impede que o Informador assinale a sua «ótima qualidade de trabalho e de iniciativa», acrescentando que Cabral «é estudioso e um bom elemento técnico». Mas da folha de 1954 consta já que Cabral «é portador de um feitio especial, não gostando de ser contrariado, o que por vezes prejudica o bom andamento dos serviços». As folhas de informação anual

testemunham também a passagem terminológica de «Ministério das Colónias» a «Ministério do Ultramar», operada pelo regime para alegar a singularidade da sua agenda imperial no quadro do segundo pós-guerra.

Amílcar Cabral e Maria Helena Rodrigues acabaram por deixar a Guiné em 1955, por motivo de doença, embora nessa altura também já despertassem a atenção das autoridades policiais. Nestes anos que passou na Guiné, segundo o historiador Julião Soa-

res Sousa, que entrevistou pessoas que à época com ele privaram, Cabral dinamizou e participou em pequenos grupos de consciencialização, em Bissau. Foi também neste período que ele, Maria Helena e outros travaram conhecimento com Sofia Pomba Guerra, uma militante comunista portuguesa, farmacêutica, que havia sido expulsa de Moçambique.

2. «TEMOS DE CAMINHAR FIRMEMENTE ATÉ À VITÓRIA FINAL»

RACISMO E ANTIRACISMO NO SEGUNDO PÓS-GUERRA

A experiência do racismo é sentida na própria pele logo nos anos 40, no quotidiano da cidade de Lisboa. Mas é também alimentada pelo eco de episódios internacionais de que Amílcar e Maria Helena se inteiram pela imprensa. Nas voltas do correio que trocam entre si, junto a mensagens de amor e fotografias pessoais, dão-se a conhecer recortes do que cada um ia lendo. Em agosto de 1948, um recorte d'O Comércio do Porto, enviado por Maria Helena a Amílcar, leva este a comentar a situação na África do Sul: «E vieram então as grandes migrações de indianos e de chineses, principalmente de indianos.

E os brancos quiseram, da mesma maneira que para os negros, escravizar a nova mão de obra. E foi precisamente disso que nasceu o conflito indiano, no qual um jovem advogado hindu se salientou, tornando-se o dirigente das massas indianas, o defensor dos seus direitos como homem. Esse advogado foi Gandhi».¹⁰ Poucos dias mais tarde, é a vez de Cabral enviar uma notícia a Maria Helena, esta publicada no Mundo Desportivo, referente aos sucessos de atletas negros nos Jogos Olímpicos de Londres, em 1948, quando Alice Coachman se tornou a primeira mulher negra a

sagrar-se campeã olímpica. As grandes competições desportivas internacionais retomavam o seu ritmo, finda a Segunda Guerra Mundial, e Cabral valorizava o desporto enquanto prática avessa ao racismo. «Quando todos os homens se aperceberem de que ninguém tem o direito de tirar aos outros a oportunidade de viver, então o Mundo será feliz e a vida será um amplo estádio de jogos olímpicos, em que as vitórias serão a consecução de maiores bens para a felicidade de todos, sem qualquer distinção».¹¹



OS ANOS DE BANDUNG

Reunindo mais de vinte Estados africanos e asiáticos, a Conferência de Bandung realizou-se na Indonésia em abril de 1955. Contestando o colonialismo e o neocolonialismo, opondo-lhe a cooperação afro-asiática como alternativa de futuro, e delineando princípios de uma política de não-alinhamento no conflito entre os EUA e a URSS, a conferência teve lugar sob o impulso do presidente indonésio Sukarno e do primeiro-ministro indiano Nehru. Reuniu igualmente os esforços diplomáticos da China revolucionária de 1949.

Em Portugal, antes mesmo da realização da conferência, um jovem intelectual afeiçoado à ditadura, Adriano Moreira, veio a público alertar gravosamente para «esta verdadeira conspiração contra a presença do branco em África».¹² Mas a relevância da promessa de unidade entre os Estados e movimentos africanos e asiáticos reunidos em Bandung, e que eram representativos de cerca de metade da população mundial, também não passou despercebida a alguns dos portugueses que combatiam o fascismo. Logo em junho de 1955, apesar de estar encarcerado nas prisões do Estado Novo, o militante comunista Jaime Serra observava: «É cedo ainda para nos apercebermos de toda a importância da Conferência de Bandung e das profun-

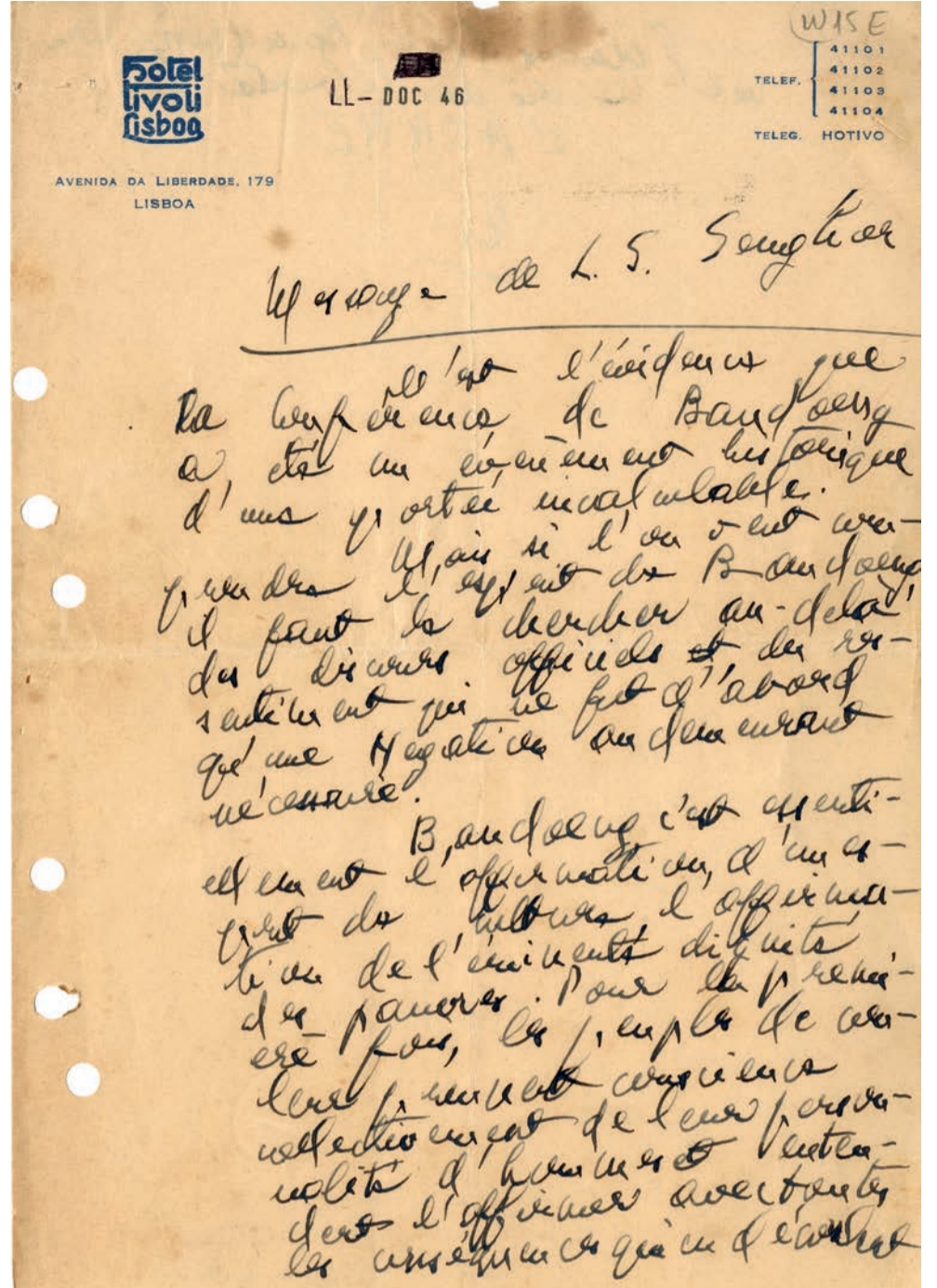
das repercussões que virá a ter nos acontecimentos mundiais dum modo geral, mas desde já podemos dizer que a sua realização terá efeitos decisivos na luta libertadora dos povos coloniais e terá para nós, portugueses, uma importância extraordinária pelas incidências que o problema da luta dos povos das colónias portuguesas tem na luta do próprio povo português contra o domínio fascista. O caso de Goa é disso uma prova evidente pelas repercussões que já teve e que virá a ter no país».¹³

Para alguns jovens da Casa dos Estudantes do Império, Bandung ganhou rapidamente uma importância de contornos históricos. Em abril de 1957, e numa altura em que a grande vaga da descolonização da África Subsaariana estava a ter início — com a independência do Gana — Lúcio Lara e outros associados da CEI organizaram em Lisboa um jantar comemorativo de Bandung. Aos organizadores do evento seria enviada uma breve mensagem de Léopold Senghor (então deputado francês, futuramente líder do Senegal), que por esses dias se encontrava em Lisboa, e que assim rezava: «É evidente que a Conferência de Bandung foi um acontecimento histórico, de um alcance incalculável. Mas se quisermos compreender o espírito de Bandung é preciso procurar para além dos discursos oficiais e do ressentimento que começou por ser apenas uma negação, aliás necessária. Bandung é essencialmente a afirmação de um espírito de cultura, a afirmação da eminente dignidade dos pobres. Pela primeira vez os povos de cor tomam colectivamente consciência da sua personalidade como homens e decidem afirmá-la com todas as consequências que daí decorram. Saudemos Bandung como o dia da libertação do HOMEM».¹⁴

SOB VIGILÂNCIA DA PIDE

A primeira vez que o radar da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) terá sinalizado Amílcar Cabral foi em 1950, no decurso das averiguações feitas aos participantes numa manifestação organizada em Lisboa, junto ao Monumento aos mortos da Grande Guerra, pela componente juvenil do Movimento de Unidade Democrática, o MUD/juvenil. Segundo Julião Soares Sousa, não é certo que Cabral tenha participado nessa iniciativa, mas, por lá terem estado vários associados da CEI, a PIDE procurou saber quem eram os elementos politicamente mais ativos daquela Casa, bem como os seus dirigentes (e nesse ano, a vice-presidência da direção estava a cargo de Cabral). O que é seguro afirmar é que, ainda no âmbito das iniciativas do MUD/juvenil, Cabral subscreverá, em 1952, uma carta dirigida ao Presidente da República, Craveiro Lopes, protestando contra a realização em Lisboa de uma reunião da NATO. Esta circunstância levá-lo-á, junto com outros subscritores, a ser questionado pela PIDE.

Destes episódios, contudo, não resultam consequências de maior para o jovem Cabral. Na verdade, mesmo em 1956, as fichas da PIDE não lhe atribuem particular significado. Como referiu Julião Soares Sousa, os relatórios que autoridades policiais coloniais haviam feito anos antes em Bissau, e nos quais já se relevava a vocação contestatária e subversiva de Cabral, não terão chegado ao conhecimento da PIDE em Lisboa. Será apenas em 1959 que uma ficha da PIDE aberta no ano anterior identificará Cabral como uma ameaça mais séria, afirmando que se trata de um elemento «desafeto às instituições vigentes». O seu percurso anterior passará, então, a ser visto com outros olhos, revalorizando-se indícios que primeiro se ignorara ou desvalorizara. É assim que, em 1959, um agente da polícia política acrescenta à mão na ficha a seguinte informação: «Subscreveu uma exposição dirigida a S. Ex.^a o Presidente da República, que vem transcrita no *Avante!*».



6970 11. 3077 1

POLÍCIA INTERNACIONAL E DE DEFESA DO ESTADO a) Boletim de Informação N.º 147289 P. 1/25-5/60

Respeitante a Amílcar Lopes Cabral
Filho de Juvenal Lopes Cabral
e de Iva Pinhel Évora

Nascido a 12 / 9 / 1924 em Bafatá (guiné Portuguesa)
Profissão Engenheiro-Agrónomo Estado Casado
Bilhete de Identidade n.º _____, emitido em ____ / ____ / 19____
Arquivo de Identificação d _____

Residente Av. Infante Santo, Lote Particular, nº. 2-2º. Esq.º

a) Enviado em 17/11/1958, ao _____

INFORMAÇÃO

O referenciado exerce a sua profissão nos Serviços Fitopatológicos da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, no Largo de Santos, 3.
Moral e politicamente, nada se apurou em seu desabono.
Lx. 30-12-958.

O Chefe de Brigada, _____

Resposta enviada ao Sr. Presidente da República, que vem transcrita no *Avante!*

A preencher pela Polícia.

DO MOVIMENTO ANTI-COLONIALISTA AO MASSACRE DE PIDJIGUITI

No final dos anos 50, Amílcar Cabral visita Luanda e Bissau, assim como algumas capitais africanas. O objetivo é angariar apoios para o progresso da luta contra o colonialismo português. Durante a viagem, corresponde-se com os companheiros do MAC, o Movimento Anti-Colonialista, que havia sido fundado em 1958, com o propósito de desenvolver estratégias e ações de luta comuns aos diferentes movimentos de libertação das colónias portuguesas. Além de Cabral, entre os elementos mais destacados do MAC, contavam-se Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Lúcio Lara, Viriato da Cruz, Hugo de Menezes, Marcelino dos Santos ou Noémia de Sousa.

Na Nigéria, onde faz escala a caminho de Angola — estávamos no início de agosto de 1959 — Cabral fica a saber dos acontecimentos no porto de Pidjiguiti (Bissau), sem que, contudo, se aperceba da dimensão do massacre: «Na Guiné houve há dias 7 mortos e 5 feridos», escreve num aerograma que envia a Ruth Lara.¹⁵

De Luanda, onde testemunha o ambiente repressivo que levava dezenas de nacionalistas angolanos às prisões, viaja até aos dois Congos, ainda sob os domínios

da Bélgica (Leopoldville) e da França (Brazzaville), seguindo depois para Acra, no Gana. A 14 de setembro, em carta dirigida aos «Bons amigos», e endereçada a Lúcio Lara, fazia um balanço daquelas suas últimas semanas, indicando os contactos que tinha feito, inclusive com o governo ganês de Nkrumah, e manifestando a sua posição sobre o caminho a seguir: «Vivemos uma etapa nova e decisiva e não faz sentido continuarmos na Europa, com o mundo de coisas que temos de fazer em África, onde a nossa ausência deixa uma lacuna prejudicial à luta». A rematar a mesma missiva, comunicava de modo telegráfico: «Podemos arranjar dinheiro em África: é necessária a nossa presença. Sem isso, nada».¹⁶

O roteiro leva-o, em seguida, a uma curta estada em Bissau. Aí participa na fundação do PAIGC (primeiramente, Partido Africano da Independência). E recolhe *in loco* informações mais precisas sobre os acontecimentos de 3 de agosto, o dia do massacre de Pidjiguiti, no qual as forças coloniais e alguns civis portugueses mataram dezenas de africanos no porto de Bissau; boa parte dos quais, acrescente-se, eram trabalhadores da Casa Gouveia — um interposto comercial do grupo

empresarial português CUF (Companhia União Fabril) — que se encontravam em greve.

De Bissau parte para Dakar, sendo que é da capital senegalesa que envia, a 24 de setembro de 1959, nova carta aos companheiros do MAC. Esta carta — que se encontra no espólio de Lúcio Lara, conservado pela Associação Tchiweka de Documentação — é expedida quando se prepara para regressar a Lisboa. Sobre o sucedido em Pidjiguiti, escreve: «Foi uma lição e importa tirar daí as maiores vantagens para a luta». Sobre a luta, conclui: «Temos de caminhar firmemente até à vitória final».¹⁷

Nas décadas seguintes, o 3 de agosto passaria a ser reivindicado como um momento de viragem na condução da luta do PAIGC contra a dominação colonial. E o cais de Pidjiguiti tornar-se-ia um dos lugares de memória da resistência e libertação guineenses. Sendo que, desde os anos 90, e conforme indica a investigadora Sílvia Roque, sindicatos e trabalhadores portuários de Bissau têm igualmente reivindicado a memória de Pidjiguiti, para defenderem os seus direitos laborais e os seus salários.

IR PARA ÁFRICA

«África? Sim, eu tenho de ir para África, mas tu estarás comigo. Eu não vou deixar que tu fiques. Eu farei tudo, tudo para que me acompanhes sempre. Sempre. Que será a vida para mim, sem ti? Crê, Lena, eu já não concebo a vida sem ti. É certo que tenho ideais. Mas não creio que os meus ideais não sejam teus, que os não queiras tanto como eu».¹⁸ Era assim que Amílcar Cabral se dirigia a Maria Helena em 1948, a propósito de uma eventual partida de ambos para África. Sensivelmente três anos depois, partiriam para a Guiné, em trabalho.

A partida definitiva de Cabral para África aconteceria apenas em maio de 1960. Decidido a entregar-se por inteiro à luta anticolonial, a decisão não era simples. Não o fora em início dos anos 50, num contexto em que a vontade de partir, sendo já sentida como uma questão existencial, tinha motivos profissionais. Menos o era agora, quando a possibilidade de um futuro regresso a Lisboa se tornava inviável, em função da motivação anticolonial subjacente à decisão de ir para Conacri.

Mas Cabral mostrava-se decidido e tratou de persuadir Maria Helena, a quem escreve no dia 30 de abril de 1960, comunicando-lhe ter em sua posse as passagens de ambos. O tom da missiva não admite hesitações: «O nosso caminho é sempre para a frente, e não podemos pensar em voltar atrás». Ademais, Cabral enfatiza a importância da presença de Maria Helena a seu lado: «Compreenderás, além de toda a falta que fazemos um ao outro, que enquanto estiveres aí, longe de mim, ser-me-á sempre difícil trabalhar como julgo que posso, ser completamente útil, livre das amarguras da saudade e da intranquilidade».¹⁹

Em maio, Cabral partirá para Conacri, onde Maria Helena acabará por se lhe juntar. Separar-se-ão em meados dos anos 60. Maria Helena, a viver em Rabat, virá a ter um novo companheiro, Henrique Cerqueira, representante do General Humberto Delgado em Marrocos.

Leuza querida

30.4.60

13

41

Tenho na alforje a passagem para a viagem definitiva. Tenho também a ordem das passagens para ti e para Maria, que ficarão aqui depositadas em teu nome e à tua disposição. Chegou, portanto, o momento de tomarmos algumas decisões fundamentais para o nosso futuro, para a vida. Parto na próxima quinta-feira, 5 de Maio.

Na generalidade. O nosso caminho é sempre para a frente, e não podemos pensar em voltar atrás. Estamos decididos a construir uma nova vida e é só nessa base que se justificam todos os sacrifícios que temos feito. A minha paixão é a tua, a tua paixão é a minha — e a Maria está absolutamente integrada na nossa vida.

Estou confiante em que o caminho escolhido oferece uma razãoável margem de segurança. Somos dois seres válidos e desejosos de ser úteis. Temos as nossas profissões e a certeza de que necessitamos de nós. As pequenas passagens são uma prova de que necessitamos de nós, de que contamos com o nosso trabalho e com os nossos direitos. Mas sabemos que admito a possibilidade de termos de enfrentar algumas dificuldades. Mas isso não nos meli medo, desde que sejamos firmes, decididos e, acima de tudo, unidos. Confundidos, porque só vontade de ser cada um melhor, mais útil ao amor à vida.

Não seria improvável vivermos separados durante uns anos, caso a pequena vida exigisse de nós esse sacrifício. Só admitiremos essa hipótese em caso de extrema necessidade, só justificável para defender o mais da vida — a ti e a Maria. Não é esse o caso, porém. Nas circunstâncias em que nos encontramos e nas perspectivas que se nos oferecem, tudo subordinado ao imperativo de sermos úteis e à verdade do nosso amor, tal sacrifício seria inútil. E tudo quanto é inútil é prejudicial. Separar-nos por longo tempo, quando podemos estar juntos, seria destruir tudo quanto construímos em 12 anos de convivência, uma vida que não está no conforto de um lar nem nos móveis nem no direito a uma segurança, na licença, iluminada. Essa vida que está em nós mesmos, no nosso gestos e suspiros, no nosso pensamento e no nosso acção — que somos nós próprios.

Por isso — se há um caminho, aquele que, de cá de manhã, vamos continuar a percorrer juntos. Por isso, temos de tomar as nossas decisões neste momento — e quanto mais cedo nos encontrarmos de novo juntos, melhor para a vida. Comprometidos, além de toda a falta que fazemos um ao outro, que enquanto estiveres aí, longe de mim, este me — a sempre difícil trabalho como pulso que posso, ser completamente inútil, livre das amarguras da saudade e da intangibilidade.

Embora não tenha dito tudo, sei que me comprometo, que admito o que não digo e que, portanto, posso concluir, nesta pequena geral da nossa vida, o seguinte:

— Vamos continuar juntos a marcha da vida, na construção de um futuro útil.

— Devemos estar juntos o mais breve possível, mesmo que isso implique alguns sacrifícios materiais.

3.

O MUNDO DE AMÍLCAR CABRAL



O ANO DE 1960

Camarões, Togo, Senegal, Mali, Madagáscar, Somália, República Democrática do Congo, Benim, Níger, Burkina Faso, Costa do Marfim, Chade, Congo, Gabão, Mali, Nigéria e Mauritânia: em 1960 nascem 17 novos Estados africanos. A maioria eram ex-colónias francesas, como o Senegal, que se somava à República da Guiné para isolar territorialmente a chamada Guiné Portuguesa.

Mas 1960 foi também o ano em que anticolonialistas africanos de Angola, Guiné ou Moçambique deixaram a Europa para se instalarem em Conacri. A capital da República da Guiné tornava-se, nas palavras de Mário Pinto de Andrade, «a capital de dois movimentos de vanguarda: o MPLA e o PAIGC».²⁰ Terá sido através de contactos que o próprio Andrade estabeleceu em Paris durante os anos 50, quando trabalhara na redação da *Présence Africaine*, que se fez a ligação a Sékou Touré e a outras figuras da República da Guiné. Também o médico Hugo de Menezes, a trabalhar em Conacri

desde finais de 1959, foi importante para interceder pelos seus camaradas junto do poder guineense. Lúcio Lara e Viriato da Cruz juntaram-se-lhe após a II Conferência dos Povos Africanos, realizada na Tunísia em finais de janeiro. Em maio de 1960 seria a vez de Amílcar Cabral e de Andrade e o grupo alargar-se-ia rapidamente a outros militantes e dirigentes do PAIGC e do MPLA.

Numa fotografia alusiva à celebração da passagem do ano de 1960, estão identificados Paulo e Ruth Lara, Eugénia e Marília da Cruz, Conceição e Américo Boavida, Eduardo Macedo dos Santos, La Salette Menezes e Maria Judith Santos. O governo guineense providenciou casa e passaportes. Conacri era um local internacionalmente relevante, entre outras razões por causa do grande número de Embaixadas — desde logo de países socialistas — que aí existiam.

A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA



Chegado a Conacri no início de maio de 1960, Amílcar Cabral juntou-se aos companheiros do MPLA que ali se encontravam. Uma das prioridades do pequeno núcleo de dirigentes foi visitar as Embaixadas da URSS e da República Popular da China, em busca de mais apoios e novos aliados. Recordando esses esforços, Mário Pinto de Andrade, na série de entrevistas que concedeu a Michel Laban na década de 80, revelou que a aproximação à Embaixada soviética não foi, na altura, totalmente bem-sucedida, uma vez que os pedidos comportavam bolsas de estudo, mas também ajuda financeira e material que permitisse avançar para a luta armada. Em contraste, a abertura do embaixador chinês foi manifesta, sendo-lhes sugerida uma deslocação a Pequim.

Num estudo recente sobre as relações da República Popular da China com o PAIGC, Julião Soares Sousa refere que os dirigentes africanos passaram então a ser presença habitual nas receções e iniciativas da Embaixada chinesa em Conacri e que o convite formal para a viagem acabaria por chegar através do Comité Chinês de Solidariedade Afro-Asiática e do Instituto de Relações Exteriores do Povo Chinês.

A viagem, da qual existem registos fotográficos, realizou-se em agosto de 1960, prolongando-se por mais de quatro semanas. Da pequena comitiva, dirigida por Viriato da Cruz e Amílcar Cabral, faziam parte Eduardo Macedo dos Santos, do MPLA,

e Richard Turpin, Luciano Ndau e Daouda Bangoura, do PAIGC. Estes dois últimos acabariam por permanecer durante vários meses na China, para receberem formação política e militar.

Com efeito, em resultado da viagem, seria definida a formação de combatentes do PAIGC na Academia Militar de Nanquim. Em janeiro de 1961, um primeiro grupo constituído por 10 militantes, entre os quais João Bernardo Vieira (Nino Vieira), estagiou por cerca de cinco meses na China. Receberam treino militar, tiveram aulas sobre a revolução chinesa de 1949, viram filmes revolucionários. Foram familiarizados com o pensamento de Marx, Lenine, Mao Tsé-Tung e Ho Chi Min e aprenderam natação e topografia. Mais tarde, outros combatentes do PAIGC beneficiariam ainda de treino ministrado por instrutores chineses em campos para o efeito criados na Argélia e no Gana, durante a governação de Ben Bella e Nkrumah.

A partir de 1965, sensivelmente, as relações entre o PAIGC e a China deterioraram-se, levando à interrupção do apoio desta entre 1968 e 1970. As razões para esta deterioração serão variadas, mas entre elas conta-se a pressão chinesa para que os movimentos de libertação nacional condenassem o que Pequim então apelidava de revisionismo soviético.

BASIL DAVIDSON E GÉRARD CHALIAND

Na hora de divulgar internacionalmente os méritos da luta de libertação, o britânico Basil Davidson e o francês Gérard Chaliand foram apoios fundamentais do PAIGC e de Amílcar Cabral.

Davidson nasceu em 1914. Atuou em benefício dos serviços secretos britânicos ao tempo da II Guerra Mundial, quando esteve em cidades como Belgrado e Budapeste. Esses anos — em que também desenvolveu atividade jornalística — marcaram-no e o seu entusiasmo com a mobilização popular na resistência ao nazismo e ao fascismo, em regiões como os Balcãs, veio a estender-se à experiência das lutas de libertação em África. Foi em Londres, em março de 1960, que pôde começar a desenvolver uma colaboração mais próxima com Cabral, que aí se deslocara após participar na II Conferência de Povos Africanos.

Na capital britânica em representação da recém-criada Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (FRAN), que viera substituir o Movimento Anti-Colonialista, e que em 1961 daria lugar à Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), Cabral procura encontrar-se com personalidades, movimentos e grupos que acabarão por fazer parte da rede de solidariedade e apoio à lutas de libertação — do Movimento Anti-Apartheid ao Comité das Organizações Africanas, passando pela Liga Goesa. A estadia londrina permite-lhe também estabelecer contacto com a imprensa in-

ternacional, procurando sensibilizar esta para a crítica ao colonialismo português e cuidando de evitar o rótulo de comunista que alguns meios de comunicações ocidentais lhe procuravam colar.

As viagens e contactos internacionais acabam, na verdade, por convidar Cabral a vincar uma sua condição africana e nacionalista. Na folha de apontamentos pessoais que expomos, relativa à viagem a Londres, podemos vê-lo tomar nota de compromissos com Davidson ou com Julius Nyerere, mas igualmente a esboçar uma futura bandeira e suas cores. Em carta que de Londres envia a Lúcio Lara e Viriato da Cruz, refere: «há muito que desenho bandeiras e penso na letra do hino».²¹ A letra do hino seria escrita por Cabral poucos anos mais tarde, em 1963, tomando como inspiração uma composição musical que escutara em visita à China. Até 1996, o hino foi partilhado por Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Quanto a Gérard Chaliand, o seu primeiro encontro com Cabral teve lugar em 1962, em Conacri. O jornalista francês encontrava-se na capital da República da Guiné para escrever uma reportagem para um novo projeto do editor e livreiro François Maspero, a revista *Partisans*. Nascido em 1934, Chaliand foi, nas últimas décadas, um analista de conflitos internacionais académica e mediaticamente reconhecido. Mas já era um viajante experimentado quando conheceu Cabral. Aos 18 anos, tomara contacto com a Casbá, espaço fulcral

da futura insurreição argelina liderada pela Frente de Libertação Nacional (FLN). Depois disso, deambulava por Alemanha, Grécia, Egito, Espanha, Turquia, Índia ou Irão, entre outros países, pelo meio realizando estudos em Paris, no Institut national des langues et civilisations orientales (INALCO).

Entre Chaliand e o PAIGC estabeleceu-se, nos anos 60, uma relação de forte proximidade. Cabral escreverá para a *Partisans*, Chaliand enviar-lhe-á medicamentos e outros bens. Mais tarde, reencontram-se em Argel, onde o francês participa do novo semanário *Révolution Africaine*, de que será redator chefe. E em 1966 Chaliand faz parte de um primeiro contingente de jornalistas e observadores internacionais que visitam as zonas libertadas, na companhia, entre outros, do russo Oleg Ignatiev e do cineasta francês Mario Marret.

À semelhança do que sucede com os escritos de Davidson, os artigos e livros de Chaliand sobre a luta de libertação, o PAIGC e Amílcar Cabral terão ampla circulação internacional. A título de exemplo, veja-se que o seu *Lutte Armée en Afrique* (Paris, 1967) será publicado também como *Lotta armata in Africa* (Roma, 1968), *Väpnad kamp i Afrika* (Estocolmo, 1968), *Armed Struggle in Africa. With the Guerrillas in "Portuguese" Guinea* (Nova Iorque e Londres, 1969, com introdução de Davidson) ou ainda *Bewaffneter Kampf in Afrika* (Munique, 1969).

Paris

Organização da visita - reuniões e preparações - Paris - Lisboa em 1963. Estabelecimento de contactos - Lisboa - Paris

Contatos estabelecidos - resultados parciais

CAO (mensagens)

B.D.

Cooperativas (Catal), Delegados. O Congresso - Colonial freedom Antislavery St.

Pa A.V.

Jornalistas ingleses

Jornalistas africanos

Outras organizações

peleiros Nyassa - Moçambique - Tanganyika. (ARÉZIA)

Londres

Conferência

Conto de imprensa (2) - Resultados. A união portuguesa e estrangeira

Resultados

Documentos publicados

O "panfleto"

Criação do Comité de julgamento

Intervenção de abogados. Assoc. jurídicas

Auxílio aos fam. dos presos.

Para o futuro

O que têm de fazer em relação a Inglaterra.

Mantém a pressão e contactos. Mantém Cabral informado

Trabalho do Comité de julgamento

Polémica de imprensa. Notícias de oposição.

Volta para fazer um panfleto (em ou outro)

Mais ingleses no Comité internacional

Querer a qualquer preço entrar em contacto

Futuro

A Carta de fr.

O Manifesto.

OS Estatutos da UDEAN.

Os Resoluções de Limão

Documentos

Contatos / Lisboa - Eduardo

" / Bissão - Verde

Presidente

Secretário

Non

Responsável.

Redir

Responsáveis

20/00

20/00

20/00

Maria

Com

Maria

Wojewicz, Peral, outros.

Dirigentes. Um director

Carta de intenções

Bureau. Cui. Conf. Tanganyika

Delegado

Pro. problemas no Alentejo

Fundamental. Similitudines

Não

Em todo o mundo? África?

Conteúdo. Mais mulheres e parte de local

Dezembro e depois mais

Propor a ida.

9 de Agosto

AOS SOLDADOS PORTUGUESES

Cerca de um mês depois do início da luta armada na Guiné, o PAIGC dirigiu uma carta aos soldados portugueses. Assinada por Amílcar Cabral, datada de 22 de fevereiro de 1963, aí se anunciava: «Chegou a hora da verdade, chegou a hora em que vocês estão a ter a prova real de tudo quanto o nosso partido vos anunciou com a humana intenção de vos ajudar a defender as vossas vidas contra as mentiras e as ordens criminosas dos vossos patrões colonialistas».²² A mensagem é parte de um conjunto de missivas e cartas abertas dirigidas aos soldados portugueses. Procurando falar ao seu coração, mas também aos seus interesses, e ao seu instinto de sobrevivência, estas mensagens revelam empatia, mas também vontade de combate e um tom de ameaça. A carta de fevereiro de 1963 escrevia o nome dos soldados portugueses que já haviam sido mortos, lamentava as vidas que assim se perderam e, ao mesmo tempo, responsabilizava os próprios soldados pelo seu trágico destino: «vocês aceitaram e continuam a aceitar a vergonhosa e indigna condição de instrumentos inconscientes ao serviço da opressão e da repressão coloniais, em vez de serem, corajosamente, homens conscientes ao serviço dos verdadeiros interesses do vosso povo». Sendo

que a frontalidade crítica não fechava a porta a um desfecho menos sombrio: «Vocês estão ainda a tempo de tomar uma decisão justa».

Um ano antes, em carta de teor e com destinatários semelhante, Cabral perguntara: «Soldado português, que procuras tu na nossa terra?». Em seguida, responderia: «Os teus patrões colonialistas abusam de ti, fazem de ti um instrumento consciente para manter a dominação colonial na nossa terra. Enquanto fazes este sacrifício em África, na tua pátria que é Portugal, o regime tirânico de Salazar está às portas da morte. O povo português — o teu povo — está em revolta». Esta carta de 1962 é bem sugestiva da monitorização a que Cabral e o PAIGC sujeitavam a evolução da situação política e social em Portugal. Referem-se a acontecimentos da época, do assalto ao paquete Santa Maria às lutas dos assalariados rurais e às greves e manifestações operárias, mencionando também o levantamento de Beja, liderado pelo capitão Varela Gomes, motins no Couço e os acontecimentos em Goa.²³

A SUMBIA DE AMÍLCAR CABRAL



A sumbia tornou-se um ícone de Amílcar Cabral. O debate em torno da origem da sua predileção por esta peça de roupa permanece inconclusivo. No início dos anos 60, um camponês de uma aldeia guineense terá oferecido a sua própria sumbia a Cabral e este terá passado a usá-la como sinal de afeto e reconhecimento. A sumbia tornava-se símbolo do enraizamento popular do PAIGC.

Há quem defenda, contudo, que o uso da sumbia por Cabral tinha uma outra razão de ser. O barrete teria proveniência checoslovaca, onde, pelo nome de zimijovka, se encontra um adorno semelhante. O mesmo teria sido oferecido a Cabral em visita

à Checoslováquia ou daí enviado para Conacri, junto com as primeiras armas que aquele país da Europa de Leste forneceu à luta de libertação.

Em qualquer dos casos, a sumbia é hoje um dos objetos mais associados a Amílcar Cabral. Músicos como o cantor Dino d'Santiago usam-na por referência a Cabral. Coleções de roupa desenhadas no Senegal encontram nos seus motivos têxteis uma fonte de inspiração para as suas propostas. A sumbia que expomos foi-nos gentilmente cedida por Rosa Pomar.

A TRICONTINENTAL DE HAVANA

«No momento de regresso ao meu país depois da histórica conferência de Havana que marcou mais uma vitória importante na luta comum contra o colonialismo, tenho o prazer e a honra de lhe endereçar as saudações mais calorosas e a expressão da melhor lembrança dos dias que passei ao seu lado, ao lado do povo heróico da Cuba socialista». Assim escrevia Amílcar Cabral em 1966, em carta dirigida a Fidel Castro, líder do governo e da revolução cubana de 1 de janeiro de 1959.²⁴

A conferência a que Cabral se refere é a *Primera Conferencia Tricontinental de La Habana*. Teve lugar em janeiro daquele mesmo ano de 1966. Nela compareceram mais de meio milhar de delegados de partidos e movimentos de libertação. Vieram da Ásia e de África, ou de mais perto, da América Central e do Sul. Convergiram em Havana reforçando relações estabelecidas na Conferência de Bandung, em 1955, e no Movimento dos Não-Alinhados, cuja genealogia remonta aos anos 50 e que tivera a sua primeira conferência em 1961, na Jugoslávia. Cuba foi o único país americano a participar no encontro realizado em Belgrado e, dando seguimento a um programa internacionalista próprio, que procurava distinguir-se do soviético, e também do chinês, promovia em Havana a primeira conferência Tricontinental.

Cabral foi uma das figuras do encontro, em que esteve acompanhado de outros membros do PAIGC, como Pedro Pires, Domingos Ramos e Vasco Cabral. Até à sua morte, Cabral regressaria a Havana pelo menos em mais três ocasiões, sendo que soldados, médicos e cineastas cubanos fariam caminho de sentido inverso. Escrita poucos dias depois da conferência, a carta de Cabral a Fidel indicia já a importância da Tricontinental para a história do anticolonialismo. Uma importância radicada nos efeitos anímicos do próprio acontecimento: «Voltamos todos de Cuba com mais coragem e mais determinação para a luta, reforçados pela solidariedade revolucionária do povo, do Partido e governo cubanos».

Como assinalou a investigadora Raquel Ribeiro, desde 1961 que Cuba vinha colaborando com a Argélia. E com Marrocos começara a colaborar em 1963. Contudo, com a Tricontinental, o governo liderado por Fidel Castro tornava visível que a sua agenda internacional ia além dos focos guerrilheiros na América central e do Sul. Abrangia também as lutas revolucionárias e nacionais travadas noutros continentes, designadamente África. Esta ambição internacionalista materializar-se-ia nos anos seguintes, com a intensificação das relações de cooperação política, cultural, económica e militar entre vários dos participantes na Tricontinental, o que sucedeu em momento particularmente favorável aos movimentos africanos em luta contra o colonialismo português. Ainda de acordo com Raquel Ribeiro, nos anos seguintes ao da conferência, em Cuba foi dada a esses movimentos uma atenção comparável, somente, à que mereciam a guerra do Vietname e o movimento dos direitos civis nos EUA.

O pequeno filme que exibimos com imagens e sons da Tricontinental foi realizado por Santiago Álvarez em 1967. Fidel Castro e Amílcar Cabral são as personagens principais, com as palavras do líder cubano na Tricontinental de Havana a fazerem luz sobre Cabral: «Los de

África —como les decía—, los movimientos de liberación que tan dignamente representados estuvieron en esta conferencia: el pueblo de la Guinea, ocupada por Portugal, y las Islas de Cabo Verde, representados aquí por uno de los movimientos revolucionarios más serios de África, y por uno de los dirigentes más claros y más brillantes de África, el compañero Amílcar Cabral, que nos ha hecho sentir una enorme confianza en el futuro y el éxito de su lucha por la liberación; el movimiento de liberación de Angola y de Mozambique, otras dos colonias portuguesas, que luchan con las armas por



su liberación; el pueblo de Zimbabwe, oprimido por la minoría racista de Rhodesia del Sur; el pueblo del Congo (Leopoldville); el pueblo oprimido de África del Sur; los Protectorados de Swazilandia, Bechuanalandia y Basutolandia, cuyas raíces gramaticales nos están revelando el perfil imperial del país que los colonizó».²⁵

Cabral, por sua vez, no discurso que profere na Tricontinental, firma a solidariedade entre Cuba e o PAIGC numa cumplicidade de natureza histórica, forjada pelo tráfico transatlântico de escravos: «Repetindo o caminho outrora doloroso e trágico dos nossos antepassados (nomeadamente da Guiné e Angola) que foram transplantados para Cuba como escravos, viremos hoje como homens livres, como trabalhadores conscientes e como patriotas cubanos, para exercer uma atividade produtiva nesta sociedade nova, justa e multirracial; para ajudar a defender com o nosso sangue as conquistas do povo de Cuba. Mas viremos também para reforçar tanto os laços históricos, de sangue e de cultura que unem os nossos

povos ao povo cubano, como essa desconcentração mágica, essa alegria visceral e esse ritmo contagioso que fazem da construção do socialismo em Cuba um fenómeno novo à face do mundo, um acontecimento único e, para muitos, insólito».²⁶ Seria, de resto, com o PAIGC e com o MPLA — e não com a FRELIMO — que Cuba desenvolveria, nos anos seguintes, relações de maior proximidade. Com os angolanos, Cuba começara por estabelecer contacto em Argel, anos antes da Tricontinental; relativamente ao PAIGC, entre os primeiros contactos, deve ser apontada a viagem de Che Guevara a África,

realizada entre finais de 1964 e inícios de 1965 e no contexto da qual conhece, em Conacri, Amílcar Cabral.

Depois da independência, Guiné-Bissau e Cabo Verde estabeleceriam com Cuba relações de afinidade e projetos de cooperação de natureza variada. Em Bissau, uma praça que levava o nome do governador colonial português Honório Barreto passará, consumada a independência, a ser nomeada como Praça Che Guevara. Já Amílcar Cabral continuou a ser referente dos discursos de Fidel Castro pelo século afora. O líder cubano, por exemplo, tinha por hábito investir Cabral de uma autoridade moral que caucionasse a genuinidade do sentimento internacionalista cubano: «Amílcar Cabral, um grande dirigente africano, disse um dia palavras proféticas que constituem uma honra inesquecível para nós: “Quando os combatentes cubanos regressarem, só levarão os restos de seus companheiros mortos”».²⁷

VIAGENS DE AMÍLCAR CABRAL (1956-1973)

POR AURORA ALMADA E SANTOS (IHC/IN2PAST)

O presente mapa identifica as viagens realizadas por Amílcar Cabral no âmbito da sua atividade política contra o colonialismo português. A informação constante do mapa resulta da compilação de dados apurados por autores como Mustafah Dhada, Julião Soares Sousa, Tor Sellström, Piero Gleijeses, Natalia Telepneva, Víctor Barros, entre outros. O trabalho desses autores foi confrontado com algumas fontes, de forma a obter um quadro o mais completo possível das viagens efetuadas por Amílcar Cabral.

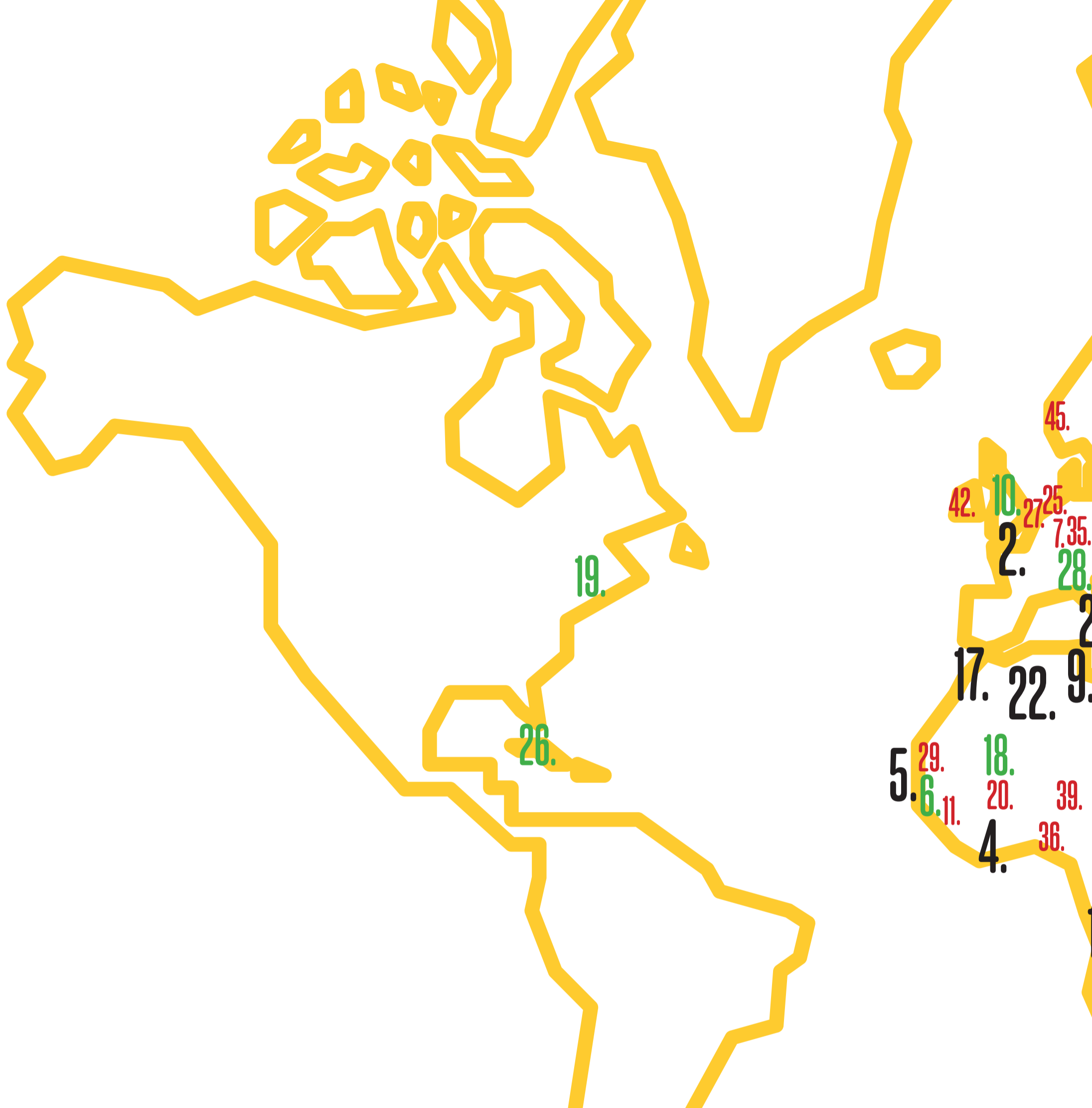
O mapa engloba as deslocações de Cabral a partir de 1956, quando as suas viagens a Angola por razões profissionais conduziram ao envolvimento em atividades políticas, nomeadamente na fundação do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA). Foram elencadas as viagens efetuadas até janeiro de 1973, nas vésperas do seu assassinato, que teve lugar a 20 desse mês. Além de indicar os países de destino, o mapa assinala também as escalas (como nos casos de Argel, Dakar, Cairo, Roma ou Genebra), que por vezes duravam vários dias e serviam para a realização de contactos, entrevistas e conferências de imprensa.

Não foram incluídas as primeiras viagens de Amílcar Cabral a Cabo Verde (1929, 1932, 1949 e 1952), Portugal (1945 e 1955) e Guiné (1952). Embora tivessem contribuído para que Cabral adquirisse conhecimento sobre a realidade desses territórios e para

a sua formação política, tiveram, antes de mais, motivações familiares ou profissionais. Do mesmo modo, não constam as viagens efetuadas às áreas libertadas da Guiné, cujo número ainda não reúne consenso entre os investigadores.

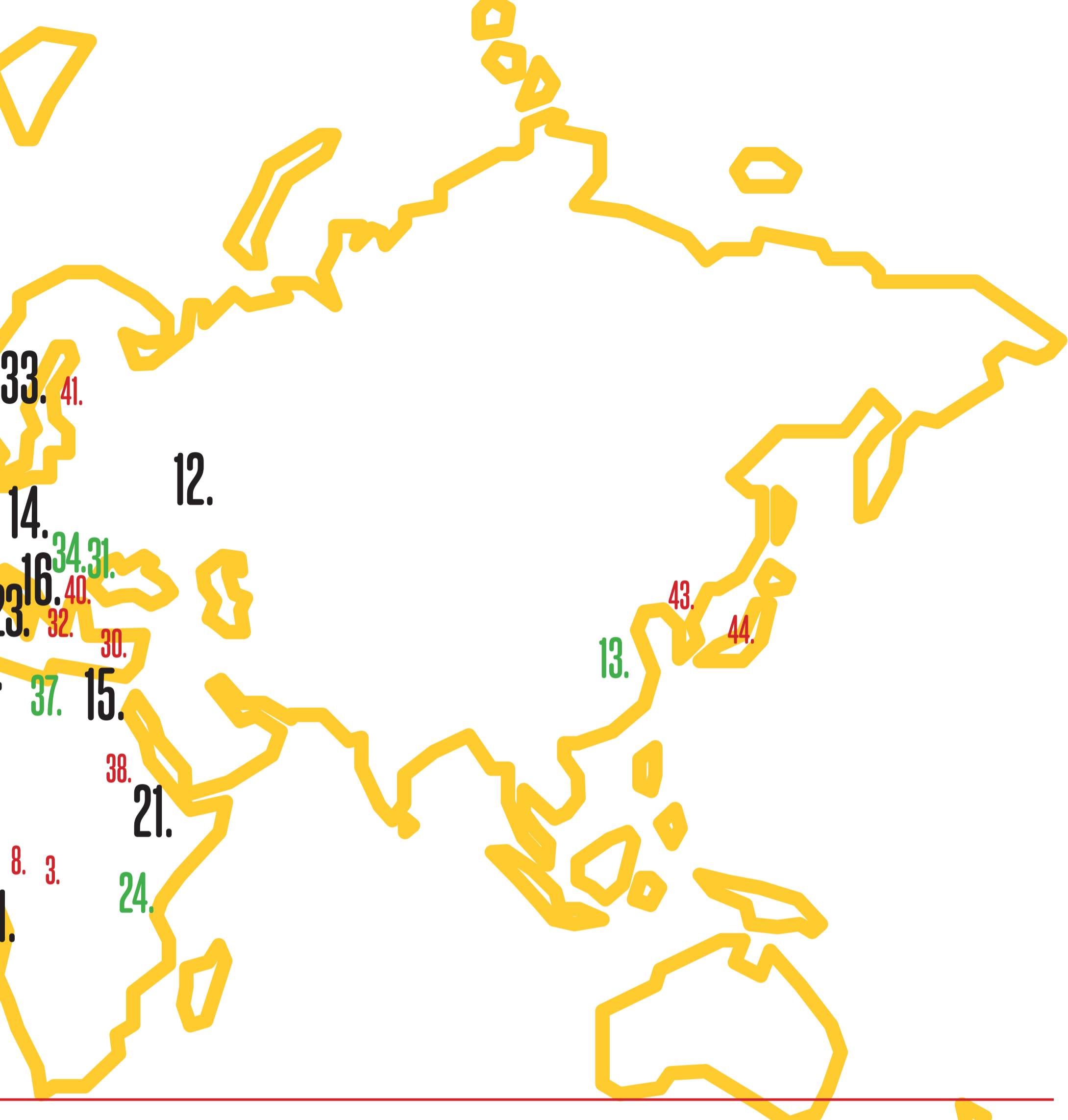
Para o período entre 1956-1973, não foram incluídas algumas viagens no mapa por falta de confirmação da sua realização ou por existirem dados contraditórios acerca das mesmas. Por outro lado, para certas viagens, os dados estão incompletos, apesar dos esforços desenvolvidos para se obter o máximo de elementos. Em alguns casos, sabemos o ano em que Amílcar Cabral efetuou uma determinada deslocação, faltando informações quanto aos dias e aos meses do ano em que o fez. Por vezes, temos unicamente as datas do início ou do fim das viagens, sem que tenha sido possível apurar a duração das mesmas.

Na maior parte dos casos conseguiu-se determinar as motivações que estiveram por detrás das deslocações de Cabral. Não obstante tais limitações, e o facto de estar incompleto, o mapa fornece um importante contributo para conhecermos as redes criadas por Amílcar Cabral e que o envolveram. Espera-se que no futuro surjam mais dados que possam complementar ou corrigir a informação que de momento se apresenta.



AS VIAGENS DE AMÍLCAR CABRAL (1956-1973)

1. **ANGOLA**
1956, 1957, 1958, 1959
2. **FRANÇA**
1957, 1959, 1960, 1963, 1964,
1965, 1968, 1969, 1971
3. **CONGO BELGA**
1958, 1959
4. **GANÁ**: 1958, 1959, 1961, 1962, 1965, 1973
5. **SENEGAL**
1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963,
1964, 1966, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972
6. **GUINÉ PORTUGUESA**
1958, 1959
Durante a guerra, partindo a maior parte das vezes
de Conacri, Cabral realizará várias incursões no futuro
território da Guiné-Bissau, designadamente nas zonas
libertadas
7. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA**
1959
8. **REPÚBLICA DO CONGO**
1959, 1966
9. **TUNÍSIA**
1960, 1961, 1964, 1970, 1971
10. **INGLATERRA**
1960, 1965, 1971
11. **REPÚBLICA DA GUINÉ**
1960. A partir de 1960, Cabral
fixa residência em Conacri
12. **URSS**
1960, 1961, 1962, 1965, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972
13. **REPÚBLICA POPULAR DA CHINA**
1960, 1968, 1972
14. **CHECOSLOVÁQUIA**
1960, 1961, 1962
15. **REPÚBLICA ÁRABE SAUDITA**
1961, 1962, 1963
16. **JUGOSLÁVIA**
1961, 1962, 1963
17. **MARROCOS**
1961, 1962, 1963
18. **MALI**
1962, 1964, 1965
19. **EUA**
1962, 1970, 1971
20. **ALTO VOLTA**
1963, 1965



1. QUÍCIA
1963, 1965, 1966, 1967

2. ARABE UNIDA / EGIPTO
1964, 1967, 1969, 1972

3. 1965, 1967, 1968

4. 1963, 1964, 1965, 1966, 1972

5. 1965

6. 1972

7. [BURKINA FASO]

21. ETIÓPIA
1963, 1965, 1971, 1972

22. ARGÉLIA
1964, 1965, 1966, 1967, 1968,
1969, 1970, 1971, 1972

23. ITÁLIA
1964, 1968, 1970, 1972

24. TANZÂNIA
1964, 1965, 1970

25. HOLANDA
1965

26. CUBA
1966, 1967, 1970

27. BÉLGICA
1965

28. SUÍÇA
1966, 1968, 1969

29. MAURITÂNIA
1966, 1972

30. CHIPRE
1967

31. ROMÉLIA
1967, 1969, 1972

32. ALBÂNIA
1967

33. SUÉCIA
1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972

34. HUNGRIA
1967, 1972

35. REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ
1967, 1972

36. NIGÉRIA
1968, 1969

37. LÍBIA
1969, 1970, 1972

38. SUDÃO
1969

39. NÍGER
1969

40. BULGÁRIA
1970

41. FINLÂNDIA
1971, 1972

42. IRLANDA
1971

43. COREIA DO NORTE
1972

44. JAPÃO
1972

45. NORUEGA
1972

ARGEL, A ORGANIZAÇÃO DE UNIDADE AFRICANA E ANA MARIA CABRAL

Argel foi uma das capitais africanas que Amílcar Cabral visitou com maior regularidade. Entre 1964 e 1972, deslocou-se à cidade por mais do que uma dezena de ocasiões. O motivo das deslocações variava. Por vezes, viajava para intervir e assistir a congressos e reuniões regionais e internacionais. Em junho de 1966, por exemplo, desloca-se até à capital da Argélia para participar numa sessão do Comité de Descolonização da ONU. Noutros momentos, a visita tinha como propósito a concessão de uma entrevista ou a realização de conferências de imprensa. Em novembro de 1972, foi a Argel para comunicar os resultados das eleições para a Assembleia Nacional Popular. Por vezes ainda, Cabral passava por Argel em trânsito para outros destinos. A cidade acolhia bem as ideias e movimentos anticoloniais, assim como os seus líderes. Independentemente das divergências e conflitos que caracterizaram a vida política da Argélia independente, o PAIGC, tal como outros movimentos nacionalistas das colónias portuguesas, pôde sempre contar com o apoio moral, logístico, financeiro e militar dos governos de Ben Bella e de Houari Boumédiène. Mesmo sectores da oposição portuguesa encontraram aí um porto de abrigo.

Em meados de julho de 1968, Cabral visitou Argel para participar numa reunião do Comité de Libertação da Organização de Unidade Africana (OUA). A OUA fora

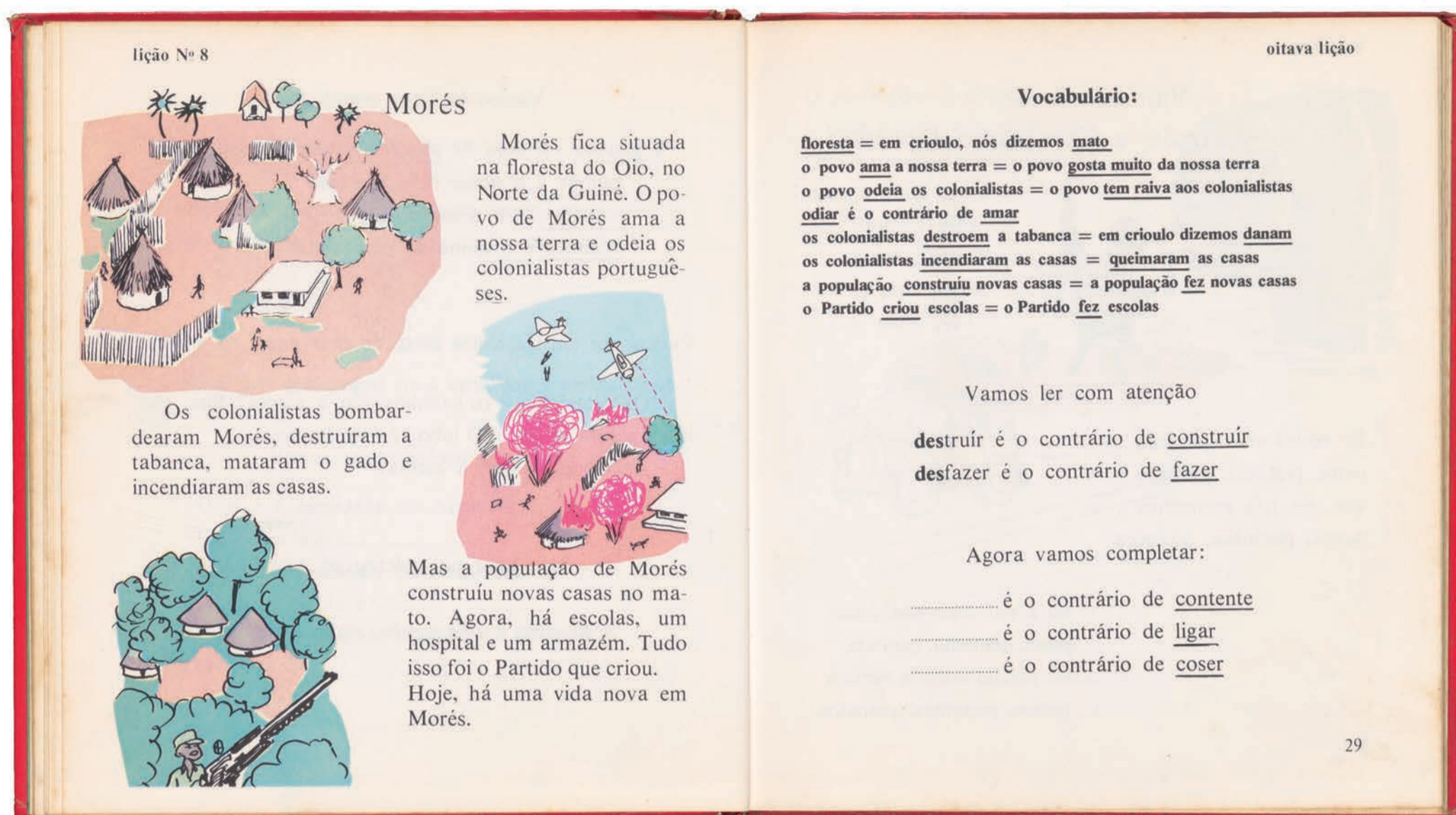
criada em Adis Abeba a 25 de maio de 1963 e tinha por missão apoiar a independência dos países africanos colonizados, combater o neocolonialismo e promover a solidariedade entre os países africanos. O Comité de Libertação (oficialmente designado Comité de Coordenação para a Libertação de África) foi, segundo a historiadora Aurora Almada e Santos, o órgão mais importante da OUA para as lutas de descolonização. Tinha a seu cargo a política de reconhecimento dos movimentos de libertação, cabendo-lhe decidir quais os movimentos que podiam ser objeto de financiamento por parte da OUA. Em outubro de 1965, o PAIGC havia sido reconhecido pela OUA como movimento legítimo da luta de libertação do povo guineense e cabo-verdiano.

Na ocasião da deslocação a Argel em julho de 1968, Cabral enviou seis postais a Ana Maria Cabral. Fazem parte de uma série bem mais numerosa de postais que tinha por hábito enviar-lhe a partir das cidades e localidades internacionais que visitava. Dada a sua natureza íntima e pessoal, própria de uma correspondência que se fazia nos intervalos dos afazeres e compromissos ligados à condução da frente externa da luta, os postais revelam-nos facetas menos públicas de Cabral, como a do marido e pai saudoso. Permitem-nos também observar, de um ângulo mais indiscreto, a autoconfiança que as suas intervenções públicas aparentavam.

Na verdade, os postais veiculam, aqui e ali, o envaidecimento de Cabral, o qual, ainda assim, não deixava de confessar receio face ao crescente estatuto internacional que a sua liderança e o seu Partido iam granjeando.

No seu estudo introdutório ao livro *Itinerários de Amílcar Cabral*, a historiadora Aurora Almada e Santos fala-nos da história de boa parte das viagens relativas a cada um dos postais enviados por Cabral a Ana Maria. Fruto de uma edição cuidada da editora Rosa de Porcelana, o livro foi organizado por Ana Maria Cabral, Márcia Souto e Filinto Elísio, estes dois últimos também responsáveis, com Iva Cabral, pela edição de *Cartas de Amílcar Cabral a Maria Helena*. Ana Maria Cabral, que nasceu em 1941 na Guiné, é hoje uma importante embaixadora dos legados da luta de libertação e de Cabral. Tendo ido viver para Angola ainda criança, acompanhando a família, nomeadamente o seu pai, médico de ascendência goesa, foi uma das poucas crianças africanas que à época frequentaram a Escola Portuguesa. Em 1955 viria com a mãe e irmãos para Portugal, aqui frequentando o entorno da Casa dos Estudantes do Império. Em 1962, juntar-se-ia ao PAIGC e, beneficiando de uma bolsa de estudos providenciada pela rede internacional do Partido, rumará até Praga, capital da então Checoslováquia, onde estuda filosofia. Seguem-se Conacri e a Escola-Piloto do PAIGC, onde ensinará





A PRODUÇÃO DOS LIVROS ESCOLARES

português e francês a filhos de combatentes e órfãos da guerra. Foi em Conacri que Cabral dela se aproximou: «Hesitei muito. Estive quase dois anos a pensar se aceitava ou não. Não só pela diferença de idade, mas também por ele ser a figura que era. Eu dizia que não tinha arcaboço, mas ele foi eliminando os meus argumentos e acabou por ser uma maravilha. Foi pena ser por pouco tempo».²⁸

Ana Maria Cabral esteve longe da frente de guerra: «aprendemos a manejar armas, mas era só para uma emergência. Noutros países fizeram-se destacamentos femininos, como na FRELIMO, mas aqui, uma questão de mentalidade não o permitiu».²⁹ O seu percurso, e o de outras mulheres guineenses e cabo-verdianas, é parte integrante da luta de libertação, como argumentou Stephanie Urdang, no seu livro *Fighting Two Colonialisms: The Women's Struggle in Guinea-Bissau*.

Os exercícios escolares propostos em *O Nosso Livro 2.ª Classe* destinavam-se a alfabetizar a população guineense, nomeadamente as crianças. O manual foi elaborado e editado pelos Serviços de Instrução do PAIGC. Promovia o ensino do português, mas fazia igualmente uso do crioulo. Os primeiros livros do género foram impressos a preto e branco, provavelmente em máquinas oferecidas pelos soviéticos. Existiram também manuais datilografados. Em finais dos anos 60, com apoio sueco, seriam produzidos mais manuais, com maiores tiragens e mais cor. Segundo Ana Maria Cabral, a dada altura as equipas suecas que apoiaram a elaboração dos manuais terão mesmo obstado ao que consideravam ser um recurso excessivo às variações de cor por parte dos quadros do PAIGC que elaboravam os conteúdos dos livros.

De acordo com a historiadora Sónia Vaz Borges, entre 1966 e 1974, o PAIGC produziu quatro livros de leitura para o ensino primário e quatro manuais temáticos, entre os quais um manual de história geral da África e um manual de história da Guiné e de Cabo Verde. No processo de produção dos livros de leitura, estiveram envolvidas militantes como Maria da Luz Boal (Lilica Boal), radicada em Dakar, a trabalhar nos serviços administrativos do PAIGC, e que nas férias se deslocava a Conacri com Amália Fonseca para formar professores. A partir dessas

experiências formativas, e dos debates por elas alimentados, regressavam a Dakar, onde, consultando manuais em língua francesa aí disponíveis, iam concebendo os manuais escolares do PAIGC. Este processo era, na sua fase avançada, acompanhado por Amílcar Cabral. Já a verificação das provas era acompanhada na Suécia por militantes como Amália Fonseca e Ana Maria Cabral.

Os processos de alfabetização decorreram nas várias escolas do Partido, parte das quais instituídas — mesmo que de forma improvisada — nas zonas libertadas. Eram escolas com condições diversas a nível quer do material disponível quer do tipo de professores. Distinguiam-se das escolas-modelo do Partido, que funcionavam fora do país: a Escola-Piloto de Conacri, criada em 1964, e que a partir de 1969 seria dirigida por Maria da Luz Boal, e a Escola Teranga, inaugurada em Zinguinchor, no Senegal, em 1972. Estas duas escolas eram coordenadas pelo Instituto da Amizade. De acordo com Sónia Vaz Borges no seu estudo *Militant Education, Liberation Struggle and Consciousness: The PAIGC Education in Guinea Bissau, 1963–1978*, era este instituto que tinha a seu cargo a gestão das escolas, a elaboração de currículos, a produção de materiais, a concessão de bolsas para estudo no exterior, o ensino de adultos e, ainda, a formação de quadros docentes.

DE BRUNA POLIMENI A PAULO VI

As primeiras fotografias de Amílcar Cabral realizadas por Bruna Polimeni datam, provavelmente, de 1965, quando os dois se cruzaram em Acra. Mas é a partir da Conferência de Solidariedade com os Povos das Colónias Portuguesas, que teve lugar em Cartum, no Sudão, em janeiro de 1969, que a fotógrafa italiana passa a colaborar regularmente com o PAIGC. Então ainda conhecida por Bruna Amico, a fotógrafa enviará as fotografias realizadas em Cartum para o secretariado do Partido em Conacri, ao mesmo tempo disponibilizando-se para colaborar com a luta de libertação. Após obter aprovação do PAIGC, Polimeni vai a Conacri em 1970, onde convive com Amílcar Cabral, Lílica Boal e Aristides Pereira. Fica hospedada na Escola-Piloto do PAIGC e realiza incursões nas zonas libertadas. As suas fotografias documentam os postos médicos e outras estruturas edificadas pelo PAIGC, assim como retratam as populações.

Uma vez realizadas as fotografias, Polimeni regressa a Itália, onde as revela, fazendo-as em seguida chegar à imprensa, beneficiando também dos serviços do gabinete internacional do Partido Comunista Italiano, de que era próxima. As viagens e o procedimento repetir-se-iam ao longo dos anos seguintes, dando origem a

um dos acervos fotográficos mais importantes da luta de libertação travada pelo PAIGC — juntamente com os de Mikko Phyälä e de Tadahiro Ogawa.

Os retratos feitos por Bruna Polimeni tornaram-se, inclusivamente, na principal marca da imagem de Amílcar Cabral. Alguns projetam-no enquanto líder, destacando-o entre os seus, como na conhecida fotografia em que Cabral se posiciona em pé, dentro da canoa, olhando para a câmara de Polimeni, com os restantes tripulantes ladeando-o, sentados. Mas o compromisso da fotógrafa com o PAIGC estender-se-á além da relação de proximidade com Cabral. A notícia da morte de Cabral chega-lhe pela rádio, quando está em Itália, mas meses depois é chamada pelo PAIGC para cobrir a Assembleia Nacional Popular, e a declaração unilateral de independência, em Madina do Boé.

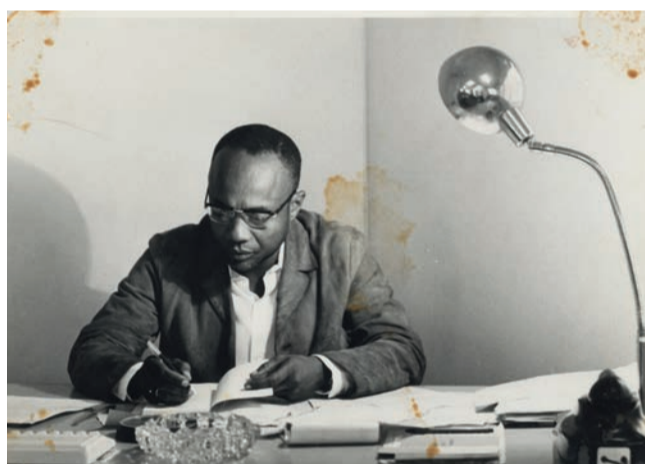
Cumprir recordar, porém, que as ligações italianas de Cabral e do PAIGC precedem e excedem a relação com a fotografia de Polimeni. Conforme recentemente argumentou Vincenzo Russo, no seu *A Resistência Continua — O colonialismo português, as lutas de libertação e os intelectuais italianos*, desde a primeira metade dos anos 60 que a ação do PAIGC foi apoiada e divulgada entre as esquerdas italianas, as quais encontravam na

solidariedade com as lutas anticoloniais (travadas na Argélia ou na Guiné-Bissau) um fervor revolucionário igualmente conservado na memória da resistência italiana ao fascismo. No sentido inverso, Cabral daria o exemplo de levantamento e unidade nacional do *risorgimento* italiano — ou, noutras ocasiões, da resistência portuguesa a Castela — como inspirador da luta de libertação.

Entre os momentos italianos de Cabral, podemos destacar a sua intervenção em 1964, no Centro de Documentação Frantz Fanon, em Milão. Estará na origem do seu texto «Breve análise da estrutura social da Guiné “portuguesa”», cuidadosamente editado por Feltrinelli. Mas o ponto alto da ligação italiana dá-se em 1970, quando tem lugar, em Roma, a 2ª Conferência Internacional de Solidariedade com os Povos das Colónias Portuguesas, na sequência da qual Cabral, junto com Marcelino dos Santos e Agostinho Neto, é recebido pelo papa Paulo VI. Este acontecimento reforçou a credibilidade internacional das lutas contra o colonialismo português e contribuiu para a fragilização da legitimidade interna da ditadura portuguesa.



UM NHINTE-CAMATCHOL QUE FOI LIBERTADO DO MUSEU DA GUINÉ PORTUGUESA



Em 1971, o PAIGC anunciou publicamente que tinha tomado posse de uma peça do Museu da Guiné Portuguesa. O anúncio era motivo de destaque na capa do *PAIGC Actualités*. A escultura aí exibida era um pássaro nhinte-camatchol fotografado sobre uma mesa expositiva coberta por um pano em que estavam impressas as iniciais do Partido. A peça terá chegado às mãos dos dirigentes do PAIGC em 1971. Um grupo de homens fugira de Bissau e dirigira-se à fronteira senegalesa para se juntar ao Partido. O grupo incluía Malan Nanko, Aristides Barbosa e os irmãos Mamadou Turé e Bassir Turé. No caminho para passarem a fronteira, foram surpreendidos por uma patrulha de guerrilheiros do PAIGC que, desconhecendo as suas intenções, disparou sobre o grupo. Um dos homens, Bassir Turé, ficou ferido, sendo transportado para um acampamento do Partido, onde encontra André Gomes, um membro da direção que acompanha a recuperação de Turé e que, embaraçado com o episódio, o ajuda a atravessar a fronteira. No momento da despedida, Bassir retira de um saco «uma grande escultura de madeira representando uma ave fantástica» e entrega-a a André: «— Sabes o que é isto, An-

dré? É o deus da tribo Nalu. Trouxemo-lo de Bissau para o oferecer a Amílcar Cabral».

Esta história foi contada a Oleg Ignatiev por Manuel Saturnino em janeiro de 1973. Os dois atravessavam então o rio na zona em que Bassir Turé fora ferido. Segundo Saturnino o deus dos Nalu terá ajudado ao salvamento de Bassir. Amílcar Cabral não teve a mesma fortuna. Nesse mesmo janeiro de 1973, foi assassinado em Conacri. Na sequência do acontecimento, Mamadou Turé e Aristides Barbosa, que Spínola libertara do Tarrafal antes de se juntarem ao PAIGC, foram acusados de envolvimento no atentado e acabaram fuzilados. O mesmo aconteceu a Bassir Turé, que então já não estava na posse do Camatchol.

A escultura que exibimos na nossa exposição não é a mesma que Turé levava consigo para entregar a Amílcar Cabral. Desconhecemos o seu paradeiro. Trata-se antes de um nhinte-camatchol adquirido por particular numa feira de Lisboa. Na ex-capital do Império, o Museu Nacional de Etnologia conserva, ainda hoje, uma escultura nhinte-camatchol, entre outras peças e obras obtidas pelo Estado português no uso do seu poder colonial.

OS MEDIA DO PAIGC E A RÁDIO LIBERTAÇÃO

O PAIGC tinha acesso a meios de comunicação locais, regionais e internacionais. A criação dos seus próprios órgãos de informação trouxe, contudo, mais autonomia à sua comunicação política. Permitiu-lhe também mostrar que os seus dirigentes e militantes eram capazes de vencer as dificuldades resultantes da escassez de recursos e sua reduzida sofisticação técnica. Depois do lançamento do jornal *Libertação*, em dezembro de 1960, e do boletim juvenil *Blufu*, em janeiro de 1966, a aposta na criação de uma estação de rádio seria igualmente bem-sucedida, com o arranque das emissões diárias a acontecer a 16 de julho de 1967. Mais tarde, em 1969, haveria ainda de ser lançado o *PAIGC Actualités*, folheto em língua francesa de circulação internacional, com uma qualidade gráfica superior às publicações precedentes.

O modo como a estação Rádio Libertação nasceu e evoluiu é revelador do voluntarismo dos militantes do Partido e da capacidade de a sua direção encontrar apoios externos nas geografias políticas mais distintas. Foi o auxílio proveniente da URSS, primeiro, e da Suécia, mais tarde, que permitiu fazer progredir e melhorar as emissões. Com um carácter irregular e experimental, as primeiras experiências radiofónicas remontavam ao ano de 1964, limitando-se então à difusão de músicas e palavras de ordem do partido, com recurso a um pequeno emissor soviético e um velho gravador *Grundig*. É em 1966 que são tomadas várias decisões conducentes à criação de uma estação de rádio. Amélia Araújo, uma das principais impulsionadoras do projeto, é enviada para Moscovo com outros

camaradas guineenses, para aí receberem formação técnica. No regresso a Conacri, trazem um novo emissor portátil.

A programação, os horários e a duração das emissões começam também a ser definidos por esta altura. Numa reunião em junho desse mesmo ano de 1966, fica estabelecido que os conteúdos do jornal *Libertação* (em grande parte produzidos por Dulce Almada Duarte) servirão de base às emissões radiofónicas diárias e que estas devem ser conduzidas com uma «linguagem de força, de convicção», em português, crioulo e outras línguas vernáculas, fazendo jus à diversidade etnocultural do território guineense.³⁰ Já em junho de 67, poucas semanas antes do início regular das emissões, uma ordem de serviço assinada por Amílcar Cabral determinava que Otto Schacht, Domingos Brito, Armando Ramos, Emílio Costa, Carlota da Silva e Joaquim Landim deviam colaborar com Amélia Araújo nos serviços de radiodifusão do partido sempre que tal fosse necessário.³¹

As dificuldades técnicas e logísticas inerentes às características modestas dos equipamentos disponíveis só seriam definitivamente ultrapassadas em 1972, quando a Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional, acedendo a um pedido de Cabral para que se apoiassem os esforços do partido na área da educação, forneceu todos os equipamentos necessários à instalação de uma estação móvel de rádio, incluindo dois camiões Mercedes Benz. Ciente ou não do fim a que se destinavam, a mesma Agência disponibilizaria ainda centenas de rádios-transmissores às populações das regiões libertadas.

A 19 de setembro, dia de aniversário do PAIGC, a Rádio Libertação passava a emitir regularmente para a Guiné e Cabo Verde, podendo também ser ouvida em países africanos vizinhos. Sob esta luz, as investigadoras Celeste Fortes e Rita Rainho salientam que a rádio do PAIGC não foi apenas uma das mais poderosas armas no arsenal de guerra (o «Canhão de Boca» do Partido, como ficaria conhecida), mas também um importante instrumento de aproximação das populações guineense e cabo-verdiana, assim como dos combatentes e militantes radicados em diferentes zonas da Guiné, que puderam começar a acompanhar diariamente as várias frentes de luta, reforçando o seu sentido de pertença e de união em torno da causa independentista.

Além das autoras já mencionadas, a atividade mediática do PAIGC durante o período da luta de libertação e o caso particular da Rádio Libertação têm sido objeto de investigação de Ângelo Lopes, Alexandra Reza e Teresa Duarte Martinho, entre outros. Na nossa exposição, com montagem e seleção da investigadora Inês Nascimento Rodrigues, damos a ouvir o indicativo Rádio Libertação, excertos de editoriais de Amélia Araújo e as canções provenientes dos LPs *Hora de Despedida Branco-le* (1971, Ed. PAIGC, IUS e SYL) e *Poesia Caboverdeana — Protesto e Luta*, 1970, Ed. PAIGC — Serviços Culturais).





A RÁDIO PORTUGAL LIVRE E O PCP

Em 1971, a partir de Bucareste, a Rádio Portugal Livre, criada por iniciativa do Partido Comunista Português, emite uma reportagem sobre as zonas libertadas, de autoria de Aurélio Santos, que para esse efeito havia sido enviado à Guiné. A reportagem dá conta da vida naquelas zonas e dos aspetos mais incruentos — mas não menos relevantes — do conflito, aludindo às emissões da Rádio Libertação.

O trabalho de Aurélio Santos seria posteriormente divulgado em Portugal sob a forma de brochura. É difícil avaliar o seu impacto, mas o mesmo não será indiferente ao facto de, menos de dois anos depois da reportagem, o assassinato de Amílcar Cabral ter suscitado várias mensagens de protesto e luto entre células e organizações de base do PCP — e não apenas a reação institucional expetável. De resto, outras emissoras fariam igualmente chegar a voz de Cabral ao Portugal clandestino: em Argel, aos microfones da Voz da Liberdade, emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional, Cabral conversa e convive com homens como Fernando Piteira Santos e Manuel Alegre.

A história das relações do PCP com o PAIGC antecede largamente a reportagem de Aurélio Santos. Figuras

que se notabilizariam na militância e direção dos movimentos anticoloniais africanos iniciaram a sua militância partidária no PCP — casos de Agostinho Neto ou Vasco Cabral. Outros conviveram de perto com os comunistas, no seio de movimentos unitários antifascistas, como o MUD, ou no âmbito de movimentos internacionais da juventude e em torno da paz. Amílcar Cabral reconheceria, ele próprio, a sua proximidade ao antifascismo português, bem como a importância de comunistas portugueses na sua iniciação política. A primeira vez que foi interrogado pela PIDE, recordou, deveu-se ao seu envolvimento na luta contra o Estado Novo e não tanto à luta anticolonial. Militantes comunistas como Sofia Pomba Guerra, em Bissau, no início dos anos 50, exerceram importante influência junto de Cabral, de Osvaldo Vieira, de Luís Cabral ou de Aristides Pereira, que Sofia apresentou a Amílcar Cabral, que a ela se referiria no final dos anos 60 com gratidão: «uma pessoa que teve influência no trabalho do nosso Partido em Bissau, foi uma portuguesa. Só quem não está no Partido é que não sabe isso. Ao Osvaldo, a primeira pessoa que lhe ensinou coisas para a luta, foi ela, não fui eu. Eu não conhecia o Osvaldo».³²

Durante os anos 50, os caminhos dos comunistas portugueses e dos anticolonialistas africanos separaram-se, com a estratégia e organização dos segundos a ganhar autonomia completa relativamente à dos primeiros, num processo que não esteve isento de desentendimentos. Ao longo da mesma década, contudo, os comunistas foram dando cada vez mais atenção à solidariedade anticolonial. Sob o impacto da conferência de Bandung, da situação de Goa e do XX congresso do PCUS, tomariam no V congresso do PCP, em 1957, numa resolução escrita por Jaime Serra, uma posição inequívoca de defesa da autodeterminação nacional dos povos colonizados pelo Império Português. Em 1961, na saudação que dirige ao PCP pelo seu quadragésimo aniversário, Cabral escreveria: «Para o nosso povo, que vai liquidar completamente o colonialismo português, o Partido Comunista Português é um aliado e até agora o único depositário e intérprete da vontade do povo português de viver na amizade e na colaboração com todos os povos do Mundo na base de igualdade de direitos e deveres».³³



MIKKO PYHÄLÄ E A FINLÂNDIA

Mikko Pyhälä tinha 25 anos quando viajou para Conacri e daí seguiu em visita às zonas libertadas da Guiné (Cubucaré e Quitáfine). Era secretário da União Nacional dos Estudantes da Finlândia e viajou integrado numa pequena comitiva da União Internacional dos Estudantes (UIE). Acompanharam-no Krzystof Opalski (Polónia), José Rodríguez (Venezuela) e Adelino Nunes Correia, representante do PAIGC na UIE, sediada em Praga, e o principal promotor e organizador da viagem, que se realizou entre dezembro de 1970 e janeiro do ano seguinte.

Ao longo de três semanas, a comitiva percorreu cerca de 250km escoltada por cerca de vinte combatentes. Visitou aldeias, dois hospitais, algumas escolas e postos de saúde. Contactou com as populações locais,

assim como com dirigentes políticos e militares. Em Conacri, Pyhälä e os seus companheiros conheceram a Escola-Piloto, estiveram com Amílcar Cabral e outros quadros do partido, e foram entrevistados aos microfones da Rádio Libertação.

A visita foi amplamente documentada por Mikko Pyhälä através de câmara fotográfica, película Super-8 e gravador, o que deu azo a quase duzentas fotografias, ao filme *Guinean-Bissaun vapautetuilla alueilla / Guiné-Bissau nas áreas libertadas* e ainda ao LP de vinil *Hora de despedida de branco-le / Adeus brancos*, lançado em 1972. Reunindo músicas gravadas pelo próprio nas zonas libertadas (e também por Amélia Araújo para as emissões da Rádio Libertação), este disco constituiu a primeira publicação sonora do género dedicada à

Guiné-Bissau. Em 2015, numa conferência em Coimbra, Mikko Pyhälä contou que o LP chegou a circular em Portugal ainda antes do 25 de abril, disfarçado de música popular finlandesa, presumivelmente com diferente capa e bolacha.

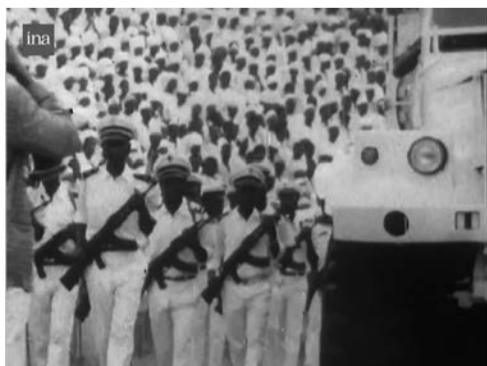
Terminada a visita, o respetivo relatório não demorou a ser publicado pela UIE. E, em outubro de 1971, Pyhälä seria um elemento chave na organização da deslocação de Cabral à Finlândia, numa viagem em que o líder do PAIGC foi tratado com honras de chefe de Estado. Seria ainda Pyhälä que, em 1972, reuniria em livro discursos e escritos de Cabral e, em 1975, publicaria, em coautoria com Kristina Rylander, uma bibliografia selecionada sobre a Guiné-Bissau.

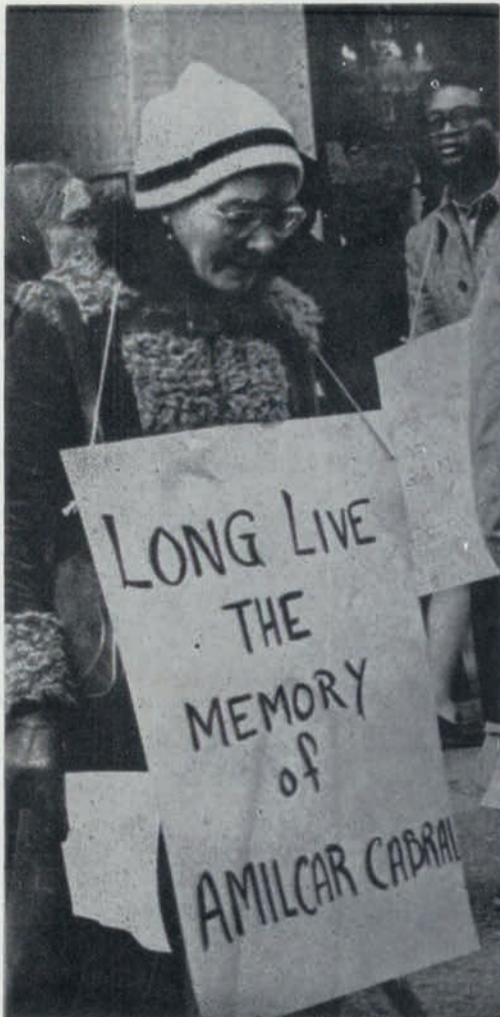
«SOMOS SOCIEDADES DOS VIVOS E DOS MORTOS»

Kwame Nkrumah morreu em abril de 1972 em Bucareste, na Roménia, onde se encontrava para receber tratamento a um cancro. As primeiras cerimónias fúnebres que mereceu tiveram lugar em Conacri, capital da República da Guiné. Figura destacada da independência do Gana, conquistada em 1957 ao Império Britânico, Nkrumah seria apeado do poder em 1966, na sequência de um golpe de Estado, exilando-se então em Conacri. Nas cerimónias fúnebres ocorridas nesta cidade, Amílcar Cabral, ao tomar a palavra, responsabilizou o cancro da traição — e não outro — pela morte de Nkrumah.

Admirado pela sua longa história de militância e resistência — da presidência da Associação de Estudantes Africanos no Canadá e nos EUA, para onde fora viver em 1935, à prisão que lhe foi imposta pelo colonialismo britânico nos anos 50 —, Nkrumah concitou, na sua morte, a reunião de dirigentes de vários Estados e de diversos movimentos anti-imperialistas. Foi uma figura do Movimento dos Não-Alinhados e alguns dos seus escritos — nomeadamente, *Neocolonialismo: o Último Estágio do Capitalismo* — constituíram-se uma referência teórica internacional.

Amílcar Cabral descreveu Nkrumah, na hora da morte, como «um dos maiores homens que a humanidade viu neste século». A sua partida era somente atenuada pelo facto de «nós, africanos, acreditamos fortemente que os mortos continuam vivendo ao nosso lado». Pondo por um momento em suspenso o espírito racionalista que frequentemente o animava, Cabral chegaria a declarar: «Somos sociedades dos vivos e dos mortos». Pronunciado poucos meses antes do seu assassinato, o discurso de Cabral, visto agora, parecia antecipar tanto a sua própria morte como as suas vidas posteriores: *Cabral ka mori*, Cabral não morreu. E foi para falar de Amílcar Cabral, e não tanto de Nkrumah, que em 1974, pouco tempo depois do 25 de abril, a televisão francesa fez uso das imagens do discurso de Cabral no funeral do ganês.





A Bathurst, le peuple frère de Gambie exprime sa douleur et son indignation ainsi que le renouvellement de son soutien inconditionnel à la juste lutte pour laquelle le grand Africain qu'était Amílcar Cabral est tombé.

Marche de protestation, de Harlem au Consulat du Portugal à New-York, organisée par des militants afro-américains, parmi lesquels se trouvaient beaucoup d'émigrés capverdiens.



De grandes marches de protestation ont lieu dans plusieurs villes suédoises. Ci-contre, une manifestation d'étudiants à Uppsala.



A Londres, manifestant contre le crime odieux du Gouvernement portugais, le peuple exige la fin de l'alliance luso-britannique et proclame sa confiance dans la victoire de notre Parti.

VIVE INDIGN

dès l'annonce de l'assassinat odieux

Des centaines de messages de condoléances et de solidarité nous sont parvenus de différents Gouvernements, d'organisations politiques, d'organisations de masses et de personnalités politiques et intellectuelles de tous les continents. De pair avec les manifestations nationales organisées en République de Guinée, plusieurs autres Etats frères d'Afrique dont le Sénégal, l'Algérie, la Mauritanie, le Congo, le Libéria, la Gambie, la Sierra Leone, ont décrété des jours de deuil national en hommage au grand combattant de la libération de l'Afrique.

UMA MORTE, MIL MANIFESTAÇÕES

O assassinato de Amílcar Cabral foi anunciado a 21 de janeiro de 1973, um dia após a sua ocorrência. No domingo e na segunda-feira seguintes, fez-se luto nacional na República da Guiné, onde as bandeiras oficiais foram colocadas a meia-haste. Ainda em janeiro teve lugar um simpósio de homenagem no Palácio do Povo, seguido das cerimónias fúnebres a 1 de fevereiro, no Estádio 28 de Setembro, o mesmo local onde, meses antes, Cabral homenageara Nkrumah.

Segundo noticiou Thomas Johnson, enviado especial do *New York Times* a Conacri, compareceram naquela cidade representantes de 80 delegações estrangeiras. Destas, a maioria eram africanas, algumas da Europa de Leste e da Ásia. Compareceram também vários movimentos guerrilheiros e organizações de apoio aos movimentos de libertação provenientes da Europa, da Ásia e dos EUA. Contas feitas pelo jornal *Maroc Soir*, de Rabat, as duas cerimónias acolheram cerca de 680 convidados.

Em outros Estados e organizações do continente africano foi igualmente prestado tributo a Cabral. Em

várias cidades tiveram lugar marchas silenciosas das populações consternadas. Em Brazzaville, a rua 28 de Agosto, principal artéria da capital congoleza, foi elevada a Avenida e rebatizada com o nome do líder defunto. No mundo ocidental, também se fizeram sentir o luto e a revolta. A 5 de março, em Portugal, o diretor do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, Ângelo Ferreira, remeteu uma nota para o governador da chamada Guiné Portuguesa, dando conta disso mesmo. De acordo com esse ofício, registaram-se ocorrências junto de representações diplomáticas e institucionais portuguesas de várias cidades. Nos EUA, ocorreu uma pequena manifestação logo a 22 de janeiro diante da Casa de Portugal, em Nova Iorque, e chegaram vários telegramas de protesto ao Consulado português na mesma cidade, bem como à Embaixada portuguesa em Washington. Em Harlem, Nova Iorque, organizou-se um protesto dias depois, com cerca de 200 manifestantes a percorrerem a 5ª avenida e a terminarem a sua marcha junto à Casa de Portugal. Em

Londres, também logo a 22 de janeiro, uma vigília de protesto terá juntado algumas centenas de manifestantes junto à Embaixada portuguesa, onde chegaram ainda telegramas de protesto do *National Union Students* e do Secretário-geral da *National Union Mineers*. Nas paredes da Embaixada de Portugal em Bruxelas, por sua vez, escreveu-se a tinta grossa «PAIGC vainerá» (o PAIGC vencerá) e «Assassins» (Assassinos), ao passo que os vidros da chancelaria portuguesa em Haia, onde o Comité Angola realizou uma manifestação, tiveram que beneficiar de obras de reparação. Na República Federal da Alemanha, em Bona, a Embaixada portuguesa viu as suas paredes serem animadas por frases de protesto e as suas janelas serem apedrejadas. Em Itália, um Vice-Presidente da Câmara dos Deputados promoveu, a 31 de janeiro, uma reunião de «Solidariedade anti-imperialista e anti-colonialista», ao passo que a Associação dos Jovens Comunistas Independentes de Milão tentou, sem sucesso, ser recebida pelo Cônsul português na cidade. Em Tóquio, dirigentes da Associação

LIBERTÉ DANS LE MONDE

de notre grand leader le camarade AMILCAR CABRAL



LIBERTÉ
AU PEUPLE
DE GUINÉE
(BISSAU) !
ASSEZ DE
CRIMES
DES IMPE-
RIALISTES!
disent les
pancartes
dans un mee-
ting à Mos-
cou.

Le crime contre notre peuple soulève une vive indignation en France. Un meeting à la Mutualité (photo en haut), organisé par le Comité de Soutien, rassemble les représentants de différentes organisations politiques, syndicales et d'étudiants.



A Berlin (R.D.A.) sont nombreux les amis de notre Parti qui signent le livre de condoléances ouvert par la Section des Étudiants du Parti.



La jeunesse italienne se manifeste à Ferrigno Emilia.

A Essen (R.F.A.) les manifestants réclament la cessation de l'aide des pays de l'O.T.A.N. aux colonialistes portugais.



Un meeting est réalisé à New-York, à la mémoire du grand patriote africain qui, l'année dernière, avait brillamment défendu, au siège des Nations-Unies, la cause des pays opprimés, le droit de notre peuple à la liberté et au progrès. L'orateur est M. Robert F. Van Lierop, du « Africa Information Service ».



Japonesa de Solidariedade Afro-Asiática entregaram uma carta de protesto na Embaixada portuguesa.³⁴

Estes são vários dos exemplos que, à data, o gabinete de Ângelo Ferreira registou na referida comunicação para o governador da Guiné. José Pedro Castanheira, no âmbito da investigação jornalística que levaria à publicação do livro *Quem mandou matar Amílcar Cabral?*, identifica mais exemplos, a partir de uma consulta aturada da documentação alusiva ao assassinato de Amílcar Cabral que se encontra à guarda do Ministério dos Negócios Estrangeiros português. Nos EUA, além de Nova Iorque e Washington, registaram-se protestos junto aos Consulados portugueses de Boston e de Los Angeles. Ainda no mesmo país, ocorreu uma cerimónia fúnebre numa igreja e na qual discursou o congressista democrata Charles Diggs, e no Canadá, na Universidade de Montreal, teve lugar mais do que uma iniciativa de pesar e protesto. Em Inglaterra, além das iniciativas em Londres, houve um cortejo em Oxford, manifestações em Hull e Sussex e foi organizado um piquete junto do Consulado de Manchester. Na Irlan-

da, a morte e vida de Cabral foi motivo de evocação numa universidade de Dublin. Mais a norte, na Suécia, ocorreram manifestações em Estocolmo e Malmo, o mesmo sucedendo em Helsínquia, na Finlândia, e em Oslo, na Noruega, neste caso reunindo cerca de uma dezena de organizações políticas, humanitárias e da juventude cristã. Em França, realizou-se um *meeting* na Casa da Tunísia, em Paris, e pelo menos duas manifestações: uma, em Lyon, outra, na capital francesa, organizada pelo *Comité National de Soutien à la Lutte des Colonies Portugaises*, com o apoio do PS, do PCF e de partidos radicais de esquerda, bem como das principais centrais sindicais.³⁵

Detalhes à parte, o PAIGC cedo teve noção do impacto internacional do acontecimento e assinalou-o, desde logo, ao largo das páginas centrais da edição n.º 51 do *PAIGC Actualités*. Aí é possível encontrar nota de manifestações de pesar e protesto ocorridas em países menos expostos à rede de vigilância internacional da ditadura portuguesa ou que com esta não mantinham relações diplomáticas, pelo menos regula-

res. Sabemos assim que existiram reações à morte de Cabral em países africanos como a Gâmbia, a Argélia, a Mauritânia, o Congo, a Libéria, a Serra Leoa, e também na parte leste da Europa, de Berlim oriental a Moscovo. A ONU, junto da qual Cabral e os movimentos de libertação das colónias portuguesas haviam feito, desde os anos de 1960, um trabalho diplomático persuasivo e paciente, reuniria a sua Comissão de Descolonização para uma sentida sessão de homenagem, que teve lugar na sede da organização, em Nova Iorque, no dia 2 de fevereiro.

Houve, ainda assim, e como aponta Castanheira, quem acompanhasse o colonialismo português na celebração da morte de Amílcar Cabral. Foram os casos da ditadura militar então em vigor na Turquia, bem como os da África do Sul (e do seu regime de Apartheid) e da Rodésia branca, de Ian Smith, ambas cientes de que o seu destino histórico não era indiferente à boa fortuna do colonialismo português.

4. MORTE E INDEPENDÊNCIA

O COMANDANTE PEDRO PIRES

As cartas foram elos importantes de uma cadeia de correspondência e informação e mobilização que fez com que a direção da luta de libertação fosse uma tarefa efetivamente partilhada. Conectando dirigentes dispersos em diferentes locais, as cartas estabeleceram laços de coesão a nível do comando político-militar, ligando homens como Cabral, Aristides Pereira, Pedro Pires, Nino Vieira, entre vários outros. Permitiam enviar ordens, fazer pedidos, trocar críticas. Cabral escrevia-as quando se encontrava em Conacri, bem como em viagens internacionais, das quais fazia chegar notícias aos seus camaradas de direção. Pedro Pires foi um interlocutor recorrente nos últimos anos. Em carta de 9 de julho de 1972, Cabral informava o seu camarada dos resultados das suas deslocações a Marrocos e à Roménia, apelava à intensificação das ações armadas e dava conselho sobre os termos de um futuro ataque a Guiledje. Anunciava ainda, na mesma missiva, que iria seguir viagem para a URSS, a fim de persuadir os soviéticos a concederem ao PAIGC novas armas, nomeadamente os mísseis Strela.

Desde 1963 que a URSS apoiava militarmente o PAIGC, primeiro com armas mais ligeiras, mas, à medida que a guerra se desenvolveu, Cabral foi solicitando o apoio de armamento mais robusto e sofisticado, chegando mesmo a fazer depender disso a intensificação da ofensiva do PAIGC no terreno — e isto apesar de ha-

ver quem, entre os cubanos, considerasse essa espera desnecessária. Em 1969, o PAIGC seria o primeiro dos movimentos de libertação que combatiam o colonialismo português a receber os obuses de Grad, versão mais leve de equipamento desenvolvido pelos soviéticos para apoiar a guerrilha vietnamita, mas os progressos militares que a tal se seguiram não foram tão significativos quanto o esperado. Os mísseis Strela, esses sim, vieram em 1973 e para fazer a diferença. Eram uma arma poderosa, eficaz e de manejo relativamente fácil.

O primeiro míssil Strela terá sido disparado com sucesso a 23 de março de 1973, ao lado de Manecas dos Santos, que chefiara um grupo de soldados das FARP que, nos meses anteriores, havia recebido treino específico na Crimeia, então URSS.³⁶ Cabral já não testemunhou a mudança trazida pelos Strela. Pedro Pires, contudo, recorda o impacto dos mesmos: «Com a entrada em ação no campo militar desses foguetes Strela criámos as condições para que a operação Guiledje fosse um sucesso».³⁷ Entre outros efeitos, os Strela foram capazes de prejudicar seriamente a força aérea dos portugueses.

Pedro Pires foi um dos principais militantes envolvidos na luta de libertação. Nasceu em Cabo Verde em 1934, na ilha do Fogo. Fez os seus estudos secundários na Praia e no Mindelo. As mortes provocadas pelas

fomes que na década de 40 assolaram o arquipélago repercutiram-se na sua mundivisão, mas seria apenas em Portugal, onde prestaria serviço militar, e onde a partir de 1956 frequentará a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, que despertará para a luta anticolonial.

Em junho de 1961, Pires abandona clandestinamente Portugal com destino a Paris, num grupo de cerca de 60 jovens africanos, entre os quais Amélia Araújo e Líllica Boal, partindo depois para Conacri, onde se juntou ao PAIGC. Começa por se empenhar na mobilização da emigração cabo-verdiana e guineense no Senegal, mas também em França. A partir de 1965, receberá formação militar em Cuba, tendo em vista o início da luta armada em Cabo Verde, o que não chegará a acontecer. Em 1968, passa a integrar o Comando da Frente Leste, na Guiné, e em 1973, aquando da morte de Amílcar Cabral, é Comandante da Região Balana /Quitáfine.

Participará na concretização da tomada do quartel de Guiledje, já depois do assassinato de Cabral, e, com a declaração unilateral da independência, em setembro de 1973, ocupará no governo a posição de Comissário Adjunto para as FARP, o braço armado do PAIGC. Veio a ser Primeiro-ministro de Cabo Verde entre 1975 e 1990 e presidente da República do mesmo país durante a primeira década do século XXI. É presidente da Fundação Amílcar Cabral.



A TOMADA DO QUARTEL DE GUILLEDJE E OS PRIMEIROS MONUMENTOS A CABRAL

A tomada do quartel de Guiledje, em maio de 1973, foi um momento decisivo na guerra. Em 2014, Pedro Pires recordava nestes termos o acontecimento: «A tomada de Guiledje foi importante pela sua posição estratégica. Ficou aberto o caminho para a entrada das nossas forças, dos nossos meios mecânicos, no sul da Guiné. É preciso ter em conta que essa operação estava a ser preparada há muito tempo, ainda quando Amílcar Cabral estava vivo. Já tínhamos avançado com as ideias e também com as operações de reconhecimento. Saber o que íamos fazer e como íamos fazer. Depois disso aconteceu um facto que apoiou, ou veio a nosso favor, que é a entrada em ação dos foguetes antiaéreos portáteis, os SAM II, que nós na nossa linguagem na Guiné chamávamos Strela».³⁸

Tinham passado quatro meses sobre o assassinato de Cabral e um dos seus retratos mais reproduzidos, de autoria de Polimeni, foi então levado por soldados do PAIGC para o quartel ocupado. A fotografia foi colocada sobre uma lápide encostada a uma haste e em que uma Companhia de Caçadores portuguesa, prestando homenagem aos seus mortos, escrevera: «Vencer sem perigo é triunfar sem glória». Em cima desta lápide ficava o retrato de Cabral e onde antes estava a bandeira portuguesa encontrava-se agora hasteada a do PAIGC.

No fundo arquivístico de Polimeni, depositado na *Fondazione Basso*, a fotografia desta instalação é legendada como «Monumento dedicado a Cabral». A ideia de monumentalizar a vida de Cabral, de resto, surgiu de forma praticamente imediata à notícia do seu assassinato. Na *New Statesman*, logo a 26 de janeiro, Basil Davidson produzia um pequeno artigo de balanço histórico sobre a luta do PAIGC e a vida do seu líder. Chamou-lhe «Cabral's Monument».



A PRIMEIRA ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR E A DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

Desde pelo menos 1971 que a liderança do PAIGC ponderava vir a declarar unilateralmente a independência da Guiné-Bissau. A legitimidade de um tal gesto assentava sobre um argumento prático: parcelas relevantes do território estavam livres da tutela colonial e encontravam-se sob comando do PAIGC. Mas a legitimidade residia também num fundamento ético e jurídico em que o Partido havia insistido ao longo da década de 60: o colonialismo português encontrava-se à margem da legalidade internacional tutelada pela ONU.

libertadas da Guiné (2-8 de abril), o Comitê Especial das Nações Unidas para a Descolonização veio mesmo a aprovar uma resolução que reconhecia o PAIGC enquanto único e autêntico representante do povo da Guiné e Cabo Verde. Sendo que, em novembro, a Assembleia-Geral da ONU atribuiria ao PAIGC o estatuto de observador.

O passo decisivo para a declaração da independência foi dado, porém, com a organização de eleições nas zonas libertadas. Tratava-se, por esta via, de

do o sociólogo sueco Lars Rudebeck, que conheceu o líder do PAIGC no trabalho de campo que precedeu a escrita de *Guinea-Bissau: A Study of Political Mobilization*, Cabral acarinharia uma ideia cooperativa de organização do poder, ao arpejo da tendência para a sua centralização estatal. Ideia cooperativa essa que, ainda segundo Rudebeck, se consubstanciaria na criação de assembleias populares descentralizadas.

As eleições para escolher os representantes regionais que vieram a determinar a composição da Assembleia Nacional Popular tiveram lugar entre agosto e outubro de 1972. Conforme foi pouco depois analisado pelo historiador René Pélissier, aconteceram num momento em que o número de habitantes das zonas libertadas estaria em vias de diminuição, fruto da tentativa do governo colonial atrair a população das zonas rurais às cidades. Terão votado entre 60 e 85 mil eleitores, incluindo perto de 7 mil combatentes, e a Assembleia reunir-se-ia a 23 de setembro de 1973.

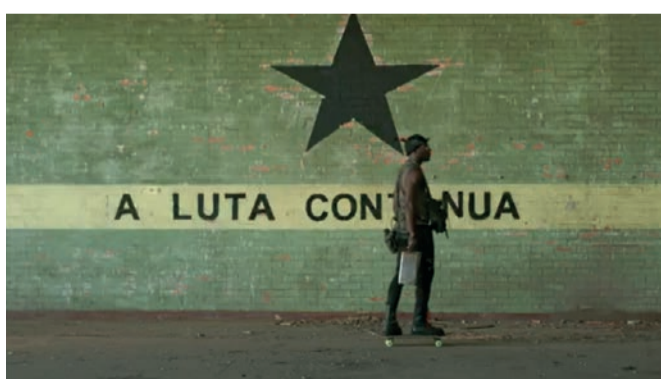
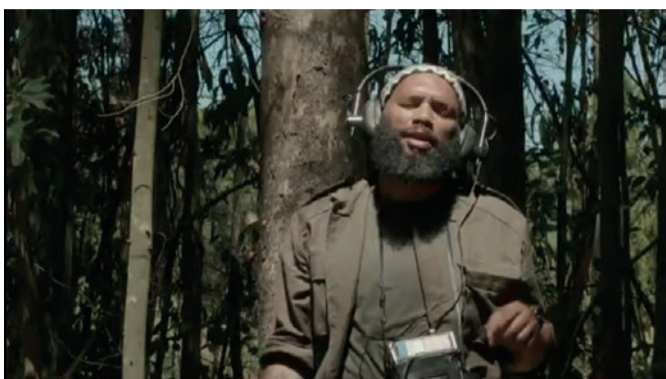
No dia 24 de setembro, foi proclamada a independência. A declaração foi lida por Nino Vieira, no dia anterior feito presidente da Assembleia. A escolha de Nino era um sinal de reconhecimento da importância da luta armada. Ele nascera em Bissau em 1939 e juntara-se ao PAIGC com pouco mais de vinte anos de idade, deixando para trás o ofício de electricista. Após formação militar e política na República Popular da China, no início dos anos 60, imergiu no terreno e os seus méritos de combatente fizeram-no chefe militar na região de Catió, no sul do país. Em 1965 tornou-se comandante de toda a Frente Sul.

A logística de organização da Assembleia, realizada na zona do Boé, envolveu apoio cubano. Estiveram presentes jornalistas e delegados internacionais. Bruno Polimeni fotografou o acontecimento. A sua câmara e as de outros captam os rostos de Adelino Nunes Correia, Amélia Araújo, Aristides Pereira, Carmen Pereira, Fidelis Cabral de Almada, Flora Gomes, Francisca Pereira, Lay Sek, Lucette de Andrade, Luís Cabral, Manuel Boal, Mário Cabral, Nino Vieira, Otto Schacht, Pedro Pires, Pascoal Alves, Silvino da Luz ou Victor Saúde Maria, entre tantos outros, como o russo Oleg Ignatiev. Declarada de forma unilateral, a independência foi reconhecida nas semanas e meses seguintes por mais de 80 países.



Esta ideia esteve presente no trabalho diplomático que, desde os anos 60, Amílcar Cabral desenvolveu junto da ONU e de outras organizações internacionais, conforme estudado, entre outros, pela historiadora Aurora Almada e Santos. Reunido a 13 de abril de 1972 em Conacri, e na sequência de uma visita às zonas

fundamentar na vontade da população — e não apenas no controlo do território ou no reconhecimento internacional — o poder constituinte de um novo Estado. No seu último discurso, na passagem do ano de 1972, Cabral sublinhara que a realização da Assembleia era um desígnio fundamental. De resto, segun-



«A LUTA CONTINUA»

«Foi o assassino olho de vidro que se chama Spínola», assim começava por responder o músico angolano David Zé, em 1976, à questão que dava título a canção da sua própria autoria: «Quem matou Amílcar Cabral».

Sobre as autoridades coloniais portuguesas, continua hoje a recair a forte suspeição de inspirarem o assassinato de Amílcar Cabral, mas para muitos a dúvida nunca teve sentido.

David Zé seria, ele próprio, assassinado pouco depois, em Angola, no contexto do 27 de maio de 1977, quando divisões internas ao MPLA levaram à execução de milhares de angolanos. Nem a popularidade da sua música o poupou e durante largos anos a sua obra não foi significativamente valorizada.

Mais recentemente, porém, alguns sinais apontam em sentido inverso. E é numa sua outra canção, esta intitulada «A luta continua», que o músico Xullaji, já em 2021, encontra parte da inspiração para o seu mais recente projeto musical: Prétu. Deste projeto, com efeito, faz parte a música e vídeo «A luta continua», em que Xullaji, acompanhado de Tristany na interpretação e da fotógrafa Mónica de Miranda na direção artística, retoma a voz de David Zé, combinando-a com audio do último discurso de Amílcar Cabral, transmitido no início do ano de 1973 na Rádio Libertação.

Em David Zé, a luta continuava porque o derrube do colonialismo não representava o fim da resistência, que passava a ter por adversário o neocolonialismo; com Xullaji e Prétu, o apelo à continuidade da luta dirige-se contra o racismo que estrutura a cidade e o trabalho no Portugal pós-colonial.

Expressão transversal à história e ao legado das lutas de libertação na Guiné-Bissau, Cabo Verde e Angola, o imperativo «a luta continua» é, no entanto, particularmente associado à luta de libertação travada em Moçambique sob liderança da FRELIMO. E foi mesmo em homenagem à independência de Moçambique e seus protagonistas que foi criada a mais difundida das canções que levam por título «A luta continua», esta interpretada pela cantora sul-africana Miriam Makeba. A canção levou uma ouvinte a nomear a sua filha com o nome Aluta.

5.

A IMAGEM EM MOVIMENTO

A VIDA DOS LIVROS

Foi ainda nos anos 60 que a palavra e o discurso de Amílcar Cabral começaram por ser conduzidos a forma de livro. Um dos propósitos da edição de livros reunindo intervenções e textos da autoria de Cabral era, então, apoiar a formação ideológica de militantes do PAIGC. A título de exemplo, veja-se que o seminário promovido em Conacri em 1969, destinado a quadros do PAIGC, seria transcrito, reproduzido e distribuído pelo território guineense. Com o título *Análise de Alguns Tipos de Resistência*, viria a conhecer inúmeras edições ao longo dos últimos cinquenta anos.

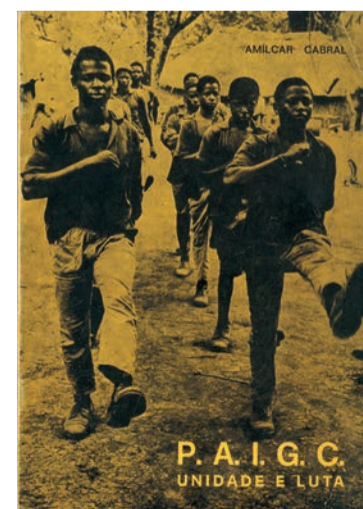
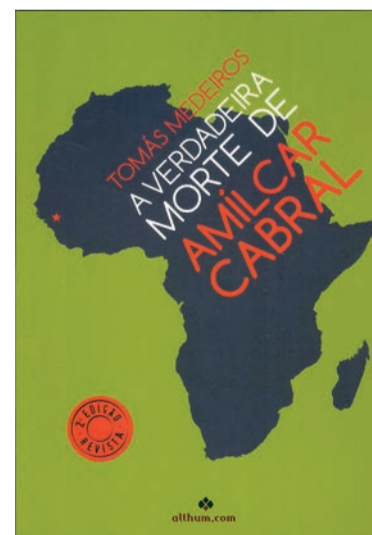
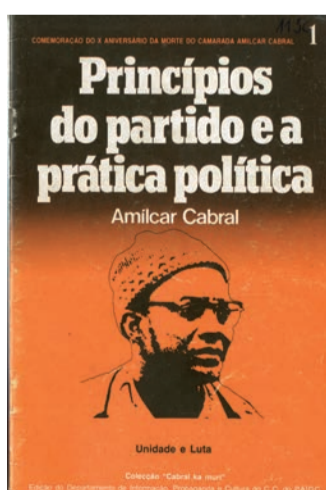
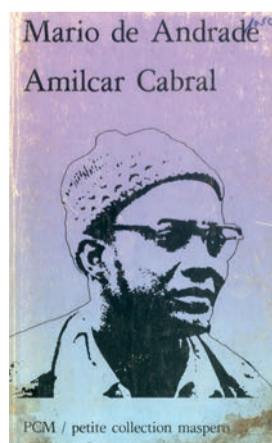
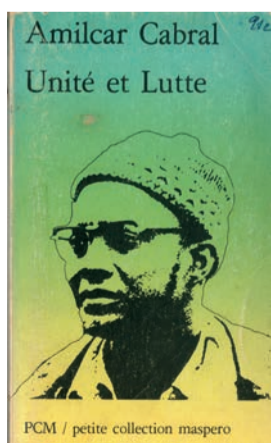
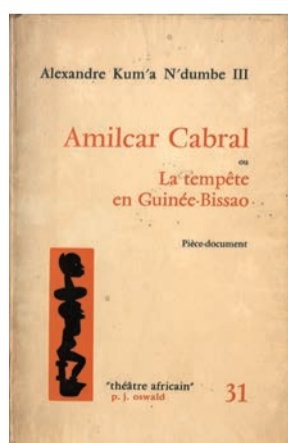
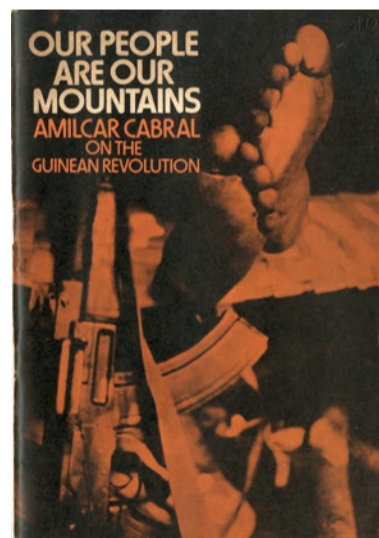
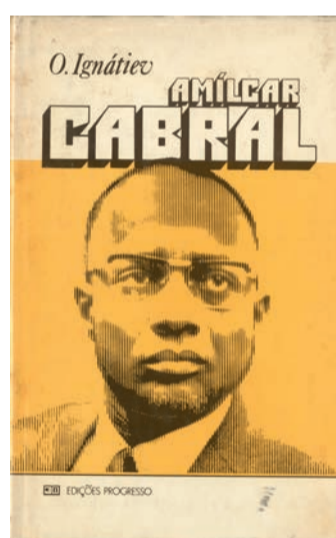
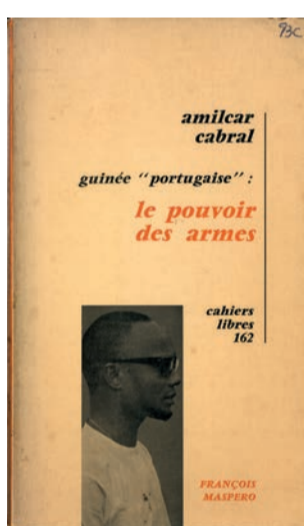
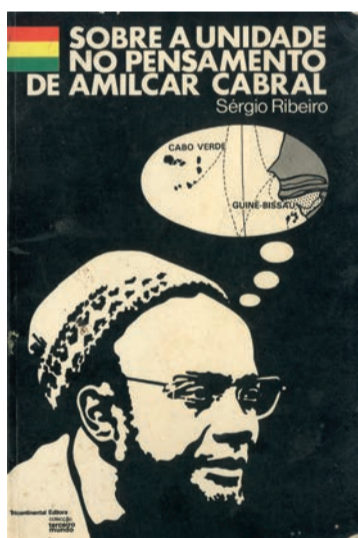
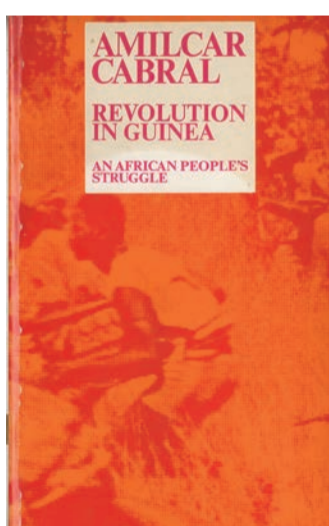
Uma outra finalidade da atividade editorial era nutrir a rede de apoio internacional em torno do PAIGC. Em 1969, num livro intitulado *Revolution in Guinea. An African people's struggle*, foi publicada uma seleção de textos de Cabral traduzidos para língua inglesa. Outras línguas viriam igualmente ao encontro do discurso de

Cabral. Em 1970 era publicado em França, pela Maspéro, o livro *Guinée portugaise, le pouvoir des armes*, compilando diferentes textos de Cabral, publicados anteriormente em revistas como a *Partisans* ou a *Tri-continental*. A situação coletiva da luta e o destaque individual de Cabral foram sendo negociados de formas diversas. Por vezes, a imagem de Cabral foi chamada a ilustrar a capa, noutras, primou pela ausência.

Quanto aos estudos sobre Amílcar Cabral, eles conheceram uma expansão significativa nas últimas décadas. Em 1968, o professor universitário norte-americano Ronald Chilcote dedicava-lhe um breve ensaio no *The Journal of Modern African Studies*: «The Political Thought of Amílcar Cabral». Em 1975, o russo Oleg Ignatiev escrevia *Amílcar Cabral, filho de África: narração biográfica* e, em 1980, Mário Pinto de Andrade era autor de *Amílcar Cabral. Essai de Biographie Politi-*

que. Em 1983, em Cambridge, reivindicando o género biográfico contra o marxismo e os Annales, o recém-doutorado Patrick Chabal publicava a obra seminal *Amílcar Cabral: Revolutionary Leadership and People's War*. Já no século XXI, historiadores como Julião Soares Sousa ou Peter Karibe Mendy, entre outros, igualmente deram a conhecer o seu Amílcar Cabral.

Existem hoje dezenas de biografias sobre Amílcar Cabral, publicadas em várias línguas. A sua figura tem ombros robustos e largos, nos quais se penduram inúmeros ensaístas, editores, polemistas e estudiosos. Longe de ter sido obra de um homem só, o sentido da sua vida encontra-se na vontade e condições daqueles que foram seus companheiros e adversários de luta, mas igualmente no que sobre ele se escreveu e continua a escrever.



AMÍLCAR CABRAL E MAFALDA, TARZAN E CHARLIE BROWN

Durante o período revolucionário português inaugurado pelo 25 de abril de 1974, é criada a revista *Visão — Para uma nova banda desenhada portuguesa*. Nos primeiros seis números, a publicação é liderada por Victor Mesquita, que iniciara o seu percurso como autor de banda desenhada — em paralelo com a sua atividade nas áreas da publicidade e da pintura — ainda no final dos anos 50. A revista tratou nas suas páginas de algumas temáticas anti-imperialistas e o próprio Mesquita publicou, com Machado da Graça, «Vietname — Uma Vitória do Homem».

Procurando um espaço de oportunidades para autores portugueses, a revista igualmente publicou material estrangeiro, em função da «falta de artistas portugueses a trabalhar num estilo realista», justificava Mesquita, no editorial do segundo número, datado de 1 de maio de 1975. Foi neste momento que teve início a publicação de «Amílcar Cabral», de autoria dos cubanos Fidel Morales (guião) e Vicente Sánchez (desenhos).

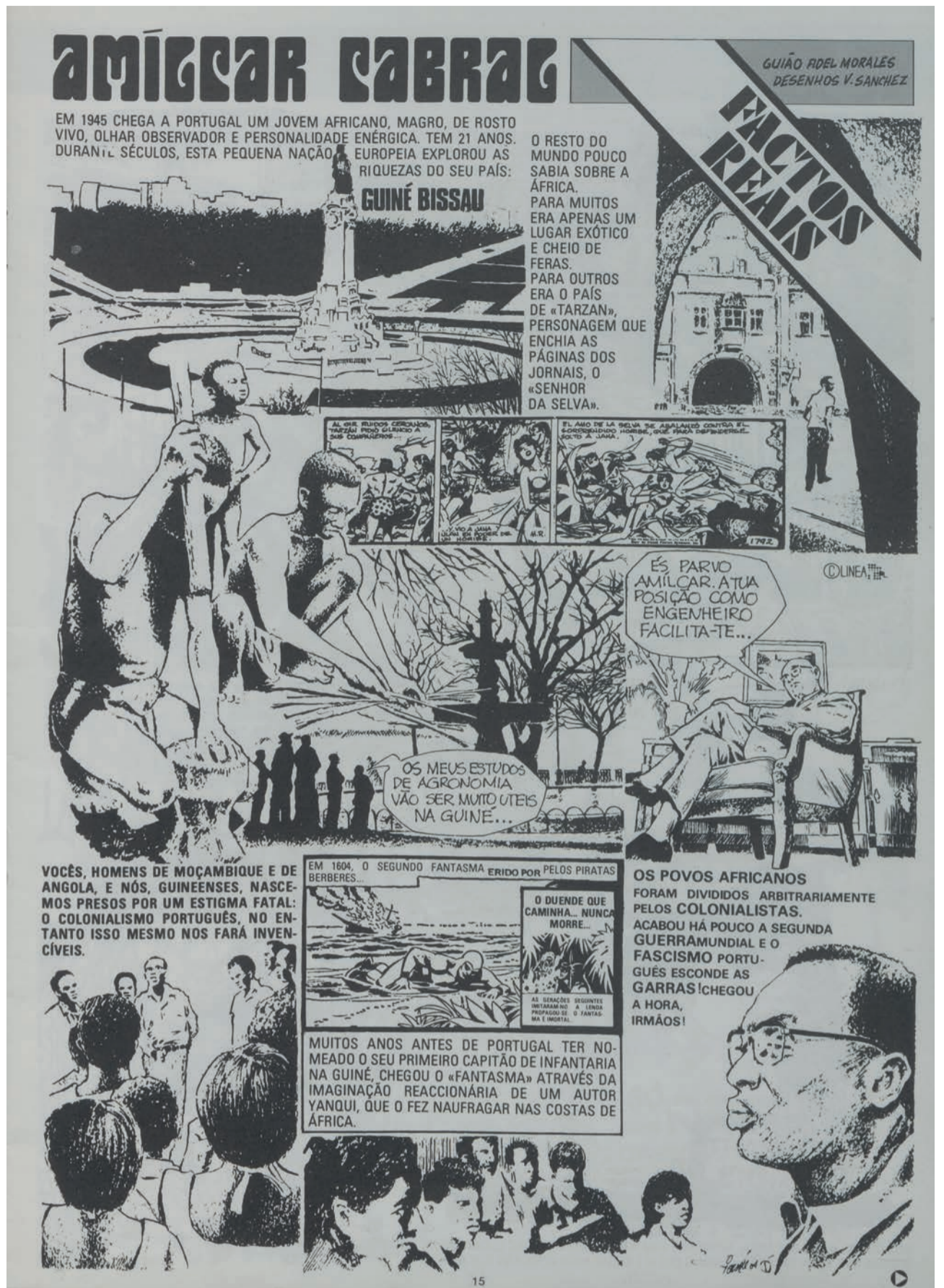
O interesse que a figura de Cabral suscitava no Portugal de então certamente justificava a tradução da banda desenhada cubana. Mas a iniciativa enquadrava-se igualmente num programa mais alargado de colaboração com a *C-Línea*, a revista latino-americana de estudo da banda desenhada que havia sido criada em Cuba em 1973 e que primeiro dera à estampa a banda desenhada que Morales e Sánchez dedicaram a Cabral.

A *C-Línea* promovia intervenções que pretendiam questionar a hegemonia norte-americana no mundo da banda desenhada e dos *comics*, neste sentido convocando Mafalda contra Charlie Brown e integrando — mas não sem reservas — o argentino Quino numa ampla frente cultural anti-imperialista e terceiro-mundista, complementada pela publicação de autores do leste da Europa.

A chamada de Amílcar Cabral a figura de banda desenhada ocorreu no quinto número da revista, já em 1974. Provavelmente, tratou-se de uma reação ao seu assassinato, tendo o desenhador Vicente Sánchez que interromper um outro projeto em que estava envolvido, este em torno do livro *México Insurrecto*, de John Reed.

O interesse de Sánchez e Fidel Morales — este último uma figura tutelar da revista — por Cabral inseriu-se na história de solidariedade e cumplicidade entre o PAIGC e o regime cubano, mas também no contexto mais amplo de crítica do imaginário cultural promovido pelo imperialismo norte-americano. Sánchez e Morales acusam esse imaginário de fazer de África um lugar exótico povoado por animais ferozes, reduzindo o continente a cenário de Tarzan.

Diga-se, por fim, que a publicação da banda desenhada cubana «Amílcar Cabral» encerra um ciclo na história da *Visão*. «Amílcar Cabral» é publicada ao longo de cinco números, entre 15 de abril e 15 de junho de 1975, momento em que Vítor Mesquita perde o controlo sobre a revista, que passa a estar sob tutela, entre outros, de Eduardo Nobre.



AMÍLCAR CABRAL EM CARTAZ

O cartaz foi um dos suportes expressivos que mais contribuiu para a configuração da imagem de Amílcar Cabral após o seu assassinato. Na comemoração do seu nascimento ou da sua morte, foram e continuam a ser produzidos cartazes com o seu rosto. Entre aqueles que foram produzidos pelo PAIGC, um dos que teve maior acolhimento foi o que em 1984, nos 60 anos do seu nascimento, lhe foi dedicado por Janulilli — assinatura cuja identidade não conseguimos apurar. Já a nível internacional, os cartazes mais conhecidos foram os três que lhe dedicou a OSPAAAL, a *Organización de Solidaridad con los Pueblos de Asia, África y América Latina*, criada no quadro da Conferência Tricontinental, realizada em Havana em 1966. Entre os posters da OSPAAAL, destacamos os da autoria dos cubanos Olivio Martínez Viera (1941-2021) e Alfredo Rostgaard (1943-2004), ambos realizados nos anos seguintes ao assassinato de Amílcar Cabral.

Congregando o Movimento de Países Não-Alinhados, que havia sido criado em Belgrado em 1961, e a Organização de Solidariedade entre os Povos Afro-asiáticos, criada no Cairo no final de 1957, a OSPAAAL teceu uma importante rede de informação, propaganda e debate entre países e movimentos do chamado Terceiro Mundo. A proeminência de Cuba neste processo revelou-se de várias formas, uma das quais a contribuição de artistas cubanos para o desenho de posters que saíam com a revista *Tricontinental*, dobrados no interior desta. Publicada em espanhol, francês e inglês, mas também árabe, o alcance da revista constituía um desafio gráfico, como recentemente sublinharam os historiadores Fernando Camacho Padilla e Eugenia Palieraki: tratava-se de procurar uma estética que se tornasse partilhada em diferentes continentes, por povos e movimentos com múltiplos referentes simbólicos.

Recordando episódios, movimentos e líderes anti-imperialistas africanos, asiáticos e sul-americanos, mas também denunciando rostos do poder norte-americano, como Nixon, e regimes opressivos, como o do Apartheid, os posters revestiam-se de uma qualidade artística que os faria sobreviver ao período de maior fulgor militante dos movimentos anti-imperialistas. A partir dos anos 90, a frente gráfica da OSPAAAL, com a exibição dos posters em feiras do livro, galerias de arte e museus — de Nova Iorque a Londres, passando por Lisboa — tornou-se num dos principais sinais de vida da organização, que seria encerrada em 2019, no quadro das dificuldades orçamentais então enfrentadas pelo governo de Cuba.





LICEU AMÍLCAR CABRAL

Amílcar Cabral foi uma figura admirada e celebrada nos anos da revolução portuguesa. O seu assassinato em 1973 foi motivo de reação imediata entre as várias esquerdas portuguesas. Nos dias seguintes ao acontecimento, militantes do MRPP, o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, pintaram nas paredes de Lisboa que a PIDE assassinara Cabral. De acordo com a memória oral de quem viveu a época, a figura de Cabral foi também invocada em cartazes e palavras de ordem nas primeiras manifestações que, após o 25 de abril, saíram à rua para impedir a continuação do embarque de soldados portugueses para as colónias africanas.

A memória de Cabral foi promovida de inúmeras maneiras nos anos de Abril. Na primeira vez que o seu assassinato pôde ser assinalado em liberdade, em janeiro de 1975, a Emissora Nacional organizou um espetáculo musical e poético em sua homenagem, a partir

de Lisboa e de São Tomé e Príncipe, com temas de música popular portuguesa e africana, interpretados, entre outros, pelo Grupo da Associação Cívica Pró-MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe). Com participação de intelectuais e artistas portugueses como Joaquim Namorado, José Barata-Moura, José Manuel Osório e Fernanda Lapa, o espetáculo incluía ainda a declamação de poemas de autoria de Cabral, entre eles «O Regresso...». Antes do 25 de abril, José Mário Branco escrevera a letra «Viva a Guiné Bissau!», na qual cantava “Viva Amílcar Cabral!”, canção que seria posteriormente interpretada pelo Grupo de Acção Cultural, e já em 1978 Jorge Peixinho comporia «Elegia a Amílcar Cabral».

Mas a memória de Cabral seria cultivada de formas ainda mais informais, como no gesto de estudantes de um liceu do Porto que, através de uma tarja temporariamente pendurada à entrada da sua escola, rebati-

zaram o mesmo com o nome de Amílcar Cabral. Isso mesmo é testemunhado por material de informação e propaganda estudantil do período, como os documentos da União de Estudantes pela Democracia Popular, depositados por António Freitas de Sousa no Arquivo Ephemera.

Não era a primeira vez que a escola em questão ganhava novo nome e tão pouco seria a última. Com origens num decreto de Passos Manuel datado de 1836, o efêmero Liceu Amílcar Cabral começou por se chamar Liceu Nacional do Porto. Em 1908, passou a chamar-se Lyceu D.Manuel II. Em 1910, já depois do 5 de Outubro, passou a chamar-se Lyceu de Rodrigues de Freitas, fazendo jus à deposição de Manuel e homenageando José Joaquim Rodrigues de Freitas, político, jornalista e professor na Academia Politécnica do Porto. Com a ditadura, a escola retomou o nome do último rei, para regressar, já em democracia, ao nome Rodrigues de Freitas.

DE CONACRI PARA BISSAU: A TRASLADAÇÃO DA URNA DE AMÍLCAR CABRAL

A trasladação da urna de Amílcar Cabral de Conacri para Bissau fez-se nos primeiros dias de setembro de 1976. Passavam mais de três anos sobre o seu assassinato. O momento foi de pesar e luto familiar e nacional, mas também de afirmação do novo Estado da Guiné-Bissau. Coberta com a bandeira do PAIGC, a urna de Amílcar Cabral foi retirada do mausoléu de Camayenne (local onde repousam os heróis nacionais da República da Guiné) no dia 2 e transportada aos ombros de Sékou Touré, do primeiro-ministro Lansana Béavogui e de Francisco Mendes, Pedro Pires, Nino Vieira e Silvino da Luz, dirigentes do PAIGC, passando por entre filas de populares vestidos de branco, oriundos de diferentes bairros de Conacri. No aeroporto de Conacri, uma multidão aguardava a sua chegada para uma derradeira despedida.

Em Bissau, a urna foi recebida no aeroporto por Aristides Pereira (secretário-geral do PAIGC e presidente da República de Cabo Verde), por Luís Cabral (secretário-geral adjunto e presidente do conselho de Estado da Guiné-Bissau), por Ana Maria Cabral e por membros do partido e do governo. Estiveram também presentes vários representantes de Estados e partidos estrangeiros. Oficiais das FARP prestaram honras militares com 21 salvas de canhão e ouviu-se o hino nacional, comum a Guiné-Bissau e Cabo Verde. Junto à urna, colocada no centro da placa aeroportuária, desfilaram todos os membros do partido e do governo, corpo diplomático, uma delegação da Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC) e antigos combatentes da luta de libertação.

A operação de trasladação encontra-se parcialmente filmada na primeira produção cinematográfica da Guiné-Bissau independente, *O regresso de Amílcar Cabral* (de Djalma Fettermann, Flora Gomes, José Bolama, Josefina Crato e Sana Na N'Hada, 1976, Guiné-Bissau, Suécia, 32'). O filme documenta a cerimónia de trasladação intercalando essas imagens com outras, referentes à luta de libertação, e com excertos de discursos de Cabral. A descrição detalhada de todo o aparato cerimonial encontra-se igualmente no jornal guineense *Nô Pintcha*, criado em 1975 e que nos primeiros anos chegou a ser publicado três vezes por semana. Nas suas páginas encontramos, por exemplo, vívido relato do momento em que a urna, que havia sido levada do aeroporto de Bissau para o Palácio da República, ficando em câmara-ardente até ao dia 4, rumou ao Forte da Amura, a sede das forças armadas da Guiné-Bissau, onde os restos mortais de Amílcar Cabral permanecem até hoje, à distância da população:

«As pessoas afastam-se, abrem um corredor em frente à porta principal. O povo está à volta do Palácio, em todos os locais permitidos. Ocupa as árvores, a estátua, ten-

ANO 11 N.º 222 4.º SÁBADO 4 DE SETEMBRO DE 1976 TRIBUNAL NACIONAL PREÇO: 15 PESOS

NÔ PINTCHA

ÓRGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL CENTRO DE IMPRENSA TELÉF.: 012-0726-0728 BISSAU

O POVO RENDE HOMENAGEM AO MILITANTE NUMERO UM DO P.A.I.G.C.



AMILCAR CABRAL REPOUSA NA TERRA POR CUJA LIBERDADE DEU A VIDA

CONAKRY
SÉKOU TOURÉ:
"CABRAL, NAO DEIXAS UM PAÍS ESTRANGEIRO" CHICO TE:
"UM MOMENTO DA VITÓRIA COMUM"

(CENTRAIS)

As pessoas afastam-se, abrem um corredor em frente à porta principal. O povo está à volta do palácio, em todos os locais permitidos. Ocupa as árvores, a estátua, tenta vencer a barreira policial. Os militares das Forças Armadas Revolucionárias do Povo saem para a rua, carregam o caixão envolto na bandeira do PAIGC. Os restos mortais de Amílcar Cabral já estão sobre o tanque militar e a banda começa a marcha fúnebre.

Os cinco soldados apontam as armas para a frente. O tanque vai partir. Ainda nas escadarias do palácio, a mãe de Amílcar Cabral estava imóvel. Passa o lenço lentamente sobre os olhos. O silêncio é absoluto. As cinco da tarde vai a enterar o primeiro secretário-geral do Partido, três anos após a sua morte.

A população espera o cortejo militar. As mulheres, as crianças andam lentamente pela calçada. As vezes alguns grupos param, durante momentos aguardam a passagem do cortejo oficial. A Avenida Amílcar Cabral está cheia, do Palácio ao porto de Pédigui.

A banda militar abre o caminho, na frente do blindado do exército. Atrás caminham os dirigentes do Estado Maior, dois batalhões das FARP: Marinha; Exército. O presidente Luiz Cabral segue ao lado do primeiro-ministro da República da Guiné, perto de Aristides Pereira. Estão na primeira fila, cercados pelos membros do Conselho Superior da Luz.

A mãe de Cabral, as mulheres do secretário-geral e do chefe de Estado acompanham o cortejo, nos dois últimos carros integrados na coluna. Segundo as instruções do protocolo atrás dos representantes do Governo deveria ir o corpo diplomático e, em seguida a população. Mas as pessoas querem enxergar melhor, não participam na marcha oficial. Ficaram ao lado da avenida para ver o desfile.

Um grupo de soldados, coroas de flores nas mãos, ensaia os movimentos. A banda parou de tocar, todos se dirigem para o mausoléu de cimento e vidro. Os panos artesanais estendidos no chão, contornam a caixa de madeira onde será depositado. Os membros do Governo estão em volta, começam a depositar flores sobre a bandeira do Partido.

A polícia tenta controlar as pessoas, a agitação. Os restos mortais de Amílcar Cabral ainda não entraram no mausoléu. Os soldados disparam as suas Kalashnikov, a banda militar toca o hino nacional. O povo já pode entrar na Amura.

QUINTA-FEIRA
2 DE SETEMBRO
16 HORAS E 30
O CORPO
DE AMILCAR
CABRAL
CHEGA
À GUINÉ-BISSAU

(PÁGINA 4)

CAMARADA ARISTIDES PEREIRA * RELATORIO-GERAL AO CSL

ACÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA

Os diversos grupos a que o nosso Partido é solicitado, a exercer a sua acção político-ideológica, designadamente através da informação e propaganda da ideologia e do crescente alargamento da prática política a nível das organizações de massas, são os temas principais que o camarada Aristides Pereira, Secretário-Geral do PAIGC, analisou no capítulo do Relatório-Geral ao CSL que hoje publicamos.

O camarada Aristides Pereira sintetiza ainda as principais questões de ordem política e organizativa a que deverá responder o III Congresso do PAIGC.

- ◆ INFORMAÇÃO
- ◆ ORGANIZAÇÕES
- ◆ RELAÇÕES
- ◆ PARTIDO-ESTADO
- ◆ III CONGRESSO



AMÍLCAR CABRAL, UM META-RETRATO

ta vencer a barreira policial. Os militares das forças armadas revolucionárias do povo saem para a rua, carregam o caixão envolto na bandeira do PAIGC. Os restos mortais de Amílcar Cabral já estão sobre o tanque militar e a banda começa a marcha fúnebre.

Os cinco soldados apontam as armas para a frente. O tanque vai partir. Ainda nas escadarias do Palácio, a mãe de Amílcar Cabral estava imóvel. Passa o lenço lentamente sobre os olhos. O silêncio é absoluto. Às cinco da tarde vai enterrar o primeiro secretário-geral do Partido, três anos após a sua morte.

A população espera o cortejo militar. As mulheres, as crianças andam lentamente pela calçada. Às vezes alguns grupos param, durante momentos aguardam a passagem do cortejo oficial. A Avenida Amílcar Cabral está cheia, do Palácio ao Porto de Pidjiguiti.

A banda militar abre o caminho, na frente do blindado do exército. Atrás caminham os dirigentes do Estado-Maior, dois batalhões das FARP: Marinha: Exército. O Presidente Luís Cabral segue ao lado do primeiro-ministro da República da Guiné, perto de Aristides Pereira. Estão na primeira fila, cercados pelos membros do Conselho Superior da Luta. A mãe de Cabral, as mulheres do secretário-geral e do chefe de Estado acompanham o cortejo, nos dois únicos carros integrados na coluna. Segundo as instruções do protocolo atrás dos representantes do governo deveria ir o corpo diplomático e, em seguida a população. Mas as pessoas querem enxergar melhor, não participam na marcha oficial. Ficaram ao lado da avenida para ver o desfile.

Um grupo de soldados, coroas de flores nas mãos, ensaia os movimentos. A banda parou de tocar, todos se dirigem para o mausoléu de cimento e vidro. Os panos artesanais estendidos no chão, contornam a caixa de madeira onde será depositado. Os membros do governo estão em volta, começam a depositar flores sobre a bandeira do Partido.

A polícia tenta controlar as pessoas, a agitação. Os restos mortais de Amílcar Cabral ainda não entraram no mausoléu. Os soldados disparam as suas kalashnikov, a banda militar toca ao hino nacional. O povo já pode entrar na Amura».

O pintor Luís Noronha da Costa retratou Amílcar Cabral fazendo uso de tinta celulósica sobre tela fotossensível. O resultado é uma representação inédita de Cabral, na qual igualmente se reconhece um retrato de Polimeni que assim conheceu mais uma das múltiplas vidas que ganhara depois da morte do retratado. Com efeito, a fotografia em causa surge no monumento a Cabral que é artesanalmente erigido por combatentes do PAIGC após a tomada do quartel de Guiledje em 1973 e estará também presente na tribuna da cerimónia da proclamação da independência de Cabo Verde, além de que ilustra a capa de várias biografias de Cabral e dá corpo e rosto a um dos primeiros selos emitidos pelo Serviço de Correio do Estado da Guiné-Bissau após a independência. A fotografia em causa comparece, ainda, na cerimónia de transladação de Cabral de Conacri para Bissau, tal como filmada em *O Regresso de Amílcar Cabral*, e em 1979 é sob ela que Nino Vieira fala para a câmara de uma equipa de cineastas brasileiros e guineenses, por ocasião da primeira edição da Taça Amílcar Cabral. E mais exemplos poderiam ser dados.

O quadro de Noronha da Costa é, por sua vez, um de vários retratos similares que o pintor português dedicou a Amílcar Cabral em 1976 e 1977, ano em que apresenta em Lisboa, no Ar.Co, a exposição *Retratos de Amílcar Cabral*. Desconhece-se o destino de vários desses retratos. O que aqui expomos é propriedade de colecionadores portugueses. A pintura de Luís Noronha da Costa (1942-2020) caracterizou-se, a partir de certo momento, por uma atenção obstinada à própria imagem. Como ele diria logo em 1970, no *Jornal de Letras, Artes e Ideias*: «não sou um pintor de coisas e de factos, mas de imagens das coisas».39 A esta luz, o seu retrato de Cabral pode desde já ser entendido como retrato de um retrato. Nas últimas décadas, Amílcar Cabral viu-se saturado de inúmeras representações e imagens, a ponto de esta ser uma exposição sobre Cabral e sobre as suas vidas posteriores. Uma ideia que, de maneira diversa, Noronha da Costa propunha já com clarividência — ele que ficou pelo recurso à desfocagem — nos anos 70.



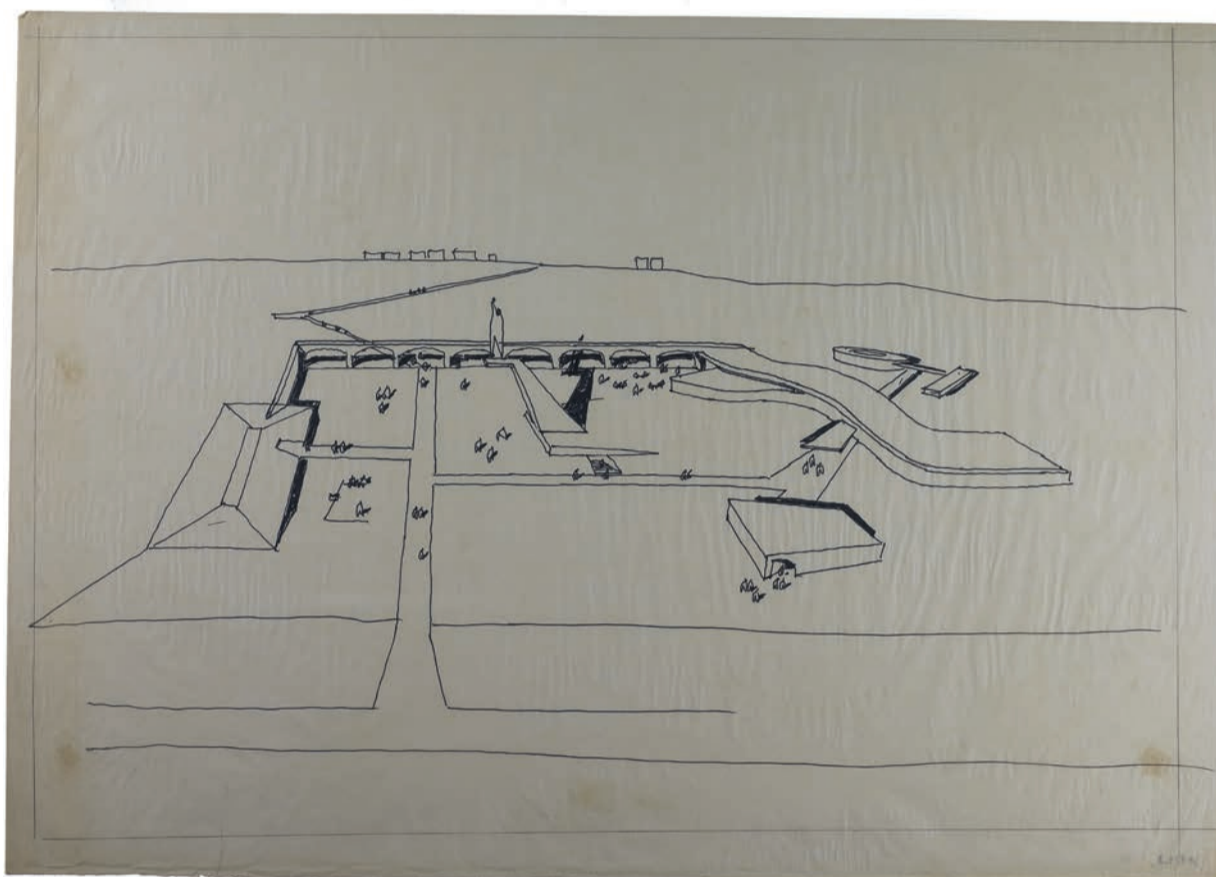
A TAÇA AMÍLCAR CABRAL E O PONTA DE LANÇA AFRICANO DE JORGE BEN

Em 1975, sob o nome de Amílcar Cabral, foi realizada em Bissau uma competição futebolística internacional envolvendo seleções da República da Guiné, da Guiné-Bissau, do Mali, do Senegal e da Gâmbia. Mas foi em 1979, mobilizando diferentes seleções da África Ocidental, que nasceu a Taça Amílcar Cabral, a qual passaria a ter regularidade anual durante os anos seguintes. O sucesso da prova na década de 80 testemunhava a adesão dos novos Estados africanos à lógica e imaginação cerimonial dos grandes eventos desportivos internacionais, mas também acusava o facto de a FIFA procurar então valorizar, no âmbito da presidência do brasileiro João Havelange, os Estados emergentes dos processos e lutas de descolonização. A partir dos anos 90, a frequência da Taça Amílcar Cabral seria paulatinamente reduzida e a última edição do torneio teria lugar em 2009.

A primeira edição, a de 1979, teve lugar na Guiné-Bissau e encontra-se parcialmente filmada no documentário *Torneio Amílcar Cabral*, que acompanha a cerimónia de abertura, cenas da vida quotidiana na Guiné-Bissau, lances de alguns jogos e ainda inclui uma ida ao sítio onde jaz Cabral, por ocasião do dia 20 de janeiro. O documentário recolhe declarações de Nino Vieira, sentado no escritório, proferindo palavras de homenagem a Cabral, sob um seu retrato; e de Avito José da Silva, então presidente da Federação Guineense de Futebol, que lamenta a fuga de «ases do futebol» de África para a Europa, fenómeno que equipara à «fuga de cérebros» para os EUA. Iniciativa do Instituto Nacional de Cinema da Guiné-Bissau e da Embrafilmes — Empresa Brasileira de Filmes S.A., com apoio da Divisão de Difusão Cultural do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o documentário teve a realização dos brasileiros Fernando Cabral e Jom Tob Azulay e do guineense Flora Gomes. Na banda sonora, destaca-se «Ponta de lança africano», do álbum *África Brasil* (1976), de Jorge Ben.



DO COMPLEXO MONUMENTAL DE NIEMEYER ÀS ESTÁTUAS DE PRAIA E BISSAU



O arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer esboçou um complexo monumental de homenagem a Amílcar Cabral para ser construído em Cabo Verde, na Praia, mas o esboço não saiu do papel. A ideia de um tal projeto memorialístico, que contemplava a criação de um centro cultural e educativo, foi acalentada por dirigentes do PAIGC durante os anos 80 e a hipótese da sua construção foi alimentada por um possível apoio do governo brasileiro de José Sarney, na mesma década. Uma comissão cabo-verdiana chegou a reunir com Niemeyer no Brasil, mas, com a chegada de Fernando Collor de Mello a Brasília, o projeto acabou por não ter continuidade. Niemeyer terá chegado a conhecer Cabral pessoalmente na Argélia, país onde deixou concretizadas obras importantes, de universidades a edifícios desportivos.

Apenas em 2000 seria inaugurado na cidade da Praia um monumento a Cabral, no qual pontifica uma estátua, tendo a edificação do mesmo beneficiado do apoio da República Popular da China. O processo de construção não foi linear, o que deve ser compreendido à luz das transformações políticas e da paisagem memorialística de Cabo Verde na viragem dos anos 80 para os anos 90. Como mostram Miguel Cardina e Inês Nascimento Rodrigues em *Remembering the Liberation Struggles in Cape Verde. A Mnemohistory*, assistiu-se então a um processo de desafrikanização da memória oficial. Deste processo é exemplo o facto de, em 1993, o Bairro Craveiro Lopes ter recuperado o nome deste antigo presidente português do tempo da ditadura do Estado Novo, quando nos anos da independência de Cabo Verde o bairro fora renomeado com o nome de Kwame Nkrumah. Acrescente-se, por fim, que o processo de monumentalização de Cabral na Guiné também tem uma história acidentada para contar. Em 1985, Cuba ofereceu uma estátua, de autoria do arquiteto Lázaro Calvo, que então procurou esculpir Cabral à imagem que retinha da sua presença num hotel de Havana, ao tempo da Tricontinental. A estátua seria erguida em público, numa praça de Bissau, apenas em 2009.

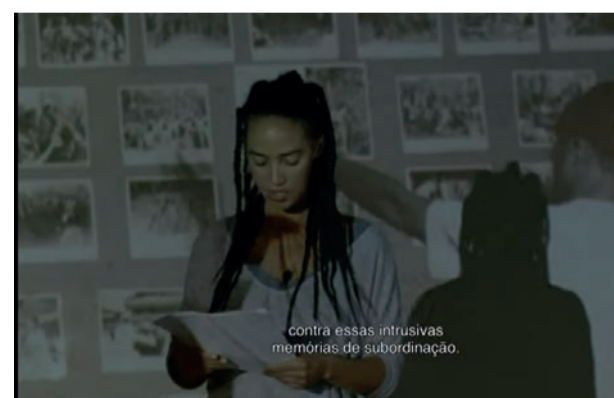
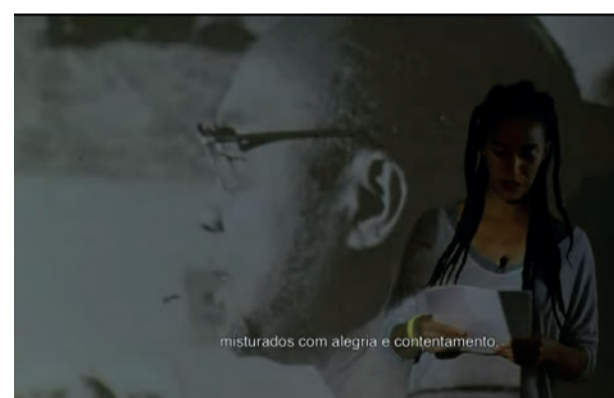
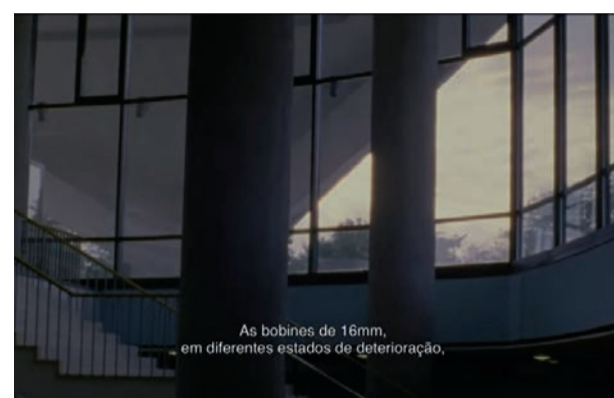
«CONAKRY»

Realizado em 2013 por Filipa César, com a participação de Grada Kilomba e de Diana McCarty, *Conakry* é um curto ensaio cinematográfico que mostra Amílcar Cabral na figura de guia de exposição. Organizada em 1972 no Palácio do Povo, em Conacri, com o objetivo de mostrar os progressos da luta de libertação e das zonas libertadas, a exposição em causa reuniu objetos como armas e bandeiras portuguesas que haviam sido tomadas pelo PAIGC. Reuniu também elementos estatísticos que informaram os visitantes acerca do horizonte de desenvolvimento do futuro país independente, assim como acolheu peças de artesanato africano e obras de arte. Organizada por Cabral, na sua inauguração a exposição foi visitada, entre outros, por membros da elite política da Guiné-Conacri, mas também por diplomatas de vários outros países. Nas imagens, é ainda possível ver Stokely Carmichael, figura proeminente do movimento de direitos civis norte-americano e do Partido das Panteras Negras, bem como a cantora sul-africana Miriam Makeba.

Conakry desenvolve-se em torno da projeção de imagens cinematográficas de arquivo da autoria de Sana Na N'Hada, Josefina Crato, Flora Gomes e José Bolama Cobumba, os quatro cineastas que em 1967 partiram para Cuba, a fim de adquirirem formação cinematográfica, e que mais tarde filmaram a exposição de 1972. São imagens que fazem parte do material que a própria Filipa César trouxe de Bissau para Berlim em 2012 — após o golpe de Estado que nesse ano ocorreu no país africano — com o intuito de preservação e recuperação do espólio fílmico que aqueles e outros realizadores produziram entre 1972 e 1980. Espólio que se encontrava depositado no Instituto Nacional do Cinema da República da Guiné-Bissau, criado em 1977 por Mário Pinto de Andrade.

Autora de trabalhos importantes no domínio do cinema e da fotografia, há vários anos que Filipa César vem realizando um trabalho arquivístico e cinematográfico inédito com o material fílmico da Guiné-Bissau, trabalho desenvolvido em contacto com cineastas como o próprio Sana Na N'Hada ou, mais recentemente, com a historiadora Sónia Vaz Borges. *Conacri* é exemplar pela forma como o movimento da câmara e as performances de Kilomba e McCarty se combinam para dar uma perspetiva conectada da história do século XX, da presença norte-americana na Alemanha do segundo pós-guerra ao apoio chinês à República da Guiné, passando pela formação dos futuros cineastas guineenses em Cuba e, não menos importante, sublinhando a ausência de Cabral e do PAIGC na história ensinada nas escolas do Portugal democrático.

Dispositivo que os poderes coloniais frequentemente usaram para organizar, promover e naturalizar a sua visão do mundo e as suas ontologias, a exposição era aqui um instrumento utilizado com finalidade anticolonial. Este uso pode ser compreendido numa história mais longa, que nos leva até à infografia apresentada pelo sociólogo e militante negro norte-americano William Du Bois na Exposição Universal de Paris, em 1900, com o intuito de denunciar o racismo. Mas pode igualmente ser situado numa cronologia mais breve, à luz da importância que, naqueles anos, a cultura e práticas expositiva e museológica parecem ter assumido para os movimentos de libertação. Conforme referido, em 1971 o PAIGC exibiu com orgulho, na capa do *PAIGC Actualités*, uma escultura nhinte-camatchol que estava refém do Museu da Guiné Portuguesa e que o Partido recuperara.



PRESEVAR A MEMÓRIA, CONSTRUIR O FUTURO

TEXTO DE ALFREDO CALDEIRA

O conflito político-militar ocorrido na Guiné-Bissau em 1998-1999 colocou em sério risco a própria existência dos arquivos referentes à luta de libertação nacional e, em especial, os Documentos Amílcar Cabral.

A historiadora Iva Cabral, que conhecia o trabalho desenvolvido em Lisboa em matéria de salvaguarda de documentos históricos e, designadamente, o tratamento em curso do Arquivo de Mário Pinto de Andrade, estava então em Bissau, onde desenvolveu intensos esforços de organização da documentação de seu Pai, à guarda do PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde), após a sua transferência de Conacri.

No seguimento dessa intervenção, representantes do Governo de Unidade Nacional da Guiné-Bissau e da Junta Militar constituída contactaram a então Fundação Mário Soares com o objetivo de viabilizar a salvaguarda desse espólio, fundamental não apenas para a História e a Cultura da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, como também de toda a África e do relacionamento com Portugal, como antiga potência colonial.

Com o empenho pessoal do Dr. Mário Soares, foram mobilizados os meios que tornaram possível uma intervenção imediata (no primeiro avião que voou para o aeroporto de Bissalanca, que tinha sido alvo de combates e bombardeamentos).

A equipa de 3 pessoas que se deslocou a Bissau, em agosto de 1999, ficou alojada, por razões de segurança, nas instalações da CTM (Cooperação Técnico-Militar portuguesa) e trabalhou em instalações afetas à Presidência da República, que possuíam um gerador suficiente para as tarefas programadas (Bissau não possuía, à época, energia elétrica estável). O Embaixador português recém-nomeado, António Russo Dias, assegurou também o necessário apoio logístico.

Em Bissau, com a participação permanente de Iva Cabral, foi possível iniciar a reprodução digital e fotográfica da documentação recuperada da sede do PAIGC, que entretanto fora vandalizada e onde, em especial, se encontraram provas evidentes da procura (falhada!) da documentação de Cabral e da destruição de pastas de arquivo onde essa documentação estivera previamente guardada.

No dia 11 de agosto de 1999, «considerando as condições difíceis em que essa documentação se encontra, correndo sérios riscos de destruição», foi assinado um Protocolo de Cooperação entre o Governo de Unidade Nacional da República da Guiné-Bissau, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde e a então Fundação Mário Soares, em que foram defi-

nidas as metas do trabalho em curso e estabelecidas as metodologias a serem utilizadas no seu prosseguimento. Firmaram esse protocolo Francisco José Fadul, Primeiro-Ministro da República da Guiné-Bissau, Flávio Giselo Proença, ao tempo Secretário Permanente do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde e Alfredo Caldeira, em representação da Fundação Mário Soares.

Foi com este protocolo que avançou o trabalho, acordada que foi a transferência provisória para Lisboa de alguma documentação. Em simultâneo, a restante documentação foi encerrada num cofre de um banco, em Bissau, com vista a garantir a sua segurança.

Em Portugal prosseguiu o tratamento desses documentos, com a participação da Dra. Iva Cabral. Entretanto, a situação na Guiné-Bissau conheceu alguns problemas e o próprio banco em que se depositara a documentação encerrou as suas instalações... tendo sido, por isso, necessário proceder à remoção de todo o material ali depositado e, posteriormente, com o acordo das várias entidades intervenientes, o seu transporte para Lisboa para integração no projeto de tratamento em curso (ações de conservação, digitalização e descrição de todo esse universo documental agora reunido).

Importa, no entanto, sublinhar que a documentação tratada não corresponde integralmente ao que terá constituído o arquivo de Amílcar Cabral, enquanto secretário-geral do PAIGC e que, como já referido, foi transferido de Conacri para Bissau, após a independência da Guiné-Bissau. Com efeito, sabe-se que foram dele retirados documentos de âmbito militar e de segurança, sendo notório, por exemplo, a ausência de mapas e cartas militares — documentação essa que terá sido transferida para os respetivos departamentos e que, no entanto, nunca foi possível inventariar. Por outro lado, os acessos que o espólio terá conhecido ao longo do tempo poderão ter contribuído para algumas incongruências organizativas e, mesmo, algumas falhas documentais. E, finalmente, as tentativas de destruição/saque em 1999, embora falhadas no essencial, terão seguramente provocado o desaparecimento de documentos (sabendo-se, aliás, que apareceram à venda nas ruas de Bissau alguns documentos ditos «de Cabral»). Do mesmo modo, muitas das fotografias que nele estavam incorporadas foram deitadas ao chão, pisadas (apresentando inclusive rastros de pneus) e mesmo queimadas.

Ainda assim, o Arquivo Amílcar Cabral que se conseguiu salvaguardar é um dos mais importantes espólios documentais das lutas de libertação africanas

— conforme bem se verifica ao avaliar o elevado número de estudos que, em diferentes países, nele se têm baseado, a partir do momento em que foi digitalizado e disponibilizado online na plataforma casacomum.org.

Por outro lado, à medida que o arquivo foi sendo tratado, com o apoio de numerosas pessoas e instituições, designadamente na identificação de documentos e personagens, a sua documentação foi divulgada em diversas exposições sobre Cabral ou em que este era referenciado. O Arquivo em suporte digital incorporou, por outro lado, documentos de diferentes origens, que o enriqueceram e completaram séries em falta. Foi assim também possível, por expressa orientação do Dr. Mário Soares, compartilhar com diferentes entidades cópias digitais de numerosa documentação.

Em termos necessariamente breves, esse arquivo é constituído por documentação produzida por Amílcar Cabral no exercício das suas funções como secretário-geral do PAIGC e por documentação relacionada com o funcionamento do partido e com o seu relacionamento internacional. Os documentos, de natureza política, militar e diplomática, englobam apontamentos diversos de Cabral, alguns dos seus estudos e trabalhos agrários, textos políticos da sua autoria, extensa documentação de carácter epistolar com responsáveis políticos e militares, correspondência diversa trocada com elementos do povo, documentação relativa à intensa atividade político-diplomática desenvolvida e ainda documentos e publicações de diferentes organizações anticoloniais (como o MAC, FRAIN, CONCP e UGEAN) e de diferentes movimentos de libertação das colónias portuguesas, com especial destaque para o MPLA e a FRELIMO.

Nas vésperas do Centenário do nascimento de Amílcar Cabral, em 2024, considera-se urgente a definição das condições em que este Arquivo possa estar entregue aos povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, melhorados também os seus descritores e informação contextual, completado com diversa outra documentação entretanto identificada e amplamente disponibilizado para o seu estudo e divulgação.



O BIÓGRAFO JULIÃO SOARES DE SOUSA

A vida de Amílcar Cabral foi alvo de milhares de páginas de escrita biográfica. Antes do início da luta armada, o secretariado do PAIGC traçou perfis biográficos de Cabral. Estes perfis serviam para apresentar o líder aos que se juntavam ao Partido, mas também davam resposta a pedidos de informação provenientes da imprensa internacional. Durante a luta de libertação, jornalistas como Basil Davidson e David Andelman, entre outros, igualmente elaboraram retratos de Cabral para jornais e revistas. A morte exerceria, no entanto, um grande efeito multiplicador sobre a escrita biográfica em torno de Cabral. Na imprensa, em diferentes partes do mundo, foram publicados inúmeros obituários, de dimensão e tom variáveis. Também não demorariam a surgir as primeiras narrativas, já em formato livro, sobre a vida e a morte de Cabral. Chegaram pela mão de autores como Anatoli Nikanorov, Aquino de Bragança e Oleg Ignatiev. Em 1980, Mário Pinto de Andrade exprimiria em livro um olhar a um tempo consistente e ensaístico sobre a trajetória de Cabral, desenvolvendo as «Notas biográficas» («Biographical notes») que publicara um ano antes, em 1979, na coletânea de textos e discursos de Cabral, *Unity and Struggle*, editada pela Monthly Review Press. Também em inícios dos anos 80, Patrick Chabal, que se tornaria uma figura académica de referência no âmbito dos Estudos Africanos, com incidência nos países da chamada África lusófona, dedicaria a sua tese de doutoramento, realizada em Cambridge, a Amílcar Cabral.

Reivindicando a pertinência historiográfica do género biográfico, o trabalho de Chabal pode ser entendido como o primeiro de uma série de livros biográficos publicados ao longo das últimas décadas. Entre estes, o mais exaustivo e detalhado foi escrito ao longo da primeira década do século XXI. Trata-se, na sua origem, de uma investigação de doutoramento realizada na Universidade de Coimbra pelo historiador Julião Soares Sousa, devendo ser acrescentado que o livro conheceu já três edições, a última delas em 2016, a qual se apresenta como uma edição «revista, corrigida e aumentada» das anteriores. Trata-se de um trabalho de grande riqueza empírica, fruto da capacidade do autor conciliar a pesquisa em arquivo, a leitura crítica da bibliografia e a realização de entrevistas com contemporâneos de Cabral.

A TEE-SHIRT DA MARXA KABRAL 2023

A tee-shirt é hoje uma das formas mais triviais por que a memória de Amílcar Cabral tem sido veiculada. Testemunhando a identificação pessoal de quem as veste, e ao mesmo tempo trazendo a figura de Cabral à rua e ao quotidiano, as tee-shirts alusivas a Cabral podem ser facilmente encontradas, por exemplo, em plataformas de venda da internet, comercializadas a partir de países como os Estados Unidos da América e lado a lado com tee-shirts alusivas a figuras como Martin Luther King.

Mas as primeiras tee-shirts alusivas a Cabral de que encontramos vestígio remontam aos anos da declaração da independência, já após o assassinato do líder histórico do PAIGC. Fotografia da época mostra-nos um guineense a trabalhar num tear envergando uma tee-shirt de Cabral que era, provavelmente, uma entre outras peças propagandísticas características de um tempo marcado por uma grande vivência popular da política. Durante as celebrações da Independência de Cabo Verde, a 5 de julho de 1975, é também possível vermos um grupo de jovens envergando tee-shirts brancas com um retrato do rosto de Cabral. Já a tee-shirt alusiva a Amílcar Cabral que expomos na nossa exposição data de 2023. Não está à venda na internet e não é um têxtil dos anos da independência. Foi produzida no contexto da promoção e organização da Marxa Kabral de 2023, sendo o rosto de Cabral estampado sobre uma tee-shirt fabricada na China.

A Marxa Kabral tem lugar em Cabo Verde no dia 20 de janeiro, assinalando o assassinato de Cabral, e traz à rua militantes pan-africanistas, cabralistas, ativistas culturais, Rabelados, entre outros. A primeira edição foi organizada em 2010, no quadro do movimento de hip hop crioulo da cidade da Praia, sendo que hoje as principais forças dinamizadoras do evento são a associação Pilorinhu e o Movimento Pan-africanista. De acordo com análise dos investigadores Miguel Cardina e Inês Nascimento Rodrigues, que lhe dedicam algumas páginas do seu livro *Remembering the Liberation Struggles in Cape Verde: A Mnemohistory*, a Marxa, revestindo-se de uma dimensão africanista que contrasta com o crioulisto associado à elite cabo-verdiana, pode ser tida como uma prática contra-memorialística, que decore a destempo das celebrações oficiais que no mesmo dia 20 de janeiro reúnem os dirigentes do Estado e da elite em torno da estátua de Cabral.



TUDO POBRI É UM SOLDJAH

Em 2012, no bairro da Cova da Moura, na metrópole de Lisboa, é filmado o videoclip de «Tudo pobri é um *soldjah*». De autoria do rapper Flávio Almada, conhecido por LBC, a canção foi filmada e editada por Thugpaxion e Diogo Cachouça. Os sons e as imagens sublinham, por um lado, efeitos de segregação racial do território característicos de várias metrópoles europeias, ao mesmo

tempo que acusam a persistência da violência policial, recordando episódios dramáticos como a morte do jovem Kuku em 2009, com 14 anos de idade e uma bala disparada por um polícia a cerca de 20 cm do seu crânio. Por outro lado, o videoclip igualmente dá a ver um bairro que era e continua a ser terreno fértil para a criação musical — de rappers como o então jovem LBC às batu-

cadeiras da Cova da Moura —, bem como um exemplo de solidariedade social, praticada de maneira informal ou em torno da Associação Moinho da Juventude. Um bairro em que a figura de Amílcar Cabral é referência, ontem e hoje, como mostra o mural que a ele é aí dedicado, no qual o seu rosto nos sorri sobre o pano de fundo da nova bandeira de Cabo Verde.



